

Presidência da República

SEPLAN

Secretaria de Planejamento,
Orçamento e Coordenação

SEAIN

Secretaria de Assuntos Internacionais

Boletim de
Conjuntura
Internacional

SEPLAN/SEAIN/PER

nov. 1994, ex.2

10

Novembro/94



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO - SEPLAN
SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS - SEAIN
Coordenação de Conjuntura Internacional

APRESENTAÇÃO

O Boletim de Conjuntura Internacional (BCI) é uma publicação da Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, que divulga análises, artigos e propostas sobre temas de relevância internacional, visando à formação de equipes para a elaboração de estudos e subsídios para a definição de políticas econômicas internacionais do Brasil.

Além do BCI, a SEAIN publica anualmente os "Indicadores da Economia Mundial", com estatísticas de países das principais regiões, preços, comércio exterior e outros dados relevantes, tanto dos países desenvolvidos como dos países em desenvolvimento.

BOLETIM DE CONJUNTURA INTERNACIONAL

AC: 151
EX: 1268502

Brasília-DF
Novembro/1994

BOLETIM DE
CONJUNTURA INTERNACIONAL

Boletim de conjuntura internacional
v.5, n. 10, 1994 - Brasília, SEPLAN/
SEAIN, 1994

semestral

1. Economia internacional-Periódico
- I. Brasil. Secretaria de Planejamento e Coordenação.
Secretaria de Assuntos Internacionais
- II. Título

CDD: 337.05

Endereço para correspondência:
Esplanada dos Ministérios
Bloco K - 5º andar - sala 538
70040-906 - Brasília-DF
Tels.: (061) 224-5521 e 215-4470
Fax: (061) 225-4022
Telex: (061) 1146

CDD: 100017

APRESENTAÇÃO

O Boletim de Conjuntura Internacional (BCI) é uma publicação da Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, que divulga informações, análises e propostas sobre temas de relevância no contexto internacional, no intuito de contribuir para a formação de opiniões no setor público e de subsidiar decisões em matéria das relações econômicas internacionais do Brasil.

Além do BCI, a SEAIN publica anualmente os “Indicadores da Economia Mundial”, contendo séries estatísticas de dados das contas nacionais, preços, câmbio, comércio exterior e outros indicadores relevantes, tanto dos países desenvolvidos como dos países em desenvolvimento.

Este décimo número está assim composto:

PARTE I - Análise de Conjuntura Internacional, abordando o comportamento da economia mundial em 1994 e apresentando as principais tendências para 1995.

PARTE II - Artigos Especiais, com estudos de responsabilidade dos autores, elaborados por especialistas e profissionais de diversas instituições, enfocando aspectos significativos da economia mundial. Neste número, os artigos fazem uma análise comparativa dos planos Cavallo e Real, assim como uma apreciação de problemas presentes na implantação do Mercosul.

PARTE III - Anexo Estatístico

Vale ressaltar que este trabalho, a exemplo dos números anteriores, contou com o apoio financeiro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

JORGE MARQUES LEANDRO
Secretaria de Assuntos Internacionais
Secretaria de Planejamento, Orçamento
e Coordenação
Presidência da República

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO - SEPLAN

BENI VERAS
Ministro-Chefe

JORGE MARQUES LEANDRO
Secretário de Assuntos Internacionais - SEAIN

- Coordenação de Manuel José Forero González
Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos da SEAIN/SEPLAN/PR
- Elaboração e edição sob responsabilidade dos técnicos da Coordenação de Conjuntura
Internacional da SEAIN
- . Fernando Werneck Magalhães - Coordenador de Conjuntura Internacional
- . Aristides Ribeiro de Almeida Filho
- . José Coelho Matos Filho
- . Rubens de Melo e Souza Jr.
- . Paulo Marchesini Neto
- . Khalida El Afiouni

SUMÁRIO

Parte I - ANÁLISE DE CONJUNTURA	07
1. Desempenho da Economia Mundial: Uma Visão Geral	09
2. Situação Econômica Mundial e Perspectivas de Curto Prazo	11
2.1. Os Países Industrializados	11
2.2. Os Países em Desenvolvimento	21
3. Comércio Internacional e o Sistema Internacional de Comércio	32
3.1. O Comércio: Tendências e Perspectivas	32
3.2. Preços de Commodities	33
3.3. Perspectivas da Rodada Uruguai	34
4. Mercados Financeiros e Cambiais	37
4.1. Tendências de Curto Prazo	37
4.2. Sistema Monetário Europeu (SME)	40
Parte II - ARTIGOS ESPECIAIS	43
1. Planos Cavallo e Real: Semelhanças e Diferenças de Concepção , por ROBERTO PIRES MESSERBERG	45
2. Coordenação de Políticas Macroeconômicas no MERCOSUL, por CARLOS EDUARDO DE FREITAS	57
3. MERCOSUL: A Agenda de Consolidação Interna e os Dilemas da Ampliação, por PEDRO DA MOTTA VEIGA	89
Parte III - ANEXO ESTATÍSTICO	113

DESEMPENHO DA ECONOMIA MUNDIAL: UMA VISÃO GERAL

Após uma década estagnada de 1980 a 1989, a economia mundial deve apresentar um crescimento de 3,8% em 1995, segundo o Projeto do Fundo Monetário Internacional (FMI) para este ano, excluindo-se o México, os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) de 3,7% e os países em desenvolvimento de 4,0%.

Parte I - países industrializados: espera-se 3,7% em 1995, um crescimento inferior à expansão 4,3% anual em 1994, devido principalmente ao grupo de países que representam um crescimento de 2,7% em 1994 e 1993. No entanto, de acordo com o programa de recuperação da União Europeia, prevê-se de-se obter de 3,5% de crescimento em 1995. Continúa a ser o resultado dos países industrializados a redução de crescimento do Grupo 7 (Estados Unidos, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Canadá e Japão).

Parte I

ANÁLISE DE CONJUNTURA (*)

A conjuntura da economia mundial deverá melhorar no próximo ano, devido ao crescimento de 3,8% em 1995, segundo o Projeto do Fundo Monetário Internacional (FMI) para este ano, excluindo-se o México, os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) de 3,7% e os países em desenvolvimento de 4,0%. No entanto, de acordo com o programa de recuperação da União Europeia, prevê-se de-se obter de 3,5% de crescimento em 1995. Continúa a ser o resultado dos países industrializados a redução de crescimento do Grupo 7 (Estados Unidos, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Canadá e Japão).

queda de crescimento de 1,4% em 1994. Além disso, Canadá, Itália, Reino Unido, França, Alemanha e Espanha, com 2,4%, no primeiro trimestre de 1995.

A conjuntura da economia mundial deverá melhorar no próximo ano, devido ao crescimento de 3,8% em 1995, segundo o Projeto do Fundo Monetário Internacional (FMI) para este ano, excluindo-se o México, os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) de 3,7% e os países em desenvolvimento de 4,0%. No entanto, de acordo com o programa de recuperação da União Europeia, prevê-se de-se obter de 3,5% de crescimento em 1995. Continúa a ser o resultado dos países industrializados a redução de crescimento do Grupo 7 (Estados Unidos, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Canadá e Japão).

O desempenho dos países industrializados deverá melhorar no próximo ano, devido ao crescimento de 3,7% em 1995, segundo o Projeto do Fundo Monetário Internacional (FMI) para este ano, excluindo-se o México, os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) de 3,7% e os países em desenvolvimento de 4,0%.

(*) A Análise de Conjuntura foi elaborada com base em dados e informações disponíveis até o dia 10.11.94

1. DESEMPENHO DA ECONOMIA MUNDIAL: UMA VISÃO GERAL

Após uma expansão estimada de 3,1% em 1994, a economia mundial deve apresentar um crescimento de 3,6% em 1995, segundo projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI). Por sua vez, excetuando-se o México, os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) devem crescer 2,9% em 1995, após atingir 2,6% no corrente ano.

Para os países industrializados, espera-se, portanto, um crescimento inferior à expansão do produto mundial. O Fundo estima que este grupo de países deve apresentar um crescimento de 2,7% em 1994 e 1995. No entanto, este desempenho confirma a recuperação da atividade econômica, situando-se acima dos 1,3% alcançados em 1993. Contribuem para o desempenho dos países industrializados a aceleração do crescimento nos Estados Unidos, assim como as expectativas de recuperação da demanda interna no Japão e de um aumento nas exportações européias.

A expansão do produto mundial deve ser sustentada pelo desempenho dos países em desenvolvimento, cujo crescimento em 1994 e 1995 é estimado pelo FMI em 5,6%. Neste grupo cabe registrar a expectativa de uma expansão de 7,3% do produto da Ásia em 1995. Este resultado, no entanto, representa uma desaceleração em relação ao crescimento de 1994, estimado em 8%. Em contraste, a América Latina cresce a taxas menores, porém o ritmo de expansão acelera-se. Com efeito, o Fundo prevê uma aceleração do crescimento na região, de 2,8% em 1994 para 3,3% em 1995.

Por sua vez, o Fundo estima que as antigas economias planificadas devem completar em 1995 o sexto ano consecutivo de queda no produto, com um declínio de 1%, comparado a

queda estimada em 8,3% para 1994. A Europa Centro-Oriental, excluída a ex-URSS, apresenta melhores perspectivas, com um crescimento esperado de 1,4% no próximo ano.

A elevação do nível de atividade na economia internacional ocorre em meio a queda de preços tanto nos países industrializados quanto nos países em desenvolvimento. Avaliada pelo índice de preços ao consumidor, a inflação na primeira região deve apresentar pequena elevação de 2,4%, em 1994, para 2,6% em 1995. Em compensação, para os países em desenvolvimento o FMI espera uma queda da inflação de 47,3%, em 1994, para 13,2% em 1995. Nas antigas economias planificadas, o Fundo prevê uma queda de 330,8% para 89,3%, respectivamente.

O desemprego nos países industrializados deve apresentar um modesto recuo de 8,2% em 1994 para 8,1% em 1995. Enquanto aumentam os diferenciais de salários nos Estados Unidos, a inflexibilidade do mercado de trabalho na Europa impede o agravamento de disparidades, embora às custas de maior desemprego entre a mão-de-obra jovem e/ou não-qualificada. De fato, o Fundo projeta uma taxa de 6,3% para os Estados Unidos em 1995, comparada a 11,5% para a União Européia (UE).

Em termos de volume, o FMI projeta para o comércio mundial um crescimento de 5,9% em 1995, comparado a uma expansão de 7,2% em 1994. Após um aumento estimado em 13,6% no ano de 1994, o crescimento dos preços de **commodities** não-petrolíferas deve desacelerar-se para 6,5 em 1995. Cabe observar que diversos países devem ratificar a Ata Final da Rodada Uruguaí no próximo ano. Embora os efeitos positivos dos acordos multilaterais sejam esperados apenas a médio prazo, as etapas de remoção de barreiras ao comércio estão delineadas.

TABELA I

CRESCIMENTO DO PIB MUNDIAL, POR GRUPOS E PAÍSES – 1992–95

– Variação percentual s/ ano anterior –

GRUPOS E PAÍSES	1992	1993	1994*	1995*
PAÍSES INDUSTRIALIZADOS	1,5	1,3	2,7	2,7
Dos quais:				
Estados Unidos	2,3	3,1	3,7	2,5
Japão	1,1	0,1	0,9	2,5
Alemanha	2,2	-1,1	2,3	2,8
G-7	1,6	1,4	2,8	2,7
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	5,9	6,1	5,6	5,6
AMÉRICA LATINA E CARIBE	2,5	3,4	2,8	3,3
ÁSIA	8,2	8,5	8,0	7,3
EUROPA E ORIENTE MÉDIO	7,0	4,8	1,4	2,5
ÁFRICA	0,2	1,0	3,3	4,5
EUROPA CENTRAL E ORIENTAL(**)	-15,5	-9,0	-8,3	-1,0
TOTAL MUNDIAL	1,7	2,3	3,1	3,6

FONTE : FMI – "World Economic Outlook", Statistical Appendix, Set/94.

ELABORAÇÃO: Coordenação de Conjuntura Internacional/SEAIN/SEPLAN-PR.

(*) Previsão

(**) Antigas economias centralmente planejadas, inclusive repúblicas asiáticas da ex-URSS.

TABELA II

OCDE: CRESCIMENTO DO PIB, POR GRUPOS E PAÍSES – 1992–95

– Variação percentual s/ ano anterior –

PAÍSES	1992	1993	1994*	1995*
Estados Unidos	2,6	3,0	4,0	3,0
Japão	1,1	0,1	0,8	2,7
Alemanha	2,1	-1,3	1,8	2,6
França	1,2	-0,9	1,8	2,9
Itália	0,7	-0,7	1,5	2,6
Reino Unido	-0,6	1,9	2,8	3,2
Canadá	0,7	2,4	3,7	4,3
Total 7 Países (G-7)	1,7	1,3	2,7	2,9
Demais Países OCDE	1,3	0,8	2,0	3,1
TOTAL OCDE	1,7	1,2	2,6	2,9

FONTE : "OECD Economic Outlook", Junho/94.

ELABORAÇÃO: Coordenação de Conjuntura Internacional/SEAIN/SEPLAN-PR.

(*) Previsão

2. SITUAÇÃO ECONÔMICA MUNDIAL E PERSPECTIVAS DE CURTO PRAZO

2.1 OS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS

Estados Unidos

Segundo estatísticas divulgadas no final de setembro pelo Departamento de Comércio, o Produto Interno Bruto (PIB) norte-americano cresceu a uma taxa anualizada de 3,4% no terceiro trimestre de 1994. Este desempenho situa-se próximo do crescimento de 3,7% projetado pelo FMI para o corrente ano. No segundo trimestre, o PIB cresceu a uma taxa anualizada de 4,1%. Neste período, os componentes do PIB que apresentaram maior elevação foram o setor de construção, importações, exportações e investimento fixo não-residencial. No primeiro semestre, o FMI destaca que um dos componentes dos investimentos com maior crescimento foram os investimentos em informática, equivalentes a cerca da metade dos investimentos fixos das empresas no período.

Em 1995, o crescimento econômico deve desacelerar-se na medida em que se fazem sentir os efeitos das elevações nas taxas de juros e de menores compras pelo governo federal no segundo semestre do corrente ano. O FMI prevê um crescimento de 2,5% para a economia norte-americana, enquanto a OCDE espera uma expansão de 3%. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o crescimento dos investimentos fixos privados deve desacelerar-se de 11,3% em 1994 para 6,3% em 1995. Por sua vez, o crescimento das exportações de bens e serviços deve aumentar de 7,2% em 1994 para 7,6% em 1995.

As medidas de contenção do déficit público favorecem um declínio das despesas federais. Por outro lado, se a contribuição fede-

ral ao sistema de saúde diminuir, sem aumentos nos pagamentos pelas empresas, espera-se um crescimento real modesto dos gastos a nível estadual e municipal, que, no entanto, não será suficiente para compensar o efeito de cortes nos gastos federais sobre a demanda.

Com efeito, o cumprimento do objetivo de reduzir o déficit público explica parte da desaceleração esperada do crescimento. De acordo com o **Omnibus Budget Reconciliation Act**, espera-se, para os anos fiscais de 1994 a 1998, uma redução cumulativa de US\$ 500 bilhões no déficit público. O governo pretende atingir tal meta combinando um remanejamento de suas receitas com cortes de despesas globais. Entre as medidas para aumentar a arrecadação destacam-se a elevação da tributação sobre contribuintes de alta renda e sobre benefícios da Seguridade Social, aumento das alíquotas aplicadas a empresas, reduções nas isenções com assistência a Saúde e uma elevação do imposto sobre combustíveis. Essas medidas foram compensadas com incentivos fiscais para novos investimentos e créditos adicionais às empresas para pesquisa e desenvolvimento.

Do lado das despesas, os cortes concentram-se nos gastos com programas que não exigem re-autorização anual pelo Congresso. Entre as medidas de contenção destacam-se reduções nos pagamentos a hospitais, médicos e outros agentes do setor de saúde e revisão no nível dos benefícios e critérios de elegibilidade. Outras medidas incluem cortes nos gastos militares, redução na força de trabalho do governo federal e limites à alta de salários federais até 1998. Em contrapartida, o governo propôs aumentos nos gastos com infra-estrutura e programas sociais, mais recursos para a prevenção ao crime e aumentos de salários para a polícia, além de recursos adicionais para a pesquisa científica, moradias de baixo custo, proteção ambiental e desenvolvimento rural.

Entre fevereiro e agosto de 1994, o **Federal Reserve** elevou as taxas de juros de curto prazo em cinco ocasiões. Cabe mencionar que os juros de longo prazo exibem crescente sensibilidade a mudanças nos juros de curto prazo e às perspectivas de inflação. De fato, os juros de longo prazo apresentaram em 1994 tendência a alta e os investidores efetuaram mudanças em seus portfólios motivados pela incerteza quanto à futura trajetória das taxas de juros, pela antecipação das elevações e expectativa de altas adicionais nos juros de curto prazo e pelo crescimento econômico maior do que o esperado com elevação das expectativas inflacionárias. De fato, o FMI projeta para 1995 uma inflação de 3,4%, comparada a uma estimativa de 2,7% para 1994.

Aumentos no nível de utilização das empresas podem levar os investidores a rever para cima suas expectativas de mudanças futuras nos juros de curto prazo, na medida em que a política monetária atua para conter a inflação, ou a exigirem um prêmio mais elevado nos títulos do governo de longo prazo, caso persistam dúvidas quanto à eficácia do combate à inflação pelas autoridades monetárias.

O desaparecimento de hiatos na capacidade de utilização e as elevações nos juros contribuem para uma redução menos acentuada do desemprego. De fato, para 1995, o FMI não projeta uma redução no desemprego, o qual deve manter-se nos 6,3% registrados em 1994. Tal situação, no entanto, representa uma melhora em relação aos 6,8% atingidos em 1993.

Essa modesta recuperação no mercado de trabalho dos Estados Unidos iniciou-se pelo setor de serviços, particularmente pela oferta de ocupações temporárias e no setor de saúde. A preferência por ocupações temporárias pode ser interpretada como uma tentativa de minimizar encargos trabalhistas, sobretudo aqueles concernentes ao seguro saúde. De fato,

espera-se que as empresas continuem estimulando a criação de empregos em tempo parcial até que fiquem transparentes os novos gastos decorrentes da reforma do sistema de saúde. Somada à combinação de corte nas despesas militares e à perda de empregos no setor manufatureiro em consequência de uma liberalização do comércio, tal situação atua contra um rápido declínio no desemprego.

Cabe mencionar que, em contraste com a Europa e Austrália, os Estados Unidos apresentam maiores diferenciais de salários. Esta dispersão é, em parte, explicada pelo recurso, nas duas regiões, a contratos coletivos de trabalho que tendem a limitar divergências salariais entre empresas e profissões. Em compensação, não se observam nos Estados Unidos amplas rodadas anuais de negociações salariais.

Quanto ao setor externo, cabe observar que o déficit em transações correntes apresenta tendência à ampliação, em parte devido a um desequilíbrio crescente no comércio de mercadorias com o resto do mundo, em parte devido ao crescente endividamento externo dos Estados Unidos. Segundo a OCDE, o déficit em transações correntes atingiu US\$ 109,2 bilhões em 1993. Desde então, o déficit tende a acentuar-se, para US\$ 141 bilhões em 1994 e para US\$ 154 bilhões em 1995. Igual tendência ao agravamento é destacada pelo FMI, porém a níveis superiores: de estimados US\$ 149,6 bilhões em 1994 para US\$ 171,3 bilhões em 1995.

Na década passada, o déficit em transações correntes foi financiado por um influxo de capital que incluía investimentos diretos estrangeiros e aquisições japonesas de valores mobiliários. Nos últimos anos, contudo, enquanto os investidores norte-americanos diversificavam seus portfólios investindo na Europa e em mercados emergentes, os japoneses, devido a problemas domésticos, mostraram-se menos dispostos a investirem nos Estados Unidos.

Japão

Segundo o FMI, em 1994 o produto japonês deve apresentar uma expansão de 0,9%. Embora os níveis de produção ainda estejam frágeis, porque o crescimento do consumo dirigiu-se para produtos e serviços importados, o Fundo espera um crescimento de 2,5% em 1995. Por sua vez, a OCDE prevê uma expansão ligeiramente superior, de 2,7%, sustentada pelo crescimento de 3,6% do consumo privado e por uma expansão de 6,4% nos investimentos fixos do setor privado na área residencial.

Com efeito, as perspectivas de crescimento podem ser ampliadas se o preço dos terrenos continuar em trajetória descendente e se a liberalização dos juros pagos em hipotecas, prevista para o final de 1994, oferecer melhores oportunidades para os compradores de residências. No final do corrente ano, espera-se que o Ministério das Finanças permita aos bancos fixarem os juros em hipotecas, em vez de obrigá-los a vincular o preço do crédito aos juros oficiais de longo prazo.

Os investimentos privados em residências e os investimentos do setor público em infraestrutura social são apresentados como um meio para reduzir desequilíbrios externos e estimular a economia. De fato, o pacote fiscal anunciado em fevereiro de 1994 terá implantação gradual, estendendo-se ao longo do ano fiscal de 1994/95. Neste aspecto, cabe observar que, embora o Japão esteja sujeito a pressões externas para estimular a demanda interna, a possibilidade de novos pacotes fiscais é limitada, na medida em que o governo procura evitar maiores elevações de tributos no futuro.

Com efeito, os pagamentos da seguridade social no Japão equivalem a cerca de 11,5% da renda nacional, comparados a 9,2% nos Estados Unidos e 20,9% na Suécia. Contudo, devido ao envelhecimento da população, medidas

nas áreas de aposentadoria e seguro médico são necessárias, elevando os gastos com a seguridade social.

No entanto, um estímulo à atividade econômica está sendo implementado através de cortes dos impostos diretos. A fim de evitar uma deterioração das contas públicas, o governo procurou compensar a redução de tais impostos com um aumento futuro de impostos indiretos. No final de setembro o governo de coalizão concordou em promover cortes do imposto de renda, nos próximos três anos, seguidos por aumento do imposto sobre as vendas, o qual aumentará, a partir de abril de 1997, de 3% para 5%.

O governo procura amortecer a oposição à elevação de impostos indiretos, ressaltando que os recursos arrecadados serão destinados a gastos com o bem-estar social. Os gastos sociais respondem atualmente por 17 a 19% dos gastos totais do governo, sendo 8% reservados a educação e ciência. Por sua vez, cerca de 20% dos gastos públicos são destinados ao serviço da dívida do governo central.

Quanto à política monetária, cabe observar que o Banco do Japão tem recorrido a operações de mercado aberto e a exigências de reservas como alternativa a variações nas taxas de juros. Os cortes nas taxas oficiais de juros parecem não produzir o estímulo desejado sobre o mercado acionário e a atividade empresarial. Embora encontrem-se em baixa, uma queda nos juros nominais menos do que proporcional à diminuição da inflação deixa os juros reais em patamares elevados. Medida pelo índice de preços ao consumidor, a inflação esperada pelo FMI deve diminuir para 0,7% em 1995, após atingir 1,3% em 1993.

A oferta de empréstimos bancários deprimida seria mais grave se as empresas não tivessem outra alternativa de financiamento.

Porém, os recursos obtidos através de instituições não-bancárias aumentaram, em decorrência de mudanças no sistema financeiro.

De fato, a liberalização financeira removeu controles sobre os movimentos de capital e abriu o mercado doméstico a participantes estrangeiros. Desde 1986, seguradoras do exterior são membros da Bolsa de Valores de Tóquio. Empresas estrangeiras, com crédito na categoria **BBB** ou acima, podem emitir títulos em ienes; foram removidos obstáculos à emissão de títulos em moeda dupla e ao retorno ao Japão de títulos em Euro-iene emitidos por não-residentes japoneses. Ao mesmo tempo, um mercado bancário **off-shore** permite a não-residentes obter empréstimos e efetuar depósitos em instituições financeiras japonesas. Cabe observar que a liberalização repercutiu sobre pequenas instituições financeiras através de diversas fusões, envolvendo bancos regionais e associações de crédito.

Apesar das fontes alternativas de créditos para as empresas, o crescimento das importações estimulado pela valorização do iene implica, no curto prazo, perdas de empregos. Com efeito, o FMI projeta para 1995 uma elevação da taxa de desemprego para 3%, comparada a uma taxa de 2,5% em 1993. Cabe ainda mencionar que o crescimento da oferta de empregos não poderá ser mantido no restante da década, caso o Japão não se oriente mais para o setor de serviços, reduzindo o peso do setor manufatureiro na economia.

A demanda por mão-de-obra durante a década de 80 no setor de serviços e construção civil favoreceu a entrada de imigrantes de outros países asiáticos que obtiveram empregos informais. No início da década de 90, porém, as empresas destes setores realizaram aumentos na produção de seus bens e serviços exigindo mais horas extras, em vez de recorrer a novas contratações. Essa estratégia revelou-se fle-

xível para permitir cortes posteriores na produção sem demissões, embora os sindicatos argumentem que tal política deixa espaço para os empregadores exigirem, nos períodos de demanda aquecida, períodos de trabalho mais extensas sem o pagamento de horas extras correspondentes.

A expansão da oferta de empregos no setor de serviços impõe-se na medida em que se consideram os efeitos de mudanças recentes nos setores primário e secundário. No setor secundário, os efeitos combinados do iene forte e da competição com os países recém-industrializados apresentam dois efeitos. Em primeiro lugar, ocorre um redirecionamento para setores de maior valor agregado e elevam-se os gastos com Pesquisa & Desenvolvimento. Em segundo lugar, as empresas vêm investindo em centros de produção no exterior, a fim de contornar barreiras protecionistas e obter custos menos elevados. As empresas enviam equipamentos para montagem no exterior e, em seguida, os remetem de volta ao Japão. Em consequência, aumentam as "importações reversas", ao mesmo tempo em que diminui a oferta de trabalho no setor manufatureiro japonês.

Quanto ao setor primário, os preços pagos pelo arroz e outros produtos agrícolas, incluindo carne e laticínios, têm sido mantidos acima dos preços internacionais, através de compras governamentais. No entanto, embora o governo japonês defendesse tradicionalmente uma política protecionista, argumentando que os plantadores de arroz deviam ter uma renda assegurada, a fim de manter a segurança alimentar do país, as pressões dos países exportadores de arroz, combinada à má colheita de 1993, exigiram compras de emergência do exterior e o anúncio de uma abertura gradual às importações, com início previsto para 1995. Porém, o governo deve continuar decidindo de quem importar e a que preços.

Em consequência da abertura ao exterior, a OCDE prevê uma redução no superávit em transações correntes, de US\$ 128,8 bilhões, em 1994, para US\$ 120,1 bilhões, em 1995. Com efeito, embora a habilidade em adaptar-se rapidamente a choques externos seja uma característica dos japoneses, a dependência da demanda externa torna o país vulnerável ao impacto da apreciação da moeda japonesa nos seus principais mercados. Contudo, o crescimento das exportações para os demais países da Ásia e, em menor medida, das importações provenientes dessa região contribuem para diminuir a exposição do Japão a flutuações na demanda do principal comprador de seus bens e serviços, os Estados Unidos.

Cabe mencionar que, embora o volume global das exportações tenha apresentado, desde 1985, um crescimento menor do que o aumento no volume global das importações, os ganhos nos termos de intercâmbio contribuem para manter o superávit comercial. Em segundo lugar, os preços no varejo de produtos importados não caíram tanto quanto o esperado com a valorização do iene, e os parceiros comerciais do Japão acusam os exportadores japoneses de reduzirem suas margens de lucro para manter sua participação no mercado.

Em resposta a essas críticas, o Japão concluiu vários acordos de “restrição voluntária às exportações”, particularmente no setor automotivo e de produtos eletrônicos. No entanto, tais acordos podem implicar oferta insuficiente, a nível mundial, nas áreas onde os japoneses dispõem de vantagens comparativas. Com efeito, apesar da possibilidade de restrições comerciais ou da alta do iene provocarem um encarecimento de bens e serviços, um declínio no volume de exportações japonesas é improvável em setores - como o de semi-condutores e de comunicações - onde a demanda do resto do mundo é relativamente insensível aos preços.

Desta forma, as pressões para que o Japão compre mais bens e serviços do exterior continuam. O governo dos Estados Unidos vem renovando pedidos ao Japão para que empresas estrangeiras possam vender seguros e participar de licitações públicas, sobretudo aquelas destinadas a compra de equipamentos médicos e de telecomunicações. Os japoneses, no entanto, argumentam que, no caso de equipamentos médicos, 32% das compras do governo são de produtos importados, comparado a 3% nos Estados Unidos. Em segundo lugar, os norte-americanos pretendem que firmas de consultoria financeira estrangeiras ampliem suas atividades junto a fundos de pensões. Outros itens ainda sujeitos a debate são a propriedade intelectual, testes de qualidade simplificados para os importados e a oferta de divisas para as compras do exterior.

Nas negociações para reduzir o superávit japonês, os norte-americanos argumentaram que uma legislação anti-monopólio mais estrita contra as práticas exclusivistas de grupos empresariais conhecidos como **keiretsu** e a remoção de entraves à operação de grandes grupos comerciais são capazes de favorecer as vendas de produtos importados.

As características do sistema de comércio no Japão foram apontadas como uma barreira não-tarifária à penetração de importações no país. Estas características incluem vendas a crédito, concedido informalmente e de tal forma que, para os varejistas e produtores, torna-se essencial estabelecer relações de longo prazo com atacadistas. Em segundo lugar, o atacadista também assume maior destaque no Japão em compração aos demais países industrializados, na medida em que grande parte das vendas ocorre sob forma de consignação e requer relações de confiança, pouco acessíveis a estrangeiros dispostos a vender bens e serviços no Japão. Finalmente, os interessados no mercado japonês tem pela frente a difícil tarefa de

lidar com firmas atacadistas paralelas existentes devido a rede de subcontratações e as relações dos **keiretsu** entre atividades não assemelhadas.

Alemanha

Segundo o FMI, o crescimento na Alemanha deve acelerar-se de 2,3% em 1994 para 2,8% em 1995. As vendas aos parceiros comerciais na Europa e ganhos de competitividade fornecerão o impulso para tal expansão. Estimativas da OCDE prevêem, para 1995, um crescimento de 6% dos investimentos fixos brutos, sustentados por inversões em máquinas e equipamentos industriais no leste da Alemanha.

Devido à necessidade de cortes salariais e de aumento de tributos conjugado a corte de despesas, particularmente de subsídios, a OCDE estima que o consumo privado, deve, na melhor das hipóteses, crescer apenas 0,9% em 1995, com repercussões positivas sobre a inflação. Com efeito, o FMI estima que a inflação deve reduzir-se de 4,7% em 1993 para 3,1% em 1994. No próximo ano as projeções do Fundo indicam a continuidade da tendência à baixa da inflação, desta vez para 2,2%.

À medida em que a região leste se recupera, o governo espera diminuir as pressões sobre as despesas públicas. É neste contexto que a **Treuhandanstalt** - a Agência de Privatização - deve encerrar suas atividades no final do corrente ano. Desde 1992, quando se tornou evidente que nem todas as empresas do leste poderiam ser privatizadas com sucesso, os argumentos para preservar um "núcleo industrial", assim como o receio de que o fechamento de empresas afetasse o resultado das eleições gerais de outubro de 1994, levaram o governo a propor um sistema de parceria no qual empresas do leste sob administração da **Treuhand** se reunissem sob a liderança de uma empresa do oeste (Administração

Kommanditengesellschaften). Apesar da **Treuhand** encerrar suas atividades, o governo deve continuar a monitorar cerca de 47,5 mil contratos concluídos pela Agência de Privatização, pois tais acordos incluem cláusulas sobre investimentos futuros, manutenção de empregos e padrões ambientais. A privatização revela-se, portanto, um tema de médio a longo prazo na agenda do governo.

O término das atividades da **Treuhand** encerra uma etapa no processo de reformas do leste da Alemanha, que levou a um agravamento do déficit público. No cenário traçado pelo FMI, o déficit do governo geral deveria declinar de 3,2% do PIB, em 1993, para 2,3% em 1995. Apesar dos esforços em curso para reduzir tal déficit, o desajuste nas contas públicas continua afetando as expectativas a médio prazo e pode conduzir a uma redistribuição de competências entre os níveis de governo.

Em 1995, a participação dos estados no imposto sobre valor adicionado deve aumentar de 45% para 52%. Em compensação, o governo federal deve ficar com um adicional nas alíquotas da tributação direta. Embora esta elevação tenha um caráter temporário, contribui para reforçar os argumentos a favor de reformas no federalismo germânico. A redistribuição de receitas a nível federal e estadual é, portanto, uma variável a ser levada em consideração ao se traçarem as perspectivas da Alemanha para os próximos anos.

Cabe observar que as reformas no sistema federal poderiam ampliar as diferenças entre os estados já reveladas pela unificação e aumentar a competição por recursos. Entre as alternativas de reforma está ampliar a independência dos estados para gastar em áreas sob sua competência exclusiva. Outra alternativa consiste em atribuir aos estados poderes independentes de tributação, de modo que aqueles que se considerassem capazes de elevar

tributos para aperfeiçoar os serviços públicos pudessem fazê-lo sem requerer a anuência de estados que se mostrassem menos dispostos a adotar tais medidas.

Um adiamento dos ajustes no setor público pode aumentar a pressão sobre a política monetária. Com efeito, para manter a inflação sob controle, o Banco Central alemão - o **Bundesbank** - deve, ao mesmo tempo, levar em consideração a administração dos gastos públicos decorrentes da unificação da Alemanha e impedir que elevações nos custos salariais e nos benefícios sociais se traduzam em aumentos de preços.

Em relação aos custos salariais, cabe mencionar que a economia social de mercado alemã caracteriza-se pela propriedade recíproca de ações entre empresas e um número reduzido de conflitos por **takeovers**, pela maior participação dos bancos em decisões administrativas das empresas do que o observado nos Estados Unidos e no Reino Unido e, enfim, por conferir aos empregados co-participação nas decisões empresariais - através do sistema conhecido como **Mitbestimmung**. Tal sistema, em princípio, apresentaria a vantagem de evitar que demandas salariais excessivas comprometam a competitividade das empresas.

Tradicionalmente, as empresas individuais têm pouco poder para fixar os salários dos seus empregados. As associações industriais e os sindicatos negociam, entre si, salários por setor de atividade. A fim de evitar a competição entre empresas a partir de salários mais baixos, as empresas que pertencem a associações industriais podem pagar mais - mas não menos - do que o negociado em acordos salariais. Desta forma, os acordos negociados pelo maior sindicato da Europa Ocidental - a **IG Metall** - aplicam-se aos setores que representa: o setor automotivo, de engenharia, de construção naval e eletrônico.

Após a reunificação, os sindicatos rejeitaram a alternativa de maior crescimento no leste às custas de baixos salários e pressionaram o governo a proporcionar, no menor espaço de tempo possível, uma convergência de salários entre o leste e o oeste. O objetivo era impedir que os baixos salários no leste enfraquecessem os salários prevalentes no oeste da Alemanha. Embora aumentassem as perdas das empresas administradas pela **Treuhand**, os resultados dessa estratégia beneficiaram os trabalhadores do leste que conseguiram manter seus empregos. Contudo, a convergência foi adiada para 1996.

Os sindicatos desejam manter o nível de emprego, mas, ao mesmo tempo, não se mostram favoráveis à diminuição dos salários reais. Contudo, a alternativa de preservar salários e reduzir os custos não-salariais do trabalho - como as contribuições dos empregadores para o seguro-desemprego e planos de saúde pagos pelas empresas - poderia implicar uma transferência do ônus do ajuste para o setor público, o qual teria diante de si as alternativas de ampliar o desequilíbrio fiscal ou de aumentar impostos.

As restrições impostas aos sindicatos pela situação econômica conduziram a algumas mudanças nas negociações salariais. Desta forma, o sindicato **IG Chemie** concluiu um acordo no qual as empresas podem contratar desempregados há mais de um ano por salários inferiores ao mínimo. Ao mesmo tempo, na ex-RDA, um menor número de empresas pertencem a associações industriais e registram-se, com mais frequência, níveis de remuneração do trabalho inferiores aos negociados.

Apesar da redução nas ocupações em tempo parcial e de uma melhora no mercado de trabalho no leste, tanto a OCDE quanto o FMI prevêem que a taxa de desemprego em 1995 deve continuar inalterada, próxima de 10%. A situação atual no mercado de trabalho

apresenta três conseqüências. Em primeiro lugar, exerce pressão sobre as finanças públicas. Em segundo lugar, reduz as pressões sindicais por maiores salários. Finalmente, as lideranças sindicais locais têm ganho mais importância do que as lideranças nacionais, da mesma forma que aumenta o número de acordos salariais locais em prejuízo de acordos coletivos nacionais. Ao mesmo tempo, aumentam as críticas ao sistema de negociações salariais: as pequenas e médias empresas argumentam que tal esquema as obriga a serem tão inflexíveis quanto as grandes empresas.

Quanto ao setor externo, a OCDE estima para 1995 um crescimento de 7,7% no volume de exportações de mercadorias, enquanto o volume de importações deve aumentar 5,8%. A melhora na balança comercial mais do que compensa as contribuições líquidas para o orçamento da União Européia e o pagamento de serviços a título de remuneração do capital que entrou no país a fim de financiar as reformas no leste da Alemanha. Em conseqüência, o déficit em transações correntes deve reduzir-se de US\$ 13 bilhões, em 1994, para US\$ 4,2 bilhões em 1995. O FMI também projeta uma redução no déficit, porém de níveis distintos, de US\$ 11,6 bilhões em 1994 para US\$ 6,7 bilhões no próximo ano.

França

O desempenho da economia francesa, em 1995, depende, em parte, da continuidade ou não da atual política econômica após as eleições presidenciais, marcadas para 23 de abril e 7 de maio do próximo ano.

Outras áreas de incerteza são, no plano externo, o futuro da União Monetária e Econômica Européia e, no plano doméstico, as medidas para combater o desemprego e o déficit fiscal, particularmente no que se refere à

Seguridade Social. Atualmente, um menor número de pessoas empregadas está pagando os benefícios para um maior número de pessoas aposentadas.

Vale mencionar que, diante da implementação de reformas no sistema internacional de comércio, a França - como um dos maiores produtores agrícolas da Comunidade Européia - enfrenta o desafio de reformar o setor agrícola de modo a reduzir sua dependência de subsídios e de políticas de sustentação de preços.

Nesse contexto, após estimar em 1,9% o crescimento da economia francesa em 1994, o FMI prevê uma expansão de 3% em 1995. Contribuem para esse quadro as vendas francesas de bens e serviços aos seus parceiros europeus. Como a Alemanha é o destino principal das exportações francesas, o desempenho da Alemanha afeta as perspectivas de vendas das empresas.

Em junho, o desemprego na França atingia 12,6% da força de trabalho. Apesar de retirar o projeto que permitia uma remuneração inferior ao salário mínimo para os jovens, o governo propôs um novo programa oferecendo subsídios a empresas que contrataram jovens sem prévia experiência por pelo menos 18 meses. Apesar dos efeitos de tal programa serem de difícil avaliação, espera-se que o maior crescimento previsto para 1995 deva reduzir ligeiramente o desemprego. Com efeito, o FMI projeta uma redução na taxa de desemprego de 12,4%, no ano de 1994, para 11,9% em 1995.

Devido ao moderado crescimento dos salários e à inflação inferior à da Alemanha, espera-se que os exportadores franceses sejam capazes de explorar o crescimento dos investimentos fixos na Alemanha. Com efeito, o FMI projeta para 1994 e 1995 uma inflação de 1,8% na França.

Dados divulgados pela OCDE, em junho, apontam um crescimento de 6,7% para o volume de exportações de mercadorias em 1995. O volume das importações de mercadorias deve crescer em nível ligeiramente inferior, próximo a 6%.

Itália

O FMI projeta um crescimento de 2,8% para a economia italiana em 1995. Para o corrente ano, estima que o produto deve crescer 1,5%. Tal desempenho origina-se do setor exportador e da recuperação no investimento industrial. Com efeito, entre janeiro e maio de 1994, as exportações e importações no âmbito da União Européia (UE) expandiram-se, ambas, cerca de 12%.

Apesar da elevação nas taxas de juros, os investimentos em equipamentos estão se recuperando com o estímulo fornecido pelo mercado externo. Uma recuperação no setor de construção civil é esperada após a anistia pela construção de imóveis sem permissão.

Quanto ao setor público, cortes insuficientes no orçamento e a pressão por novos gastos - particularmente no sul do país - representam ameaças de deterioração das contas públicas. Em junho, o governo anunciou medidas de estímulo à atividade econômica que, supostamente, não teriam impacto negativo sobre as contas públicas. As medidas incluem: deduções fiscais para pessoas com menos de 32 anos que iniciassem atividades empresariais, reduções de impostos para pequenas e médias empresas até o final de 1996 e a fixação de uma alíquota de imposto sobre dividendos, de modo a por fim a críticas de discriminação em favor de títulos públicos.

O plano econômico do governo, aprovado pelo Parlamento em 4 de agosto, estima que

a necessidade de financiamento do setor público deve atingir 9,4% do PIB, em 1994. A meta do governo é reduzi-la para 8%, em 1995, e atingir o final de 1995 com uma dívida pública de 124,2% do PIB. Parte do aumento previsto da receita viria do pagamento pela anistia sobre construções ilegais, efetuadas sem planejamento. A anistia permitiria o registro de imóveis e a arrecadação do imposto sobre o registro. Em segundo lugar, o governo conta com os resultados positivos nas "negociações" com contribuintes que não pagaram impostos porque alegam terem sido sobretaxados. A fim de por termo a disputas com os contribuintes e reduzir a evasão fiscal, o sistema tributário deve ser reformado.

Vale observar que outra fonte de receita - os processos de privatização - pode apresentar resultados inferiores aos esperados, na medida em que foram adiadas as vendas de empresas, devido ao mercado de ações deprimido e à falta de consenso político entre os quatro partidos que governam a Itália em coalizão. Em resposta a críticas de que as empresas privatizadas estavam sendo transferidas para oligopólios, o governo anunciou que um quinto do Conselho Diretor das empresas privatizadas será reservado para representantes de acionistas minoritários.

Do lado do corte nas despesas, reduzir gastos em áreas sensíveis - como pensões e assistência à saúde - representa outra fonte de tensão para o governo de coalizão. O plano do governo prevê o fechamento de hospitais, menores pagamentos a médicos no setor público que exercem uma atividade privada paralela e, apesar dos protestos de companhias farmacêuticas, redução nos preços de remédios subsidiados pela Saúde Pública.

O governo pretende ainda reduzir as verbas destinadas pelo Tesouro ao financiamento de pensões. As medidas orçamentárias prevêem

em elevação da idade de aposentadorias e a harmonização da taxa de aumento anual das pensões. O ônus dos cortes nos sistemas de pensões deve recair sobre futuros aposentados, principalmente do setor público.

Em contraste com essas medidas de contenção de gastos, a Corte Constitucional ordenou, em junho, o pagamento de aumentos em pensões, retroativos a 1983. Embora a decisão esteja suspensa por seis meses, as expectativas de maiores gastos futuros continua presente e o governo pode optar pelo pagamento em parcelas anuais.

As incertezas sobre a capacidade de redução do déficit público repercutem sobre o mercado financeiro. Para financiar a dívida pública italiana, os investidores demandavam um prêmio mais elevado. Embora parte das mudanças ocorridas seja atribuída a um movimento ascendente em sincronia com os demais países da Europa, o rendimento dos títulos públicos com prazo de maturação de dez anos aumentou de 8,6%, no início do ano, para 12,5%, na metade de setembro.

No dia 12 de agosto, a lira italiana atingiu um recorde de baixa frente ao marco alemão. Contudo, a fragilidade da moeda ainda não se refletiu em aumento da inflação, pois o elevado desemprego modera as demandas salariais. Com efeito, o FMI espera um declínio da inflação de 3,8%, em 1994, para 3,1% em 1995.

Para manter as expectativas de convergência da inflação com os demais países europeus, o Banco da Itália elevou, no dia 11 de agosto, suas taxas de juros de curto prazo (taxa de desconto oficial) para 7,5%. As autoridades monetárias advertiram ainda que, na ausência de medidas suficientes para controlar o déficit público, o Banco Central pode efetuar novos aumentos.

Reformas foram promovidas para ampliar as contratações de mão-de-obra. As medidas adotadas incluem menores salários para menores de 32 anos e a remoção de obstáculos a contratações de curto prazo, aos empregos em meio período e ao trabalho de aprendizes. Desse modo, o FMI espera um ligeiro declínio na taxa de desemprego, de 11,6%, em 1994, para 11,4% em 1995. No entanto, o mercado de trabalho deve continuar a apresentar contrastes regionais, com o desemprego no sul atingindo taxas mais elevadas do que nas demais regiões do país.

No setor externo, o FMI projeta um crescimento do superávit da Balança Comercial, de US\$ 39,1 bilhões, em 1994, para US\$ 41,2 bilhões em 1995. No mesmo período, o superávit estimado em transações correntes indica uma elevação de US\$ 28,7 bilhões para US\$ 33,7 bilhões.

Reino Unido

Segundo o FMI, o Reino Unido deve encerrar o corrente ano com um crescimento de 3,3%. Para 1995 é esperada uma pequena desaceleração, com o produto expandindo-se 3%. Entre os fatores que deverão contribuir para a diminuição no ritmo de crescimento destacam-se cortes de despesas no setor público e elevações nos juros.

Através de reformas no mercado financeiro, o governo espera criar condições para proporcionar ganhos de competitividade. Com efeito, entre os motivos que provocaram a perda de competitividade das empresas britânicas, destacam-se uma pequena oferta de financiamento interno e a alta porcentagem de lucros destinados ao pagamento de dividendos. A distribuição de lucros aos acionistas é encorajada pelos fundos de pensão da **City** e outras instituições financeiras, a fim de reduzir a

vulnerabilidade das empresas a transferências de propriedade por meio de **takeovers**.

Após os escândalos com os fundos de pensões das empresas Maxwell, o governo divulgou, em junho, novas regras para o setor. As medidas a serem adotadas incluem novos padrões de solvência a partir de 1997. Porém, os fundos devem ter cinco anos para adequar-se a tais padrões. Essas reformas, no entanto, podem levar os fundos a aplicarem mais em títulos de renda fixa, menos voláteis do que papéis de renda variável.

Apesar da desvalorização da libra esterlina após o Reino Unido retirar-se do Mecanismo Cambial Europeu, não se registraram aumentos significativos de preços. Isso ocorreu, em parte, porque os preços de petróleo e de outras **commodities** não aumentaram tanto quanto o esperado e, em parte, devido a menores pressões por aumentos salariais em meio a elevadas taxas de desemprego.

Esta situação, no entanto, parece ter-se esgotado diante da expectativa de elevação do preço de algumas **commodities** e do recuo do desemprego de 10,3%, em 1993, para estimados 9,4% em 1994 e 9% em 1995. Desse modo, dados revisados do FMI projetam um aumento na inflação de 2,5%, em 1994, para 3,1% em 1995. Cabe mencionar ainda que, a exemplo dos Estados Unidos, o governo promoveu elevações de juros em setembro para administrar as pressões inflacionárias.

No setor externo, a OCDE prevê um crescimento de 7% no volume das exportações de mercadorias, em 1995, comparado a um aumento de 7,2% no volume de importações de mercadorias. O déficit em transações correntes deve aumentar de estimados US\$ 21,3 bilhões, em 1994, para US\$ 24,7 bilhões em 1995. No mesmo período, o FMI também projeta um aumento

de tal déficit, porém de US\$ 15,3 bilhões para US\$ 19,4 bilhões.

2.2 OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

O desempenho dos países em desenvolvimento (PEDs) é afetado pelas políticas econômicas dos países industrializados através de diversos mecanismos. Assim, o crescimento dos países industrializados e suas repercussões sobre a demanda por exportações dos PEDs; variações nas taxas de juros e de câmbio; mudanças no acesso aos mercados, assim como alterações nos preços de **commodities** e nos termos de intercâmbio repercutem sobre o desempenho dos países em desenvolvimento.

Devido ao seu impacto sobre o serviço da dívida e sobre o potencial de atração de investimentos nos mercados financeiros, a trajetória das taxas reais de juros nos países industrializados assume importância para as economias em desenvolvimento. Neste aspecto, cabe observar que as taxas de juros reais dos países industrializados são influenciadas pelos desequilíbrios fiscais. Os gastos públicos nestes países são pressionados pela sustentação da renda agrícola, pelos custos de rolagem da dívida pública e por dispêndios crescentes com saúde e aposentadorias, dado o envelhecimento da população.

Por outro lado, as mudanças nas taxas de câmbio entre as principais moedas dos países industrializados podem induzir mudanças nos fluxos de investimento e de comércio. Assim, um risco cambial apresenta-se nos países onde a principal moeda utilizada nos pagamentos do serviço da dívida externa não coincide com a moeda da maioria das receitas de exportação.

A política comercial é outro canal de transmissão de choques entre os países industrializados e os PEDs. Os países

industrializados têm recorrido a barreiras não-tarifárias, especialmente nos setores agrícola, têxtil e de equipamentos, a instrumentos de proteção contingente - como acordos de restrição voluntária às exportações, medidas **antidumping** e direitos compensatórios - e, mais recentemente, à definição de padrões ambientais e trabalhistas. Entre os países afetados por tais medidas estão o Brasil, China, Coréia, Cingapura, Taiwan e Tailândia. Cabe ainda mencionar que acordos regionais de comércio apresentam riscos de fragmentar o comércio internacional e desestimular trocas multilaterais abertas, em prejuízo de PEDs excluídos de grupos regionais.

Entre os países em desenvolvimento mais vulneráveis a choques externos, destacam-se aqueles dependentes de recursos externos sujeitos a condicionalidades. Este grupo de países é particularmente sensível aos efeitos, nos países industrializados, de cortes orçamentários sobre os recursos destinados ao desenvolvimento.

AMÉRICA LATINA

Para 1995 é esperada uma aceleração no crescimento da América Latina, com o produto expandindo-se 3,3%, após alcançar uma taxa próxima de 2,8% em 1994. Por sua vez, projeções de setembro do FMI indicavam que a inflação em 1994 na região poderia atingir 244,8%. Este resultado é influenciado pela inflação de 2.425,9%, projetada pelo Fundo para o Brasil.

Em suas estimativas para 1994, no entanto, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) ressalta que, excluído o Brasil, a inflação latino-americana deve situar-se em 16%. No próximo ano, os resulta-

dos do plano de estabilização do Brasil podem contribuir para uma inflação em baixa na região. Nesse aspecto, cabe mencionar que o sucesso do plano requer medidas como reformas fiscal e previdenciária, além do controle do Banco Central sobre os bancos estaduais.

As moderadas taxas de crescimento regional ilustram a dificuldade de alcançar simultaneamente um crescimento elevado e uma queda sustentada da inflação. Tais dificuldades se refletem no mercado de trabalho, onde a criação de novos empregos ainda não foi suficiente para reduzir o desemprego e o subemprego de forma significativa. Com efeito, em maio de 1994, o Instituto Nacional de Estatísticas e Censos da Argentina apontava uma taxa de desemprego nas áreas de Buenos Aires, Rosario e Tucuman superior a 10%. No México, os desempregados e o número de pessoas trabalhando menos de 35 horas semanais no primeiro semestre de 1994 ultrapassava 20% da População Economicamente Ativa.

Segundo a CEPAL, outra restrição ao rápido crescimento é o investimento, relativamente baixo comparado a economias da Ásia ou à própria América Latina na década de setenta e oitenta. Estima a Comissão que, em 1993, os investimentos representaram 18,5% do PIB regional, enquanto no leste asiático esse percentual superava 30%. No entanto, a julgar pelo aumento nas importações de bens de capital no primeiro semestre do corrente ano, tal restrição pode estar perdendo força.

Quanto ao setor externo, estima a CEPAL que, em 1994, pelo terceiro ano consecutivo, a América Latina apresentará um déficit comercial. Desta vez, é esperado um déficit de US\$ 21 bilhões, comparado a um resultado negativo de US\$ 15 bilhões no ano anterior. As importações continuam crescendo, particularmente na Argentina, Brasil, Colômbia e México. Ao mesmo tempo, a Comissão assinala que as

elevações nas taxas de juros dos Estados Unidos devem contribuir para elevar em 10% o pagamento de serviços de fatores, de US\$ 31 bilhões em 1993 para US\$ 34 bilhões em 1994.

A esperada ampliação do déficit comercial combinada à projeção de aumento no pagamento de serviços de fatores resultam numa elevação do déficit em transações correntes, de US\$ 45 bilhões, em 1993, para US\$ 53 bilhões no corrente ano. Este déficit deve ser financiado através do ingresso de capital ou através da utilização de reservas.

São esperadas mudanças na composição do capital que ingressa na região. Diante de aumentos nas taxas de juros nos Estados Unidos, iniciados em fevereiro de 1994, e de perturbações políticas e bancárias, respectivamente, no México e na Venezuela, projeta-se uma diminuição na colocação de bônus em 1994. Em segundo lugar, vale mencionar que, no primeiro semestre de 1994, reduziram-se os bônus lançados pelo setor privado, cresceu o recurso a taxas de juros variáveis e aumentaram as margens sobre as taxas preferenciais.

A esperada diminuição na emissão de bônus, porém, será mais do que compensada por maior utilização de outros instrumentos para captar recursos externos, como investimentos diretos, aplicações de não-residentes em mercados acionários latino-americanos, créditos de fornecedores e empréstimos de organizações multilaterais. Assim, a CEPAL estima que cerca de US\$ 55 bilhões devem ingressar na região em 1994.

A entrada de recursos externos apresenta riscos como o de apreciação cambial, perdas com as receitas de exportação, ampliação dos déficits em transações correntes, elevação dos preços de bens não-comercializados no exterior e aumentos na ocorrência de fraudes e de falências nos sistemas financeiros domésticos.

Para administrar tais riscos, os governos da região tem recorrido ao ajuste fiscal, esterilização, ajuste cambial e a introdução de controles de capitais. Em alguns países, como o Chile, os recursos externos foram utilizados como meio para fortalecer a segurança do sistema financeiro doméstico. Alterações nas exigências de reservas foram impostas, de início, sobre créditos externos e, em seguida, ampliadas para depósitos inter-bancários.

Argentina

Segundo as projeções do FMI, a Argentina deve encerrar o ano de 1994 mantendo a taxa de crescimento do produto de 6%, já observada no ano anterior. Tal estimativa significa uma desaceleração em relação à expansão do produto de 8,7% alcançada em 1992. Ao mesmo tempo, as projeções do Fundo divulgadas em setembro indicam uma queda da inflação de 10,6%, em 1993, para 3,6%, em 1994.

As reformas que se seguiram ao Plano de Conversibilidade, de março de 1991, favoreceram os planos de expansão das empresas. Excluindo-se a formação de estoques, o investimento real na economia expandiu-se 13,7%, em 1993. Tal desempenho ocorreu após uma queda de 9,9%, em 1990, e um crescimento de 25,1% e 30,9%, em 1991 e 1992, respectivamente.

Ao mesmo tempo em que ocorre uma expansão de investimentos, observa-se na economia argentina uma tendência ao crescimento de importações e a uma deterioração do saldo em transações correntes do Balanço de Pagamentos. As exportações que, em 1990 renderam US\$ 12,4 bilhões, situaram-se em 1993, de acordo com dados preliminares da CEPAL, em US\$ 13,1 bilhões. Por outro lado, as importações saltaram de US\$ 4,1 bilhões, em 1990, para

US\$ 16,8 bilhões em 1993. Nesse período, o saldo em transações correntes do Balanço de Pagamentos inverteu-se, passando de um superávit de US\$ 1,9 bilhão em 1990, para déficits de US\$ 2,8 bilhões e US\$ 8,4 bilhões, respectivamente, em 1991 e 1992. Em 1993, as estimativas da CEPAL sugerem um agravamento do déficit para US\$ 8,8 bilhões.

No setor externo, as importações expandiram-se cerca de 35% nos sete primeiros meses de 1994, em relação ao mesmo período de 1993, enquanto as exportações cresceram apenas 12%. Vale mencionar que, em 1993, 33% das importações totais originaram-se de compras de bens de capital. Nos três primeiros meses de 1994, os bens de capital representaram 27% do total importado.

Embora a aquisição de bens de capital tenha um impacto mediato sobre a produtividade da indústria, não se pode ignorar os desafios à condução da política econômica apresentados pelo crescimento do déficit em transações correntes. Como proporção do PIB, o déficit projetado para 1994 é de 3,8%, o que representa um crescimento de 0,3 ponto percentual em relação a 1993.

Vale mencionar que o influxo de capital tem sido capaz de superar o déficit em conta corrente. De fato, o estoque de reservas internacionais representou em 1993 mais de dez meses de importações, totalizando cerca de US\$ 15 bilhões. Tal montante significa um crescimento superior a US\$ 4 bilhões, em relação ao ano anterior.

Chile

O crescimento da economia chilena vem desacelerando-se nos últimos três anos, como também ocorre na Argentina. Segundo o FMI, o produto em 1994 deve crescer 4%, após atingir taxas de 6% e de 10,3%, respectivamente,

em 1993 e 1992. Este resultado deve ser influenciado pelo desempenho do setor de pesca, que registrou um crescimento de 20,2%, no segundo trimestre de 1994, em relação a igual período do ano anterior.

O governo adotou, em 1993, medidas para conter o crescimento da demanda doméstica em nível compatível com uma taxa de crescimento anual do produto de 6,5%. De fato, o desempenho do produto aproximou-se dessa meta e os investimentos expandiram-se 12%, atingindo o equivalente a 26,5% do PIB. Porém, a demanda doméstica cresceu a uma taxa real de 9%.

O impacto da expansão da demanda sobre os preços foi contido pelas importações e por menores vendas ao exterior. Assim, a inflação chilena declinou para 12,7% em 1993, após atingir 15,4% em 1992. Para o corrente ano, apesar do compromisso com uma política fiscal austera anunciado em março pelas novas autoridades econômicas, as projeções do FMI indicam apenas uma ligeira queda da inflação para 12,2%.

Segundo a CEPAL, a recuperação dos países industrializados no corrente ano favoreceu os preços e volumes das exportações chilenas. A retomada das vendas ao exterior foi sustentada por aumentos de produtividade e por uma recuperação nos preços internacionais do cobre e de celulose. Por sua vez, as vendas ao exterior de manufaturas expandiram-se 16% no primeiro trimestre.

No período janeiro-junho, as exportações dirigidas ao mercado asiático aumentaram 14% em relação ao ano anterior, enquanto as vendas aos demais países latino-americanos cresceram 7%. Cabe destacar que o Chile aderiu em 1994 à APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico). A organização reúne os países do Nafta (Estados Unidos, Canadá e

México), o Japão, a Austrália, a China, Hong Kong e a Coréia do Sul, entre outros.

As aquisições de bens de capital do exterior apresentaram uma elevação de 10% no segundo trimestre de 1994, após uma queda de 4% nos três primeiros meses do ano. De janeiro a julho, a balança comercial de mercadorias apresentava um superávit de cerca de US\$ 290 milhões. No mesmo período, o saldo do Balanço de Pagamentos apresentava um superávit de US\$ 690 milhões de dólares. Assim, as reservas acumuladas no final de julho eram suficientes para cobrir as importações por pouco mais de um ano.

México

O desempenho da economia mexicana em 1994 foi influenciado pela entrada em vigor do Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (**Nafta**) e por fatores políticos, que provocaram instabilidade no mercado financeiro doméstico. Após uma desaceleração no crescimento de 2,8%, em 1992, para 0,4% em 1993, dados revistos do FMI estimam um crescimento de 1,5% para o produto mexicano em 1994. A inflação deve continuar em queda, diminuindo de 9,8% em 1993 para 6% em 1994.

Segundo a CEPAL, a recuperação do crescimento em 1994 é sustentada pelas exportações, favorecidas pela entrada em vigor do **Nafta**, pelo desempenho da economia dos Estados Unidos e pela depreciação do peso no mercado de câmbio. Cabe observar que a intervenção no mercado cambial, a elevação dos juros em meio a acontecimentos políticos inesperados e o apoio do Tesouro dos Estados Unidos permitiram ao governo mexicano enfrentar a volatilidade no mercado financeiro doméstico. Porém, em outubro, as autoridades monetárias divulgaram dados indicando uma queda nas reservas do país para US\$ 17,2 bilhões, cerca de US\$ 7,3 bilhões a menos do

que em dezembro de 1993. As perdas em divisas foram atribuídas à intervenção do Banco Central, a fim de defender o peso, após o assassinato do candidato à presidência pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI) e a oscilações no mercado cambial devido às eleições presidenciais de agosto no México.

A eleição de Ernesto Zedillo, candidato do PRI, pode significar a manutenção da política econômica em três eixos: a integração comercial através do **Nafta**, o processo de privatização - que pode incluir a **Pemex** (Petróleos Mexicanos) - e os investimentos estrangeiros.

Dados do Ministério do Comércio indicam que, de janeiro a julho de 1994, ingressaram no país US\$ 8,3 bilhões. Deste total, 60% dirigiu-se para a Bolsa de Valores. Os maiores investidores foram os residentes dos Estados Unidos, Reino Unido, França, Suíça, Alemanha, Países Baixos e Japão. Por outro lado, o governo captou recursos no exterior, através de empréstimos a longo prazo contraídos pela **Pemex** e utilizando-se do banco de desenvolvimento.

O uso de reservas e os capitais externos de curto prazo, atraídos pelas elevadas taxas de juros, financiaram o déficit em transações correntes. Diante da elevação dos juros nos Estados Unidos, a CEPAL estima que o aumento do serviço da dívida externa associado à ampliação do déficit comercial com os Estados Unidos devem contribuir para um déficit em transações correntes da cerca de 7% do PIB.

Venezuela

Em contraste com os países acima, o FMI estima que o nível de atividade na Venezuela deve apresentar uma queda pelo segundo ano consecutivo. As projeções do Fundo apontam uma queda de 3,7% em 1994, após uma

contração no produto de 1% em 1993. Entre os setores mais afetados estão o petrolífero, de aço e de fertilizantes.

Segundo o Fundo, a Venezuela deve encerrar o corrente ano com uma inflação de 57,7%, comparada a 38,1% em 1993. Os propósitos do governo de reduzir o déficit fiscal foram frustrados por uma crise bancária. Com efeito, diversas instituições bancárias receberam recursos oficiais através do Fundo de Garantia dos Depósitos. Esse quadro de ampliação da liquidez, observa a CEPAL, provocou distúrbios cambiais e monetários, que aceleraram a inflação a ponto de o governo reverter a política de liberalização, iniciada em 1989, e reintroduzir controles de preços e de câmbio.

A fragilidade da demanda interna e o encarecimento de produtos importados com os controles cambiais explicam, segundo a CEPAL, uma queda superior a 30% no valor em dólares dos produtos importados pela Venezuela nos cinco primeiros meses de 1994. Quanto às vendas ao exterior, o FMI estimava em março que as exportações em 1994 deveriam manter-se no nível de US\$ 14,5 bilhões. Supondo ingressos de capital com a retomada do programa de privatização, o Fundo projetava um aumento do superávit na conta de capital de US\$ 1,2 bilhão, em 1993, para US\$ 1,5 bilhão em 1994. Tal aumento seria suficiente para, após dois anos consecutivos de perdas de divisas, produzir em 1994 um pequeno aumento nas reservas, para US\$ 0,2 bilhão.

ÁSIA

O crescimento do produto asiático tem sido vigoroso nos últimos anos, bem acima do nível registrado na América Latina e mesmo na Europa Ocidental. Segundo previsões do FMI divulgadas em agosto, o PIB regional, em 1995, deve crescer 7,3%, comparado a uma expan-

são de 8% em 1994. Se as projeções para o corrente ano vierem a se confirmar, entre 1990 e 1994 o crescimento acumulado na região alcançará 44%, contra 16% da América Latina.

Na parte oriental, onde o crescimento mostra maior dinamismo, dois fatores contribuem para a evolução do produto: a apreciação do iene e a demanda interna. Com efeito, a valorização da moeda japonesa favorece os países como a Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura, exportadores de produtos industrializados que competem com o Japão em mercados internacionais. Em particular, cabe destacar um crescimento nas vendas deste grupo de países para os Estados Unidos.

Desde janeiro de 1993, a apreciação da moeda japonesa beneficia ainda a China e os países-membros da Associação de Países do Sudeste Asiático (ASEAN), da qual fazem parte Tailândia, Indonésia, Malásia, Filipinas e, recentemente, China. De fato, o comportamento do iene amplia o diferencial no custo de produção neste grupo de países, estimulando as empresas japonesas a transferir para esta região parte de seu parque produtivo. Aos efeitos cambiais, acrescentam-se ainda medidas de estímulo à entrada de capital externo.

O influxo de capital externo tem crescido a taxas elevadas, sustentadas pelo investimento crescente efetuado por empresas japonesas. O investimento direto estrangeiro nos quatro países mencionados acima alcançou US\$ 15 bilhões no primeiro semestre de 1994 e pode superar, até o final do ano, os US\$ 30 bilhões registrados em 1990.

Segundo o Instituto de Pesquisas do Banco Nomura, a expansão do produto da **Coreia do Sul** deve alcançar 8,3% em 1994, após atingir 5,6% em 1993. Tais previsões são reforçadas pelo crescimento anualizado de 8,9%, registrado no primeiro trimestre de 1994,

seguido de uma previsão de 8,1% para o segundo semestre do corrente ano.

Cabe destacar que o impulso para este crescimento está se deslocando do setor exportador para o mercado interno. De fato, embora as importações cresçam mais rapidamente que as vendas ao exterior, o crescimento das exportações aumenta o lucro das empresas privadas e, apesar da elevação dos juros internos, amplia o nível dos investimentos com efeitos favoráveis sobre a demanda interna.

Contudo, o elevado crescimento traz consigo pressões inflacionárias. O FMI estima que a inflação, medida pelo índice de preços ao consumidor, deve aumentar de 4,8%, em 1993, para 6% em 1994. Entre os fatores que contribuem para a elevação dos preços destaca-se um mercado de trabalho mais rígido. Devido às necessidades geradas pelo crescimento do produto, a elevação da demanda por mão-de-obra supera a expansão da oferta, resultando em aumento de salários. No setor manufatureiro, o salário real situou-se, em maio de 1994, 13,9% acima do registrado no mesmo mês do ano anterior. Contribuiu ainda para o aumento da taxa de inflação a elevação dos preços dos produtos agrícolas após uma fraca colheita.

No setor externo, o déficit na conta corrente do Balanço de Pagamentos aumentou para US\$ 3,9 bilhões nos oito meses iniciais de 1994, comparado a US\$ 1,1 bilhão em igual período de 1993. O Nomura, no entanto, ressalta que fatores sazonais nos últimos quatro meses do corrente ano contribuirão para reduzir tal resultado, de modo que a Coreia do Sul deve encerrar o corrente ano com um déficit de US\$ 1 bilhão.

Em **Taiwan**, o crescimento do produto estimado pelo Nomura para 1994 é de 6%. Tal desempenho significa a continuidade de taxas registradas nos dois anos anteriores: 5,9% em

1993 e 6% em 1992. No primeiro semestre do ano, as exportações e a demanda interna sustentaram o nível de atividade.

O saldo em conta corrente deve continuar apresentando resultado positivo, atingindo em 1994 um superávit de US\$ 5 bilhões, comparados a US\$ 6,2 bilhões em 1993. O crescimento do valor das exportações deve registrar um aumento moderado - de 4,3%, em 1993, para 4,8% em 1994. Este resultado é motivado pelo aumento das vendas aos países vizinhos, especialmente para Hong Kong, o que muitas vezes significa a China como destino final, e para o Japão.

Cabe destacar que o ritmo de crescimento das vendas ao exterior deve diminuir no segundo semestre do corrente ano, devido à queda nas importações efetuadas pela China e pelos Estados Unidos. Assim, o principal fator a induzir o crescimento do produto deverá ser o dinamismo da demanda interna.

Em agosto, a inflação atingiu uma taxa anualizada de cerca de 7%, o valor mais elevado dos últimos treze anos. Contribuiu para este resultado o aumento no preço dos alimentos provocados pela inundação ocorrida em áreas agrícolas. A inflação acumulada nos primeiros oito meses do ano atingiu 3,9%, extrapolando a meta do governo de fechar o ano com uma inflação de 3,8%. Deste modo, é provável que o Banco Central adote uma política monetária mais rígida nos últimos quatro meses de 1994.

A expansão do produto de **Cingapura** continua elevada, superada apenas pelo crescimento da economia chinesa. Para 1994, o Nomura estima um crescimento de 9,8%. Com efeito, após atingir um crescimento de 9,9% em 1993, o PIB registrou uma expansão de 10,5% no primeiro semestre de 1994. Este resultado foi sustentado pelo dinamismo da indústria eletrônica e pelo crescimento da economia de

países vizinhos, que elevam a demanda por produtos elaborados em Cingapura.

Em contraste com a Coréia do Sul, a inflação em Cingapura mantém-se moderada, pois a evolução do produto vem se realizando através de uma elevação da produtividade. Por outro lado, a política de apreciação da moeda local, juntamente com uma inflação mundial baixa, faz com que o preço dos produtos importados tenha um impacto deflacionário em relação ao preço dos produtos elaborados localmente. Os preços dos produtos importados caíram 4,8% no primeiro semestre de 1994, após registrarem uma queda de 2,1% em 1993.

Na **Indonésia**, o Nomura estima uma moderada aceleração no crescimento de produto para 7% em 1994, comparado a 6,7% em 1993. Nos primeiros oito meses do ano, o nível de atividade foi sustentado pelos setores manufatureiro, de construção e de serviços. É esperada uma recuperação no valor das vendas ao exterior de petróleo devido à melhoria nos preços do produto.

Os investimentos continuam aumentando significativamente. A simplificação das regras para a participação do capital estrangeiro ampliou o debate sobre a remoção do teto máximo de 49% das ações de sociedades anônimas passíveis de aquisição por investidores do exterior. Entre janeiro e setembro do corrente ano foram aprovados projetos no valor de US\$ 19,9 bilhões, alguns dos quais em países vizinhos. Tal diversificação regional situa-se em linha com a estratégia adotada pelos países recentemente industrializados do Sudeste Asiático.

Medida pelo índice de preços ao consumidor, a inflação estimada pelo FMI deve atingir 7,3% em 1994. Em julho e agosto ocorreu um aumento temporário de preços, devido à elevação no preço dos alimentos provocada por

distúrbios climáticos. Espera-se que a inflação seja atenuada, se houver uma melhoria no sistema de distribuição de gêneros alimentícios, elevação na oferta de material de construção e desregulamentação na área de comércio exterior.

No primeiro semestre de 1994, a Balança Comercial da Indonésia apresentou superávit de US\$ 8 bilhões. No mesmo período, a conta de transações correntes registrava um déficit de US\$ 4,6 bilhões. Para 1994, é previsto um déficit de US\$ 3,4 bilhões nessa conta.

A demanda interna e as exportações devem contribuir para um crescimento de 8,5% do PIB da **Malásia** em 1994. A exemplo da Indonésia, os setores mais dinâmicos da economia são o manufatureiro, de construção civil e de serviços.

Cabe destacar que a expansão dos investimentos é mantida pelo setor manufatureiro. No primeiro trimestre de 1994, os investimentos elevaram-se 14% em relação a igual período do ano anterior. Dada a escassez de mão-de-obra, os novos investimentos são intensivos em capital, contribuindo para o aumento da produtividade dos trabalhadores.

A inflação média nos oito primeiros meses do ano situou-se em 3,8%. A taxa anualizada de inflação caiu de 5% em fevereiro para 3,3% em agosto. Considerando a política de apreciação da moeda local e uma baixa no preço dos alimentos, o Nomura estima que a Malásia deve encerrar o corrente ano com uma inflação de 4%.

A evolução do PIB na **Tailândia** apresenta taxas que oscilam entre 7 e 8% ao ano, nos últimos quatro anos. Em 1994, o nível de atividade econômica deve elevar-se 8,2%, comparado a 7,9% em 1993. No mesmo período, a inflação deve aumentar de 3,3% para 4,9%.

A aceleração do crescimento é sustentada pela melhoria na qualidade dos produtos exportados e pela conquista de novos mercados externos. Ao mesmo tempo, cabe destacar que, nos últimos dez anos, as compras de bens de consumo do exterior registraram apenas alterações moderadas. Assim, a atual expansão das exportações combinada à estabilidade do volume de importações contribuíram para diminuir o déficit na conta de transações correntes para US\$ 3,9 bilhões no período janeiro-julho do corrente ano. Considerando tal resultado, o déficit em transações correntes deve diminuir de US\$ 7,2 bilhões em 1993 para US\$ 6,9 bilhões em 1994.

No primeiro semestre do ano, a expansão do produto real da **China** caiu para 11,6%. Para 1994, estima-se um crescimento do PIB de 10,2%, comparado a 13% em 1993. Esta desaceleração decorre da implementação de medidas de austeridade para conter os gastos públicos e a inflação elevada. No entanto, tais medidas devem apresentar resultados apenas a médio prazo. Com efeito, entre janeiro e agosto do corrente ano, o índice de preços ao consumidor elevou-se 22,7%, em relação a igual período do ano anterior. Para 1994, o Nomura estima uma inflação de 19,5%, comparada a 14,7% em 1993.

O governo chinês defronta-se atualmente com a necessidade de compatibilizar o ritmo da liberalização do mercado de capitais com o processo de estabilização da economia. Em setembro, o governo anunciou um programa de incentivo à agricultura. As medidas incluem a reforma do transporte e dos canais de distribuição de produtos rurais e o estabelecimento de um seguro para proteger produtores de cereais e aumentar a oferta. Combinada à elevação do estoque de produtos agrícolas através de importações, o efeito esperado pelo governo é a contenção da alta no preço dos alimentos.

Segundo estimativas do FMI, a **Índia** deve encerrar o corrente ano com um crescimento de 4,8%, comparado a 4% no ano anterior. No entanto, a aceleração do nível de atividade não deve trazer pressões sobre os preços. A taxa de inflação deve diminuir de 10%, em 1993, para 8,5% em 1994.

O programa de privatização ganhou impulso no segundo semestre, quando o governo anunciou a venda parcial de ativos em sete companhias estatais. O valor de compra mínima de ações destas empresas foi reduzido. Prevê-se a venda de 49% da participação do governo nas empresas estatais. Com tais operações, o governo pretende arrecadar cerca de US\$ 1,3 bilhões entre 1994 e 1995. Desde o início do programa em 1991 até março de 1994, ingressaram nos cofres públicos cerca de US\$ 2,6 bilhões provenientes de vendas de empresas estatais.

No setor externo, embora o crescimento das exportações indianas tenha diminuído, é esperado um déficit na conta de transações correntes de apenas US\$ 0,2 bilhão em 1994.

ANTIGAS ECONOMIAS PLANIFICADAS

As estatísticas oficiais referentes às antigas economias planificadas continuam sujeitas a revisões. Parte das frequentes revisões estatísticas efetuadas pelo FMI originam-se da dificuldade para monitorar atividades do setor privado. Em países como a Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia, o Fundo estima que a participação do setor privado na geração do PIB já seria superior a 50%, graças à criação de pequenas empresas e à transferência de títulos de propriedade com a privatização. Em particular, registra-se uma expansão de atividade nos setores de comunicações, bancário e de seguros.

Os dados do FMI para a Europa Centro-Oriental, excluída a ex-URSS, foram revistos e apontavam em setembro uma queda do produto de 5,4% em 1994 seguida de uma expansão de 1,4% em 1995. Entre as economias da região, destaca-se a **Polônia** com um crescimento estimado em 4,5% no corrente ano. O governo formado por comunistas forneceu indicações de que promoverá mudanças na previdência social. Apesar da suspensão da privatização dos bancos em fevereiro de 1994, anunciou-se para o próximo ano o início de um programa de privatização em massa, com a criação de fundos de investimento.

O FMI ressalta que a elevação da demanda doméstica - em parte resultante de aumentos nos investimentos, inclusive por empresas estrangeiras - provocou o aparecimento de um persistente déficit comercial desde o último trimestre de 1992. Por outro lado, a inflação continua elevada. Em junho, a taxa anualizada de inflação encontrava-se em 30% e a previsão do Fundo para o final do ano era de 29,8%.

Segundo projeções do novo governo socialista empossado em julho, a **Hungria** deve apresentar em 1994 um crescimento do PIB de 1 a 2%. No entanto, estima-se que elevações nos juros e um pacote fiscal de emergência, lançado em setembro, afetarão o nível de atividade, de modo que o produto deve cair 1% em 1995. O governo negociou com sindicatos e empresários uma contenção do aumento de salários reais. No setor externo, vale mencionar que o país possui o mais alto serviço da dívida **per capita** na região. Em 1993, o déficit em transações correntes atingiu US\$ 3,5 bilhões, equivalentes a 10% do PIB.

Na ex-URSS as reformas para consolidar uma economia de mercado enfrentam os seguintes obstáculos: restrições insuficientes aos créditos entre empresas, base tributária frágil, ausência de coordenação de políticas monetá-

rias entre as repúblicas e choques nos termos de intercâmbio provenientes do alinhamento de preços domésticos àqueles prevalentes no mercado internacional. Segundo o FMI, os moderados auxílios concedidos aos desempregados não motivam declarações formais de desemprego. Em consequência, o número oficial de desempregados na **Rússia** era de apenas 1,5% da força de trabalho em maio de 1994.

Em 1994, o Fundo estima que o produto russo deve cair 12%. Uma queda do produto também é esperada para as repúblicas da ex-URSS importadoras de energia, em virtude do choque negativo provocado pela aproximação do preço dos itens energéticos aos padrões vigentes nos mercados externos. Em cada república, esse choque externo provoca atrasos no pagamento de dívidas entre empresas. Com efeito, em contraste com a crise de pagamentos ocorrida após a liberalização dos preços em 1992, os atrasos no pagamento de dívidas entre empresas concentram-se no setor de combustíveis e de eletricidade desde o final de 1993.

As distorções nos preços de energia e matérias-primas originaram-se de sua manutenção em níveis inferiores aos do mercado mundial. Sendo um exportador líquido destes produtos, a Rússia oferecia um subsídio nas vendas às demais repúblicas. À medida em que os preços de energia e matérias-primas ofertadas pela Rússia aproximaram-se dos preços mundiais, os termos de troca das demais repúblicas da ex-URSS foram afetados, apesar de uma elevação no comércio com a Europa Ocidental. A esse impacto negativo nas relações entre as ex-repúblicas soviéticas, acrescenta-se ainda o fim de transferências fiscais do orçamento da ex-URSS.

Em algumas repúblicas da ex-URSS o governo mantém-se dividido entre uma política monetária austera e a concessão de novas linhas de crédito para sustentar empresas e

supostamente manter o nível de emprego. O cancelamento de dívidas recíprocas e a demanda por novos créditos governamentais, as reduções ou o não-pagamento de impostos, os atrasos ou o não-pagamento de empréstimos bancários e o congelamento de preços são vistos como uma proteção contra as reformas rumo à economia de mercado.

As dívidas entre empresas, que, em vez de falências, esperam um cancelamento de débitos recíprocos e/ou novos créditos, provocam a suspensão de pagamentos aos fornecedores e empregados. Entre as alternativas para conter o atraso dos pagamentos incluem-se: auditorias para avaliar e disseminar informações sobre a situação atual das dívidas, conversão dos débitos em títulos por uma agência independente, pagamento das dívidas com reservas em divisas das empresas, suspensão do pagamento de dividendos, uso de notas promissórias como forma não inflacionária de quitar débitos e reformas no procedimento formal de falência. Cabe observar que algumas empresas estão recorrendo a regras de pré-pagamento, ao escambo ou, simplesmente, mantendo suas entregas por não disporem de capacidade de armazenamento.

As economias da ex-URSS enfrentam o desafio de reduzirem déficits orçamentários ao mesmo tempo em que aperfeiçoam redes de proteção social. Embora tenha diminuído as filas e aumentado a disponibilidade de bens e serviços, a liberalização de preços afetou os salários e elevou as exigências por subsídios a moradia, transporte e saúde. Assim, as pressões por maiores gastos originam-se não apenas de empresas estatais, mas também de exigências da assistência social e auxílio aos desempregados.

No sistema planificado, a cobertura social não atingia os excluídos do mercado de trabalho, e a prevenção da pobreza ocorria ao

custo da baixa produtividade das empresas. Atualmente, com a substituição de subsídios a empresas por benefícios não-adequadamente direcionados às famílias, foram particularmente atingidos os desempregados, empregados a tempo parcial com salários reduzidos, famílias com vários filhos, **single parent households**, aposentados, deficientes e refugiados.

Nesse contexto, os dados relativos ao primeiro trimestre de 1994 indicam que as despesas do governo russo situaram-se no mesmo nível registrado em 1993, enquanto as receitas diminuíram. O controle sobre os gastos foi obtido de modo estritamente contábil, pelo atraso no pagamento de salários e outros itens. Cabe mencionar que, a exemplo da América Latina na década passada, existem na Rússia alternativas limitadas para o financiamento não-inflacionários da dívida pública.

As receitas do governo russo até julho tinham atingido somente a metade do previsto e, até o final do ano, mantida a atual estrutura tributária, devem alcançar apenas 45% do esperado. Três fatores contribuíram para uma queda na arrecadação: a falta de pagamento dos tributos devidos pelas empresas privatizadas, a retenção de receitas tributárias por parte de autoridades municipais, a reduzida aceitação entre empresas da cobrança de alguns impostos pelo governo e, por fim, os aumentos de preços que, em meio à defasagem na coleta de tributos, erodiram parte das receitas.

Para reduzir a evasão no pagamento de tributos e manter o nível da receita com a produção deprimida, o governo anunciou uma reforma tributária. Entre as mudanças propostas estão a redução da alíquota do imposto sobre os lucros e da alíquota sobre o valor adicionado. Em compensação, pretende-se aumentar a faixa mais elevada do imposto de renda de 30% para 40%, e elevar o imposto sobre a propriedade pago pelas empresas.

A política monetária russa em 1994 caracterizou-se pela instabilidade, com períodos de expansão seguindo-se a meses de austeridade. No primeiro trimestre de 1994, a emissão monetária cresceu 17%, em contraste com uma expansão de 55% no último trimestre de 1993. No entanto, o controle monetário foi relaxado em abril e a taxa de inflação mensal elevou-se em junho e julho. Em agosto, o comportamento dos preços indicava uma taxa anualizada de 267,9%.

Quanto aos mecanismos de pagamento, as reformas nas antigas economias planificadas concentram-se em duas áreas. Em primeiro lugar, trata-se de aperfeiçoar o sistema de compensações entre os Bancos Centrais. Na economia planificada, o Banco da URSS - Gosbank - efetuava compensações automáticas, servindo-se das reservas dos demais bancos. Com o desmembramento da URSS e a criação de moedas nacionais, tais operações adquiriram caráter transnacional.

Em segundo lugar, apresenta-se a descentralização de acordos bancários entre as repúblicas. Em 1992 e 1993, as autoridades monetárias de várias repúblicas permitiram aos bancos comerciais estabelecerem contas bancárias, uns com os outros. Embora o efeito esperado fosse efetuar pagamentos em menor tempo e reduzir as dificuldades de financiamento de diversas repúblicas, ocorreu uma fuga de capital dos bancos em diversas repúblicas para suas filiais na Rússia.

3. COMÉRCIO INTERNACIONAL E O SISTEMA INTERNACIONAL DE COMÉRCIO

3.1. TENDÊNCIAS POR PAÍSES E REGIÕES GEOGRÁFICAS

Do mesmo modo que os dados do **Gatt** divulgados em março, a Conferência das Na-

ções Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (**UNCTAD**) ressalta que, em 1993, o comércio internacional cresceu a taxas superiores à expansão do produto mundial. As estimativas da **UNCTAD**, porém, apontam uma desaceleração no crescimento do comércio, de 5,4% em 1992 para 2,5% em 1993, mais ampla do que a avaliação do **Gatt**.

Nos países industrializados, a **UNCTAD** destaca uma queda de 4% no volume de importações efetuadas pela Europa. Assim, o valor das exportações norte-americanas e japonesas para a Europa caíram, respectivamente, mais de 5% e 10% em 1993. A maior parte das trocas realizadas pela Europa ocorreu a nível regional.

Por outro lado, o valor das importações norte-americanas aumentou 9% em 1993. Entre os beneficiados com a ampliação da demanda dos Estados Unidos estão os países do sul da Ásia e a América Latina. No período 1986-1993, a **UNCTAD** estima que a participação dos Estados Unidos nas exportações mundiais aumentou de 11% para 12,5% em 1993, enquanto a participação norte-americana nas importações mundiais caiu de 17,9% para 16,4%.

A apreciação do iene contribuiu para um aumento das importações japonesas em 1993. Em termos reais, as vendas de bens duráveis importados elevou-se 19,2% em 1993, ao mesmo tempo em que os bens duráveis domésticos acusaram uma queda superior a 8%. Reforçando a tendência à expansão do comércio regional, cresceram as importações de bens e serviços produzidos por empresas japonesas localizadas em países vizinhos.

A expansão do comércio mundial teria sido ainda menor, não fosse a contribuição dos países em desenvolvimento (PEDs). Segundo a **UNCTAD**, o volume de exportações dos PEDs apresentou, em 1993, um crescimento de

10%, ao mesmo tempo em que o volume das importações cresceu 8%.

Nesse grupo vale ressaltar o desempenho da Ásia e da América Latina. Em volume, as exportações latino-americanas e asiáticas elevaram-se, em 1993, 11% e 10%, respectivamente. Em ambas as regiões, o volume de importações também cresceu. Aumentou, porém, mais no leste da Ásia (11,4%) do que na América Latina (7,3%).

As economias asiáticas não somente exportam mais entre si do que para terceiros países, mas também importam cada vez mais umas das outras. Contribuiu para o crescimento do comércio intra-regional na Ásia, o papel do Japão como investidor e importador. Com efeito, cerca de 70% do aumento de importações do Japão em 1993 originou-se do Sudeste Asiático e da China. Em contraste, cerca de 12% do aumento das importações norte-americanas em 1993 pode ser atribuído à América Latina. No mesmo ano, as compras de bens e serviços asiáticos efetuadas pelos norte-americanos atingiram 13% do total importado.

Comparado à Ásia, o comércio regional na América Latina apresenta-se ainda modesto. Embora cerca de 22,2% do total das exportações latino-americanas, em 1990, sejam atribuídos a trocas intra-regionais, as importações intra-regionais atingiram apenas 9,5% do total de importações latino-americanas. Cerca de 40% do total importado, em 1990, pela América Latina teve como origem os Estados Unidos.

3.2. PREÇOS DE COMMODITIES

Segundo o FMI, os preços nos mercados mundiais de **commodities** aumentaram em 1994, embora ainda se situem abaixo do “pico”

atingido em 1984. No caso do petróleo, ocorreram em 1994 alterações no preço devido ao aumento do nível de atividade econômica nos Estados Unidos e na Europa. Assim, o Fundo destaca que o preço por barril elevou-se de US\$ 12,65, em dezembro de 1993, para US\$ 17 no início de julho de 1994. Por sua vez, estimativas divulgadas em outubro pela Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP) sugerem que a demanda mundial de petróleo em 1995 deve atingir 66,7 milhões de barris por dia, equivalentes a um crescimento de 1,3% em relação a demanda média de 1994.

Os preços de **commodities** não-petrolíferas também aumentaram em 1994. Em dólar, o índice ponderado do FMI para preços de **commodities** não-petrolíferas exportadas aumentou, em julho, 16% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em particular, o Fundo ressalta que condições climáticas desfavoráveis no Brasil e um baixo estoque elevaram, em junho, o preço do café 75%, em comparação com a média do primeiro trimestre. Avaliados em dólar por tonelada, os contratos de três meses para entrega de alumínio e cobre apresentavam, no final de outubro, aumentos de cerca de 70%, em relação a igual período do ano anterior. Por sua vez, a demanda por níquel aumentou cerca de 7% no primeiro semestre de 1994, comparada a igual período do ano anterior. Os preços do paládio também apresentaram alterações significativas, devido ao seu uso em produtos como computadores pessoais e telefones móveis.

Em relação ao cacau, a Bolsa de Mercadorias de Londres argumenta que a participação de investidores institucionais e de fundos de **hedge** contribuiu para o aumento na liquidez dos mercados futuros. Através de sua participação em Londres e em Nova York, os fundos detêm atualmente entre 25% e 50% dos estoques mundiais do produto.

A curto prazo, mantida a tendência à elevação de preços, serão beneficiados os exportadores de tais produtos, incluindo o Oriente Médio e a África e, entre os países industrializados, os Estados Unidos, Canadá e Austrália. Por sua vez, nos países industrializados não-exportadores de **commodities** podem começar a se formar expectativas inflacionárias.

As recentes elevações das cotações devem ser interpretadas com cautela, pois derivam, em parte, de maiores aplicações de investidores institucionais e de fundos de **hedge**. Com efeito, o recurso aos mercados de **commodities**, a fim de compensar perdas com rendimentos afetados por expectativas inflacionárias nos mercados de títulos, pode se revelar contraproducente. Elevações de preços de **commodities** podem acabar contribuindo para uma elevação generalizada nos preços no varejo. Se tal hipótese vier a ocorrer e os juros elevarem-se em decorrência de pressões inflacionárias, os investidores deverão abandonar os mercados de **commodities** em favor de aplicações mais vantajosas em outros mercados.

Por outro lado, se as altas nos custos de aquisição de matérias-primas não forem repassadas aos consumidores finais, a margem dos produtores de **commodities** para cobrarem preços mais elevados será reduzida. Em terceiro lugar, vale mencionar que a alta nos preços pode encorajar o uso mais eficiente ou a utilização de substitutos de matérias-primas. Em quarto lugar, cabe lembrar que variações no volume de matérias-primas impõem disciplina a altas especulativas de preços, acima do justificado por análises da oferta e da demanda. Movimentos especulativos, portanto, não poderiam ser sustentados por longos períodos.

Neste aspecto, a queda dos preços de **commodities** no período 1984-1994 pode ser atribuída a fatores como demanda em baixa por parte dos países industrializados, excesso de

oferta sustentada por subsídios nesses países, mudanças tecnológicas e aumentos na oferta de metais por parte da ex-URSS. O declínio acumulado dos preços desde a década passada afetou particularmente os países com uma pauta de exportações pouco diversificada.

O FMI reconhece que um maior crescimento da economia mundial pode atenuar pressões à baixa nos preços, embora dificilmente reverta o declínio ocorrido na década passada. Apesar de apontar alternativas como o uso de estratégias de **hedge**, o acúmulo de reservas e a formação de fundos de estabilização multilaterais como meios para proteger-se contra quedas inesperadas dos preços, o Fundo aponta a diversificação das exportações como a melhor alternativa a longo prazo para reduzir a vulnerabilidade a declínios permanentes nos preços de **commodities**.

3.3. PERSPECTIVAS PÓS-RODADA URUGUAI

Concluída a Rodada Uruguai, as atenções voltam-se para a ratificação da Ata Final por parte dos países signatários. Até o início de outubro, dos 123 participantes da reunião de Marrakesch realizada em março, menos de trinta países haviam obtido ratificação parlamentar para implementar o acordo. Para entrar em vigor no primeiro semestre de 1995, as novas regras do comércio internacional precisam da homologação de dois terços dos membros do **Gatt**, o qual se converterá na Organização Mundial de Comércio (**OMC**).

Nos Estados Unidos, a ratificação da Ata de Marrakesch foi adiada para após as eleições parlamentares de 8 de novembro. Muitos países receiam que, para conseguir a aprovação do Congresso, o Presidente Clinton seja levado a efetuar concessões, sobretudo se sua votação ocorrer em 1995, quando já terá tomado

posse o novo Congresso, de maioria republicana. Tais concessões teriam por objetivo reforçar os ingressos para o Tesouro, o qual deve perder receita com a redução de tarifas alfandegárias.

Para ser aprovada na Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, a Ata de Marrakesch requer uma maioria simples de votos a favor, ou seja 218 votos. No Senado, são precisos os votos de sessenta dos cem senadores. Nessas condições, um grupo de países aguarda a decisão dos Estados Unidos e pretende ratificar a Rodada Uruguai somente após solucionadas eventuais divergências entre o Executivo e o Legislativo norte-americanos.

Na Europa, os argumentos contrários à ratificação destacam que a propriedade intelectual, cláusulas sociais ou o novo sistema de solução de controvérsias são de competência nacional, excluídos, portanto, da esfera comunitária, a qual abrangeria somente o comércio de mercadorias. Desse modo, antes de ratificar a Ata de Marrakesch, a França anunciou que pretendia esclarecer, junto a Corte Européia de Justiça, a definição de competências, a fim de evitar episódios como o de **Blair House**, quando o Comissário europeu Leon Brittan teria supostamente extrapolado suas atribuições ao negociar acordos de comércio.

Espera-se que a Corte Européia decida pela permanência, sob exclusiva jurisdição da Comissão Européia, dos temas relacionados ao comércio de mercadorias, incluindo aqueles da área nuclear, do carvão e do aço. Por outro lado, a Corte pode assegurar o direito à intervenção da Comissão no âmbito do direito à propriedade intelectual e fixar ainda uma competência compartilhada - entre a Comissão e países membros - no caso de serviços que impliquem consumo fora de um país membro (como o turismo), presença comercial no exterior (por exemplo, consultórios médicos) ou movimento de

pessoas físicas para prestar serviços no exterior, como ocorre com as atividades de consultoria. Enfim, resta ainda aos europeus explicitar as modalidades de representação comunitária no âmbito da **OMC** e, sobretudo, assegurar uniformidade de ação na Organização.

Quanto ao Japão, cabe observar que, durante as negociações da Rodada Uruguai em dezembro de 1993, o governo aceitou suspender as restrições à importação de arroz em 1995. Contudo, após argumentarem que o país não poderia passar a depender exclusivamente do exterior para o fornecimento de um produto básico, os agricultores esperam medidas de apoio do governo em contrapartida à abertura do mercado.

Enquanto a Rodada Uruguai não for ratificada pelo Legislativo de todos os países signatários da Ata de Marrakesch, as regras de comércio internacional devem passar por um período de transição. Neste regime, alguns países anunciaram a intenção de desligarem-se do **Gatt** assim que aderirem a **OMC**. Tal objetivo pode implicar conflitos com países que não conseguirão ratificar os acordos da Rodada Uruguai, até o final do corrente ano, uma vez que continuarão a se pautar pelas regras menos amplas do **Gatt**.

Três são os setores abrangidos pelos acordos da Rodada Uruguai: o comércio internacional de mercadorias, as áreas ditas extra-comerciais e o novo arcabouço institucional da **OMC**. No primeiro setor, adotou-se uma estratégia gradual, conhecida como **shallow integration** ou integração rasa, com a redução ou supressão gradual de tarifas alfandegárias e entraves ao comércio de mercadorias. O principal obstáculo enfrentado foi a inclusão da agricultura às novas normas do sistema de comércio internacional.

Quanto à liberalização no segundo setor, conhecida como via de integração profunda (**deep integration**), procura-se redefinir o papel do governo. Neste setor estão incluídos serviços e investimento direto estrangeiro, e busca-se o reconhecimento dos direitos à propriedade intelectual, em sua crescente multiplicidade de formas.

Quanto ao terceiro setor, dado que o texto do acordo da Rodada Uruguai afirma apenas que a **OMC** começara a operar quando reunir uma massa crítica de países, espera-se que, até o final do primeiro trimestre, fique explicitado o quociente de países necessários para que a nova Organização inicie suas atividades. Cabe observar que a **OMC** será depositária dos acordos existentes no âmbito do **Gatt** e dos que emergiram em Marrakesch. Como foro de negociação permanente, a Organização será dotada de três conselhos, respectivamente para bens, serviços e propriedade intelectual. Suas funções incluem o monitoramento de práticas comerciais e a análise de diversas políticas comerciais nacionais, ao mesmo tempo em que administra o mecanismo de solução de controvérsias e a aplicação de sanções. Pela relação que possam ter com o comércio, diversos temas serão discutidos pela Organização, em articulação com o Banco Mundial e o FMI.

Apesar da assinatura do Acordo de Marrakesch, as negociações permanecem abertas em quatro áreas: telecomunicações básicas, transportes marítimos, serviços financeiros e movimentos de mão-de-obra.

No setor de telecomunicações, a abertura à concorrência externa encontra obstáculos devido ao fato de o sistema telefônico de muitos países ainda se encontrar sob domínio exclusivo de monopólio estatal.

No setor de transportes marítimos, vale mencionar que, durante as discussões que an-

tecederam a assinatura da Ata Final em Marrakesch, embora os Estados Unidos declarassem que seu mercado é aberto, surgiram controvérsias quando alguns negociadores argumentaram que o setor é de fato subsidiado e protegido por um sistema de reservas, segundo o qual certas cargas oceânicas devem ser transportadas exclusivamente por navios norte-americanos. As negociações sobre transportes marítimos têm prazo de encerramento em junho de 1996. Após essa data, contudo, ainda podem permanecer algumas práticas restritivas à competição como, por exemplo, acordos entre os participantes do mercado para dividir entre si etapas de uma rota.

Quanto aos serviços financeiros, as discussões devem prosseguir com um grupo de negociações multilaterais, cuja atribuição é firmar regras para atividades bancárias, corretagem de títulos financeiros e seguros. Nos termos de um acordo firmado no **Gatt**, à espera de “melhores” propostas de seus parceiros, os Estados Unidos puderam fixar um prazo de seis meses após a entrada em vigor dos acordos firmados na Rodada Uruguai para abrir seu mercado de serviços financeiros. Decorrido tal prazo, se as propostas apresentadas não satisfizerem Washington, o governo norte-americano poderia recusar acesso, em termos de Nação Mais Favorecida, a novas oportunidades de negócios no setor financeiro. Tais oportunidades surgiriam, por exemplo, com a remoção de restrições a atividades bancárias inter-estaduais ou de um relaxamento na separação observada no País entre bancos de depósito e bancos de investimento.

Sob influência da Índia, os negociadores da Rodada Uruguai concordaram, em dezembro de 1993, em continuar a discutir a abertura do mercado de trabalho à competição externa. Entre outros itens, o tema inclui remoção de obstáculos para a prestação temporária de serviços fora de seu país de origem.

Os indianos mostraram-se desapontados com a proposta de restringir a liberalização do movimento internacional de mão-de-obra a diretores de empresas e equipes de especialistas. A Índia dispõe de uma indústria de **software** que, no comércio com o resto do mundo, movimenta tanto programas quanto programadores de **software**.

Vale mencionar que as discussões sobre o movimento internacional de mão-de-obra devem estar concluídas ao mesmo tempo do que aquelas referentes aos serviços financeiros. As perspectivas nessa área são desencorajadoras, em face da pouca disposição, entre os países signatários, de abrir o mercado de trabalho aos estrangeiros.

4. MERCADOS CAMBIAIS E FINANCEIROS

4.1. TENDÊNCIAS DE CURTO PRAZO

O movimento do dólar no mercado cambial é influenciado pelas expectativas dos investidores que dispõem de ativos em moeda norte-americana quanto às vantagens ou desvantagens do mercado dos Estados Unidos comparadas a outros mercados como o japonês ou o alemão.

Dois fatores contribuíram para os movimentos cambiais da moeda japonesa em relação ao dólar norte-americano. Em primeiro lugar, destacam-se os esforços dos Estados Unidos para induzir o Japão a aumentar suas importações do resto do mundo e reduzir o superávit comercial que afeta o mercado de câmbio. Em segundo lugar, está o influxo de capitais para o Japão, com a compra por estrangeiros de ativos japoneses e a venda de ativos no exterior por bancos e seguradoras japonesas.

O superávit comercial japonês e a não-reciclagem deste excedente sob a forma de in-

vestimentos no exterior contribuem para manter a alta do iene em relação ao dólar. Porém, se a moeda japonesa continuar se apreciando, pode comprometer a recuperação japonesa. Neste aspecto, cabe observar que a alta das taxas de juros nos Estados Unidos deve tornar os investimentos no exterior mais atrativos para os japoneses, ao mesmo tempo em que diminua a atração dos investidores não-japoneses pelo iene. Em segundo lugar, está a possibilidade de, à medida em que ocorrem investimentos diretos nos demais países asiáticos, o superávit comercial japonês diminuir através de "importações reversas". Esta tendência é particularmente notável no setor automotivo e de produtos eletrônicos. Finalmente, a alta do iene pode ser limitada pela intervenção coordenada de bancos centrais dos países industrializados.

Quanto à moeda alemã, o mercado cambial é influenciado pelo risco de aumentos nos preços com o aquecimento da economia alemã. À medida em que a recuperação econômica consolida-se, se a expansão monetária continuar a extrapolar metas e a inflação cair mais lentamente do que o esperado, o **Bundesbank** pode reconsiderar em 1995 sua atual política de redução de juros. De qualquer forma, parece descartada a hipótese de redução de juros na mesma velocidade do que o observado nos últimos dois anos.

Entre os PEDs, os efeitos sobre o câmbio do influxo de capitais para a Ásia e América Latina apresentam diferenças, observando-se maior apreciação na segunda região. Três fatores explicam tal divergência. Em primeiro lugar, considerando que as taxas de câmbio mudam para compensar alterações na relação entre os preços domésticos e aqueles prevalentes no exterior, maiores taxas de inflação na América Latina contribuíram para uma apreciação mais elevada do que aquela registrada na Ásia.

Em segundo lugar, está a destinação dos capitais externos. Apesar da entrada de capital estrangeiro, elevações nos investimentos das empresas latino-americanas ainda não são significativas comparadas à Ásia. Dado que, na América Latina, maior parcela dos recursos externos é gasta na importação de bens de consumo, sem ampliação da oferta doméstica resultante de investimentos, ocorre na região maior pressão sobre os preços domésticos com reflexos sobre o câmbio.

Vale ainda mencionar que, na Ásia, maior parcela do total de recursos provenientes do exterior são investimentos diretos estrangeiros. Na medida em que as empresas pagam pela importação de máquinas e equipamentos, o capital que ingressou acaba retornando ao exterior, sem mudança significativa sobre o câmbio. Por outro lado, na América Latina, apesar da tendência à elevação, maior parcela dos investimentos provenientes do exterior dirigiu-se para a construção civil, a qual apoia-se principalmente em bens e serviços locais, favorecendo, portanto, a elevação da taxa real de câmbio.

Outro argumento diz respeito à capacidade de esterilizar a entrada de capital com a venda de títulos públicos. Na América Latina, a fim de persuadir os investidores a deterem mais títulos, elevaram-se os juros, com efeitos contra-producentes, na medida em que tal elevação atraiu ainda mais capital. Por outro lado, em alguns países da Ásia, o governo tem sido capaz de atrair recursos sem recorrer a prêmios elevados.

Quanto aos **mercados financeiros internacionais**, permanece a tendência à criação de novas possibilidades de financiamento e a alterações no perfil do mercado. Do lado da oferta de novos produtos financeiros, à medida em que persistentes déficits nos países industrializados elevaram, de 43% em 1990 para estimados 68%

em 1994, a relação dívida pública/PIB, os governos de muitos países têm procurado o mercado financeiro internacional para efetuar novas emissões, a fim de minimizar o custo do serviço da dívida pública. Ao mesmo tempo, muitas empresas passaram a se financiar diretamente no mercado financeiro sem a intermediação de bancos. Do lado da demanda, amplia-se a participação de não-residentes - sobretudo fundos mútuos, fundos de pensão e seguradoras - como compradores dos papéis dos governos e das empresas.

Essas mudanças podem ter três implicações para o sistema financeiro. Em primeiro lugar, discute-se até que ponto promovem a competição ou, uma vez abertos os mercados em vários países, a formação de oligopólios globais. Em segundo lugar, discute-se se regras menos rígidas para instituições não-bancárias não lhes confere uma vantagem comparativa, ao mesmo tempo em que induz os bancos a operações mais arriscadas para se manterem no mercado. Em terceiro lugar, discute-se se as instituições financeiras com serviços diversificados não estariam acumulando vantagens comparativas sobre firmas especializadas.

Dadas as combinações pouco transparentes de vários instrumentos financeiros, as perturbações em um mercado podem se dispersar em outros mercados de derivativos e no mercado monetário (**cash markets**) mais rapidamente do que no passado. As alternativas para conter riscos incluem a extensão de garantias oficiais a instituições não-bancárias, o aumento da transparência de operações fora do balanço (**off-balance-sheet activities**) e a harmonização da legislação financeira entre países.

Vale mencionar os riscos de introdução de derivativos sem a prévia existência de um sólido sistema bancário, dado o potencial dos

derivativos de pressionar as demandas no sistema de pagamentos e no crédito dos bancos comerciais para cobrir as margens de participantes com problemas temporários de liquidez motivados por atrasos ou falhas. Com efeito, a criação de linhas de crédito imediato, em um contexto de amplas variações na demanda por crédito, implica riscos elevados se os bancos, que, em última análise, ofertam tais recursos, estão descapitalizados ou ilíquidos.

O uso de derivativos, a liberalização financeira e a busca de oportunidades de arbitragem conduziram não só a mudanças nos mercados dos países industrializados, mas também alteraram as relações financeiras entre os países industrializados e os PEDs. Assim, embora a assistência oficial ao desenvolvimento e os empréstimos por instituições financeiras multilaterais permaneçam elevados, ampliaram-se os fluxos de capitais privados para os PEDs, acompanhados da **securitização** e desintermediação bancária.

Espera-se que mudanças nas regulamentações dos países industrializados, as privatizações, bem como as reformas na Seguridade Social e nos fundos de pensões dos PEDs contribuam para ampliar os mercados emergentes. Por outro lado, nos próximos anos, gastos com infra-estrutura em volume superior ao observado na década passada devem contribuir para o crescimento e diversificação dos mercados financeiros dos PEDs.

As correlações entre o retorno de aplicações nos países industrializados e nos PEDs não são estáveis e podem se alterar no futuro. Em cada PED, outra variável sujeita a mudanças é o diferencial de rendimentos entre as emissões do setor privado e aquelas do setor público. Essas mudanças poderiam ocorrer, em mercados ampliados, no caso de novos participantes nos mercados financeiros não se originarem da mesma população dos atuais investidores. Nesse

caso, ocorrendo diferenças não-aleatórias nas expectativas, preferências de risco e necessidades de liquidez entre os investidores, poderiam surgir oportunidades para grandes investidores "ocultarem" suas operações, de modo a influenciarem os preços nos mercados, com impacto sobre a volatilidade.

A capacidade de ampliação dos mercados nos PEDs, no entanto, ainda é limitada. A disponibilidade de alternativas de alto rendimento na UE - com títulos públicos em escudos, pesetas ou libras -, a lenta desintermediação nos países com tradição em atividades bancárias universais e as estratégias conservadoras de investimento, com preferência por instrumentos líquidos limitam as aplicações de investidores institucionais europeus nos PEDs. No Japão, as dificuldades do setor bancário também moderam os financiamentos para os PEDs, embora uma menor participação dos japoneses tenha o efeito de aumentar a participação de instituições de Hong Kong e de Cingapura nos fluxos financeiros intra-regionais.

Em contraste com os países industrializados, vários PEDs não dispõem de mercados secundários líquidos para títulos públicos (**government debt securities**). Nesse contexto, os governos obrigam as instituições financeiras a manter títulos para cumprirem exigências de liquidez ou de capital. Este era, por exemplo, o caso da Malásia, onde até a metade da década passada os títulos públicos eram vendidos num mercado primário cativo.

Nos próximos anos, porém, as mudanças nos mercados financeiros internacionais devem repercutir sobre o perfil dos mercados do Sudeste Asiático ainda dominados por empresas públicas, do lado da oferta, e por investidores institucionais, do lado da demanda. Nesta região, o setor empresarial, exceto o de Hong Kong, contou, nas três últimas décadas, com financiamento bancário, que, de início, ocorria

predominantemente através de bancos estaduais, enquanto a emissão de dívida por empresas permaneceu insignificante. Desde a metade da década de 80, no entanto, cresce o financiamento por títulos de renda variável (**equity finance**).

Na América Latina, três fatores favorecem o desenvolvimento do mercados de ações: as políticas de privatizações, o aparecimento de fundos mútuos de investimento e de fundos de pensões privados. No entanto, investidores institucionais da OCDE enfrentam barreiras, ao mesmo tempo em que muitos títulos de renda variável são lançados via operações em países industrializados.

4.2. SISTEMA MONETÁRIO EUROPEU (SME)

A relativa estabilidade cambial observada em 1994 entre os países-membros do SME, após as crises cambiais de setembro de 1992 e de agosto de 1993, é atribuída ao relaxamento na política monetária. Para que a estabilidade continue, porém, dois fatores são necessários: o crescimento não-inflacionário dos países-membros e a contenção de déficits públicos em meio a um elevado desemprego.

As crises cambiais demonstraram a incapacidade de adotar um enfoque amplo quanto a divergências na política fiscal e quanto aos efeitos assimétricos da unificação alemã sobre os membros do Sistema Monetário Europeu. Antes das crises, a fixação do câmbio em torno de "bandas" estreitas era proposta como estratégia para tornar a política monetária mais rigorosa, sobretudo nos países cujos bancos centrais não apresentavam credibilidade na política antiinflacionária. Porém, na falta de coordenação entre os países-membros, o sistema europeu de margens de flutuação mostrou que não está isento de vulnerabilidade, assim como um sistema de câmbio fixo.

Atualmente, a criação de uma moeda comum é proposta como alternativa ao sistema de câmbio flexível. Contudo, a criação de uma moeda comum e a transferência de poder para um Banco Central Europeu independente exigem a coordenação dos governos, uma vez que a competição entre as moedas dos países-membros, por si só, não se revela capaz de conduzir a união monetária.

Com efeito, para alcançar a união monetária apenas pela competição entre suas moedas, os países-membros do Sistema deveriam satisfazer condições que, na prática, inexistem. Devido à atuação dos Banco Centrais nacionais, não há livre competição. Em segundo lugar, devido ao desemprego ainda elevado, inexistente consenso político para promover uma competição de moedas sob um regime de câmbio fixo. No sistema nominal de câmbio fixo, movimentos de capitais entre países alteram a taxa real de câmbio. Em resposta à entrada ou saída de divisas, uma expansão ou contração da oferta monetária nacional modificaria os preços.

A evolução do processo de integração depende, entre outros fatores, da compatibilidade entre os objetivos de política interna da Alemanha com as metas de integração europeia. Se ao ingresso da Áustria e dos países escandinavos somar-se a entrada de países da Europa Central na União Europeia (UE), uma maior demanda de recursos da Alemanha para sustentar a integração pode entrar em conflito com o objetivo doméstico de corte de gastos para reduzir o déficit público.

Assim, cabe observar que o **Bundesbank** atribui menos importância ao cumprimento de prazos ou a metas de expansão monetária para a UE do que a certificar-se de que as etapas do processo de união monetária sejam implementadas, apenas quando houver apoio político e reduções nos déficits públicos dos

países-membros. Nesse contexto, a busca de consenso deve continuar em 1995, no âmbito de adesões esperadas à UE da Áustria, Suécia e Finlândia. Em 1996, o sistema de votação na UE deve ser revisto por uma conferência intergovernamental.

Quanto à estratégia para alcançar o consenso, vale lembrar que o Tratado de Maastricht admitiu isenções e prazos flexíveis na união econômica e monetária, mas não removeu divisões dentro da UE. O Tratado estabelece que uma maioria qualificada dos membros da UE deve aprovar o ingresso de novos países na união monetária. Em 1994, contudo, surgiram na Alemanha propostas para que um grupo de países possa decidir por si o tipo de política que deseja implementar. Este seria um meio de reconciliar conflitos potenciais entre o ingres-

so de novos países na União e os esforços para aprofundar a integração.

Desta forma, a futura união européia poderia ser organizada em torno de um núcleo de países - constituído pela Alemanha, França, Holanda, Bélgica e Luxemburgo - que partilhariam sua soberania, adotando uma moeda única. Porém, os países excluídos de tal núcleo - provavelmente o Reino Unido, Itália e Espanha - tendem a criticar a proposta de criação de um "bloco", argumentando que conduz a disparidades dentro da UE. Para evitar o aprofundamento de divisões, pretendem deixar em aberto a adesão às políticas da União, admitindo o ingresso na União Monetária após 1997. Essa proposta, contudo, apresenta o risco de retardar a integração.

Parte II

ARTIGOS ESPECIAIS (*)

A bibliografia básica utilizada na parte I - Análise de Conjuntura foi a seguinte: Country Reports, da EIU, relativos a diversos países, 1994; Economic Outlook, OCDE, junho/1994; Panorama Económico de América Latina, CEPAL, 1994; Press Release, GATT, abril/1994; Quarterly Economic Review, NOMURA Research Institute, agosto e novembro/1994; The Economist, diversos números, 1994; Trade and Development Report, UNCTAD, 1994; World Economic and Financial Surveys - International Capital Markets, parte II, FMI, agosto/1993; World Economic Outlook, FMI, outubro/1994.

inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, posições oficiais do Governo Brasileiro

Roberto Pires Messeberg

I - INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, os processos inflacionários crônicos desenvolvidos pelas economias argentina e brasileira revelam um padrão comportamental cíclico bastante similar.

Em grande parte, este padrão de comportamento deriva das próprias tentativas de estabilização implementadas sucessivamente pelos governos dos dois países. Embora lograssem alcançar significativas quedas da taxa de inflação, tais tentativas acabaram se fazendo seguir, num curto espaço de tempo, por rápidos movimentos de re-aceleração inflacionária.

De outro lado, pode-se perceber ultimamente, também, uma nítida tendência de esvaziamento na análise antes dada pela política econômica em ambos os países, aos elementos ditos heterodoxos de combate à inflação. Políticas de rendas e controle de preços, com forte viés de intervenção nas regras de funcionamento do mercado vêm perdendo o apelo original que tinham, enquanto a incorporação e aacentuação dos elementos estratégicos tradicionais ou ortodoxos no enfrentamento da questão inflacionária ganham mais espaço.

Parte II

ARTIGOS ESPECIAIS (*)

Nesse sentido, o destaque conferido num passado ainda recente ao congelamento como forma de conter o processo de fixação de preços e salários no sistema econômico — alicerce das principais programas heterodoxos de estabilização adotados em meados dos anos oitenta, como bem atestam os casos clássicos dos planos Austral na Argentina e Cruzado no Brasil — acabou sendo progressivamente deslocado.

No momento atual, ganham relevância os papéis que a ancoragem cambial dos valores nominais e a livre conversibilidade das moedas nacionais ao padrão monetário internacional podem desempenhar na função de sinalizadores de uma efetiva mudança no regime de política econômica.

A vigência dos planos Cavallo na Argentina, desde abril de 1991, e do plano Real no Brasil, a partir de julho de 1994, refletem bem a força da nova abordagem. Seu elemento-chave é a ênfase atribuída às percepções e, principalmente, à credibilidade dos agentes privados em relação à realização das reformas institucionais de base, requeridas na última instância, pela sustentação da estabilidade econômica no longo prazo.

Economista, Doutor pela FINE.

Vide Kuguel (1992).

(*) As opiniões emitidas nos artigos incluídos no presente Boletim são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, posições oficiais do Governo Brasileiro

SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS DE CONCEPÇÃO

Roberto Pires Messenberg*

I - INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, os processos inflacionários crônicos desenvolvidos pelas economias argentina e brasileira revelam um padrão comportamental cíclico bastante similar.

Em grande parte, este padrão de comportamento deriva das próprias tentativas de estabilização implementadas sucessivamente pelos governos dos dois países. Embora lograssem alcançar significativas quedas da taxa de inflação, tais tentativas acabaram se fazendo seguir, num curto espaço de tempo, por agudos movimentos de reaceleração inflacionária¹.

De outro lado, pode-se perceber ultimamente, também, uma nítida tendência de esvaziamento na ênfase antes dada pela política econômica em ambos os países, aos elementos ditos heterodoxos de combate à inflação. Políticas de rendas caracterizadas por um forte viés de intervenção nas regras de funcionamento do mercado vêm perdendo o apelo original que tinham, enquanto a incorporação e a acentuação dos elementos estratégicos tradicionais ou ortodoxos no enfrentamento da questão inflacionária ganham mais espaço.

Nesse sentido, o destaque conferido num passado ainda recente ao congelamento como forma de coordenar o processo de fixação de preços e salários no sistema econômico — alicerce dos principais programas heterodoxos de estabilização adotados em meados dos anos oitenta, como bem atestam os casos clássicos dos planos Austral na Argentina e Cruzado no Brasil — acabou sendo progressivamente deslocado.

No momento atual, ganham relevância os papéis que a ancoragem cambial dos valores nominais e a livre conversibilidade das moedas nacionais ao padrão monetário internacional podem desempenhar na função de sinalizadores de uma efetiva mudança no regime de política econômica².

A vigência dos planos Cavallo na Argentina, desde abril de 1991, e do plano Real no Brasil, a partir de julho de 1994, refletem bem a força da nova abordagem. Seu elemento-chave é a ênfase atribuída às percepções e, principalmente, à credibilidade dos agentes privados em relação à realização das reformas institucionais de fundo, responsáveis, em última instância, pela sustentação da estabilidade econômica no longo prazo.

* Economista, Doutor pela FIPE.

¹ Vide Kiguel (1992).

² No sentido utilizado por Sargent(1986).

Pode-se afirmar, então, que os fracassos recorrentes dos programas de estabilização baseados numa atuação excessivamente centralizada do Estado acabaram por acentuar a própria tendência de questionamento das funções tradicionais deste em economias como a argentina e a brasileira. Entende-se, dessa forma, a forte penetração dos argumentos que, recentemente, nestes países, procuram ligar a obtenção definitiva da estabilidade de preços à racionalização crescente dos gastos públicos e da organização do sistema tributário, às possibilidades da privatização, à funcionalidade de um Banco Central independente, etc.

Uma vez que a ancoragem dos preços no câmbio carrega, implicitamente, a promessa de um virtual colapso da capacidade de financiamento do setor público³, os programas alternativos nela baseados acenam com a implementação acelerada das reformas institucionais que uma estabilização definitiva requer. Nisto, parece residir a maior atração exercida por estes programas como, também, seu mais alto parentesco.

Não obstante o teor comum de sua natureza dolarizante, nas seções subsequentes do texto procura-se enfatizar e racionalizar algumas diferenças sensíveis na concepção e implementação dos planos Cavallo na Argentina e Real no Brasil. Dentre elas, as mais proeminentes parecem ser a da plena conversibilidade da moeda argentina no dólar americano e a da transformação de um indexador oficial único de preços e rendimentos na atual moeda brasileira.

II - INFLAÇÃO, DEFASAGEM CAMBIAL E SALÁRIO REAL

- Um Modelo Simplificado -

Algumas conseqüências importantes dos planos Cavallo e Real — como, por exemplo, as implicações trazidas pela fixação da taxa nominal de câmbio ou pela adoção de um indexador generalizado para o reajuste de preços e rendimentos — podem ser mais facilmente interpretadas através da utilização de um modelo formal simplificado que compreende as relações abaixo,

$$P_c = E_t \cdot *P \quad (1)$$

$$P_n = (1 + m) W_t \quad (2)$$

$$P_t = P_n \cdot a \cdot P_c (1 - a) \quad ; \quad 0 < a < 1 \quad (3)$$

$$W_t = V P_{t-1} r P_{t-1} (1 - r) \quad ; \quad 0 < r < 1 \quad (4)$$

onde,

P_c = preço interno corrente dos produtos comerciáveis (ou **tradeables**)

E_t = taxa nominal de câmbio no período t

$*P$ = preço dos produtos comerciáveis no mercado internacional (por simplicidade, suposto invariante)

P_n = preço corrente dos produtos não-comerciáveis (ou **non tradeables**)

³ Vide Lal (1993).

m = margem média de lucro (**mark-up**) sobre os custos primários das firmas do setor de não-comerciáveis (suposto invariante)

P_t = nível geral de preços no período t

a = participação dos bens não-comerciáveis no fluxo global de produção (suposta invariante)

W_t = taxa de salário nominal paga à força de trabalho no período t

V = meta de salário real dos trabalhadores

r = coeficiente de resistência salarial da força de trabalho

As quatro equações estabelecidas acima constituem o núcleo básico do modelo. Note-se que a equação (4) explicita uma regra de indexação para os salários nominais de caráter geral. No caso particular em que tanto o coeficiente de resistência (r) quanto a meta salarial (V) dos trabalhadores são constantes ao longo do tempo, pode-se derivar as seguintes expressões para as taxas setoriais e média de inflação na economia,

$$p_c = e_t \quad (5)$$

$$p_n = w_t = r p_t + (1 - r) p_{t-1} \quad (6)$$

$$p_t = a p_n + (1 - a) p_c \quad (7)$$

onde,

p_c = taxa contemporânea de inflação dos produtos comerciáveis

e_t = taxa de desvalorização nominal do câmbio em t

p_n = taxa contemporânea de inflação dos produtos não-comerciáveis

w_t = taxa de crescimento dos salários nominais em t

p_t = taxa média de inflação em t

p_{t-1} = taxa média de inflação em $t-1$

A substituição de (5) e (6) em (7) conduz, então, a

$$p_t = [a(1 - r)p_{t-1} + (1 - a)e_t] / (1 - ar) \quad (7')$$

Dessa forma, dado o ritmo de desvalorização nominal do câmbio (e_t) em (7'), percebe-se que o grau de influência da inflação passada sobre a trajetória da inflação corrente — ou seja, a intensidade do componente de inércia* — seria tanto maior quanto menores fossem a participação dos bens comerciáveis no fluxo de produção total ($1 - a$) e o coeficiente de resistência salarial da força de trabalho (r).

A equação (7') permite, também, que se infira as trajetórias temporais das taxas reais de câmbio (E_t/P_t) e de salário (W_t/P_t) na economia. A evolução destas ao longo do tempo seria regida, então, de acordo com

$$(e_t - p_t) = (e_t - p_{t-1}) [a(1 - r) / (1 - ar)] \quad (8)$$

$$(w_t - p_t) = -(e_t - p_t) [(1 - a) / a] \quad (9)$$

As equações (8) e (9) explicitam em que medida a presença dos elementos responsáveis pela inércia inflacionária sobre a taxa corrente de inflação afetaria o comportamento dos preços relativos básicos do sistema econômico. Pode-se avaliar, desse modo, o grau de comprometimento de uma eventual busca da estabilidade de preços através do recurso à ancoragem cambial.

Um breve exame de (8) e (9) permite notar que haveria, em tal caso, uma estreita vinculação presidindo os movimentos de queda da inflação, de valorização do câmbio e de crescimento dos salários em termos reais.

Considere, inicialmente, a regra de política cambial usualmente empregada no Brasil,

$$e_t = p_{t-1} \quad (10)$$

Segue-se diretamente de (10) e (7') que

$$p_t = p_{t-1}$$

Com a implicação para (8) e (9) de que,

$$(e_t - p_t) = (w_t - p_t) = 0$$

Vale dizer, na ausência de choques exógenos, a prática brasileira de indexar defasadamente a taxa nominal de câmbio asseguraria a manutenção no tempo da taxa real, ao custo, no entanto, de tornar o componente da inércia inteiramente dominante sobre a inflação contemporânea.

Por outro lado, com a política cambial voltada radicalmente para a busca da estabilidade de preços na economia, ter-se-ia

$$e_t = 0 \quad (10')$$

Seguindo-se, diretamente de (10'), (8') e (7') que,

$$p_t = -(e_t - p_t) = p_{t-1} [a(1-r) / (1-ar)]$$

Segue-se, agora, que a valorização do câmbio (e o crescimento dos salários reais) decorrente do recurso à ancoragem implicaria uma queda contínua da taxa de inflação até o ponto em que

$$p_t = p_{t-1} = 0$$

Como mostra a equação anterior, a intensidade deste movimento estaria negativamente relacionada às magnitudes da participação dos bens comerciáveis no produto e do grau de perfeição da indexação salarial.

Os efeitos deletérios de uma estabilização nestes termos seriam, portanto, minimizados na proporção do atrelamento dos salários nominais aos preços correntes. No caso particular em que esta vinculação fosse total ($r = 1$), a determinação da inflação contemporânea resultaria inteiramente do ritmo da desvalorização nominal do câmbio, autonomizando-se, então, em relação ao peso do setor de

comerciáveis na economia. Esta conclusão permite um melhor entendimento da segunda fase do plano brasileiro de estabilização e do papel-chave nela atribuído à Unidade Real de Valor (URV)⁴.

III - O INDEXADOR OFICIAL ÚNICO NA SEGUNDA FASE DO PROGRAMA BRASILEIRO - A URV

Da análise na seção anterior conclui-se que, numa economia onde haja reduzida parcela relativa de bens comerciáveis no fluxo de produção total e forte memória inflacionária, a estabilidade de preços pela fixação do câmbio somente será alcançada ao custo de movimentos substanciais de valorização deste último e dos salários em termos reais.

Este tipo de dificuldade deve ser enfatizado, portanto, principalmente quando se têm em mente as possibilidades do sucesso, na economia brasileira, de uma tentativa de estabilização sustentada pelo câmbio, nos moldes do Real. Nesse particular, a comparação com as condições vigentes na economia argentina quando da implementação do plano Cavallo é bastante ilustrativa.

Isto porque, primeiramente, a maior diversificação do parque industrial brasileiro, voltado, sobretudo, para o atendimento do mercado doméstico, acaba implicando, também, uma participação no Brasil mais elevada do setor de não-comerciáveis relativamente ao setor de comerciáveis.

Em segundo lugar, porque o plano Cavallo na Argentina pôde contar, de saída, com um ambiente econômico no qual já havia se desenvolvido, de forma bastante avançada, um processo espontâneo de indexação generalizada dos preços e salários ao dólar.

Estes fatos levaram os mentores do plano Real no Brasil à idéia da utilização de um indexador oficial único para o reajuste de todos os preços e rendimentos. Através dele buscava-se, principalmente, uma elevação do grau de indexação dos salários à inflação corrente, antes do momento em que a âncora cambial fosse (explícita ou implicitamente) adotada.

Assim, no caso da economia brasileira, a primeira verdadeira fase para o desmantelamento dos mecanismos formais e informais de indexação foi buscada, paradoxalmente, na introdução de um potente indexador oficial.

Obviamente, sendo a taxa corrente de inflação uma função positiva do próprio grau de indexação prevalecente na economia, esta estratégia trazia como implicação todos os riscos associados a um movimento geral de aceleração inflacionária.

⁴ A URV era o indexador oficial único, sendo que sua variação mensal situava-se num intervalo delimitado pela maior e pela menor variação dos seguintes índices de preços: IPC-FIPE, IPCA-IBGE e IGPM-FGV. Seu cálculo implicava, portanto, uma defasagem de aproximadamente vinte e cinco dias em relação a um índice contemporâneo.

Nos termos do modelo apresentado na seção anterior, uma melhor avaliação de suas dificuldades e possibilidades pode ser obtida com a flexibilização das hipóteses de invariância do salário-meta (V) e do coeficiente de resistência salarial (r). A equação (6) deve ser reescrita aqui, então, como

$$p_n = w_t = v + (r + dr / dt) p_t + (1 - r) p_{t-1} \quad (6')$$

onde,

v = taxa de variação da meta de salário real dos trabalhadores

dr / dt = aperfeiçoamento por unidade de tempo do grau de indexação dos salários nominais

Combinada às expressões (5) e (7), a equação (6') conduz naturalmente a

$$p_t = \{a [v + (1 - r) p_{t-1}] + (1 - a) e_t\} [1 - a (r + dr / dt)]^{-1} \quad (11)$$

Neste caso, da regra cambial dada por (10) seguem-se as implicações de que⁵

$$p_t = [a v + (1 - a r) p_{t-1}] / [1 - a (r + dr / dt)]$$

$$dp / dt = \{a [v + (dr / dt) p_{t-1}]\} / [1 - a (r + dr / dt)]$$

$$(e_t - p_t) = - (dp / dt)$$

$$(w_t - p_t) = (1 - a) [v - r (e_t - p_t) + (dr / dt) p_t]$$

onde,

$$dp / dt = \text{aceleração da taxa de inflação}$$

Para evitar, assim, segundo as novas equações acima, os movimentos de aceleração inflacionária, de valorização cambial e de crescimento dos salários em termos reais, a política de rendas implícita na adoção da URV deveria promover

$$v = - (dr / dt) p_{t-1} \quad (12)$$

Isto é, através do uso do indexador oficial, haveria a necessidade de se ajustar contínua e negativamente a meta de rendimento real dos trabalhadores na proporção — dada pela expressão (12) — do aumento do grau de indexação dos salários nominais⁶. Este procedimento significaria que, ao longo do tempo,

$$p_t = p_{t-1} = e_t$$

⁵ A defasagem implícita na regra (10) reflete a correção do câmbio pela URV. Vide nota anterior.

⁶ A regra implícita em (12) reflete, na verdade, uma contínua adequação dos picos salariais ao aumento do grau de indexação, de forma que o valor médio do salário real seja preservado no tempo.

Com a economia chegando, eventualmente, a uma posição onde

$$r = 1$$

$$v = 0$$

Neste ponto, ter-se-ia o comando integral do ritmo de desvalorização nominal do câmbio sobre a taxa contemporânea de inflação e o atrelamento perfeito dos salários nominais aos preços correntes. Dessa forma, o potencial de estabilização da âncora cambial seria maximizado e — independentemente do peso relativo dos bens comerciáveis no fluxo de produção total — a fixação da taxa nominal de câmbio determinaria que

$$p_t = e_t = 0$$

O sentido de toda esta estratégia seria, então, o de isentar o recurso à ancoragem cambial de qualquer influência negativa sobre o equilíbrio dos preços relativos básicos no sistema econômico.

IV - AS REGRAS DE CONVERSÃO E O EQUILÍBRIO DE PREÇOS RELATIVOS

Não obstante a engenhosidade da política de rendas implícita na equação (12), deve-se destacar aqui algumas dificuldades dela derivadas para a obtenção do sucesso de um programa de estabilização nos termos propostos.

Em primeiro lugar, dado que não poderia haver qualquer garantia prévia de que todos os agentes econômicos aceitariam de uma forma acordada a regra determinada por (12), sua adoção na prática acabava implicando, do ponto de vista do agente individual, efetivos riscos de perdas de renda real. Isto, por si só, bastaria para fornecer um estímulo geral à conversão dos preços e rendimentos na URV não pelos valores reais médios, mas de pico.

Em segundo lugar, em função da defasagem típica na apuração dos índices de preço utilizados para sua construção, a própria aplicação das regras pretensamente neutras de conversão estabelecidas em lei para a URV iria provocar um aumento real **ex ante** dos salários do setor privado e do salário mínimo⁷.

Segue-se, portanto, que a excitação das expectativas inflacionárias ocorrida com o anúncio oficial da URV tinha fundamento real, independentemente da presença ou não de qualquer outro elemento catalisador de desequilíbrio macroeconômico.

O forte movimento de aceleração da inflação desencadeado ao longo da segunda fase do programa de estabilização reflete, assim, antes de mais nada, as inconsistências distributivas devidas aos fatores acima mencionados.

⁷ Vide, a este respeito, Batista Jr.; Rangel e Messenberg (1994).

O caminho seguido pelo governo brasileiro para tentar superar esta dificuldade foi, então, o de acenar com medidas de contenção da demanda agregada, permitindo, ao mesmo tempo, um certo movimento de valorização do câmbio em termos reais.

Tratava-se, em suma, de estimular, através da ameaça da escassez de mercados, a conversão generalizada de preços e rendimentos no mínimo em termos médios para a URV, e, por outro lado, de aceitar os riscos inerentes a uma política cambial deliberadamente conduzida pelos reajustes de um indexador defasado (a URV).

Dada a rigidez da política fiscal⁸, a contenção das pressões de aceleração da inflação ao longo deste período foi tentada através de um comportamento extremamente conservador na condução da política de juros. Tal procedimento permite, por sua vez, que se considere duas ordens de implicações graves para a posterior determinação do equilíbrio orçamentário do setor público.

Em primeiro lugar, a elevação das taxas reais de juros incidia diretamente sobre o estoque existente de dívida interna, dado seu elevado grau de liquidez; em segundo lugar, estimulava a entrada de um intenso fluxo de capitais externos no país, provocando, também, a expansão daquele estoque. Ambos os fatores contribuíam, portanto, para o aumento das despesas financeiras do governo.

Dessa forma, as incertezas geradas pelo próprio programa de estabilização do lado das políticas de rendas e cambial foram acentuadas pelos níveis potenciais estimados do déficit público operacional.

Cabe aqui, novamente, uma comparação com o plano Cavallo na Argentina, que, tendo herdado os efeitos benéficos do forte imposto patrimonial realizado pelo plano Bonex de dezembro de 1989, pôde administrar uma situação mais confortável do ponto de vista não apenas do déficit público, da dívida interna e das taxas de juros, mas, também, do grau de cobertura exigido pela adoção do lastro cambial.

V - REGIMES FISCAL E MONETÁRIO NOS PLANOS CAVALLO E REAL

O último ponto levantado na seção anterior abre espaço para uma discussão dos aspectos característicos dos regimes fiscal e monetário nos planos Cavallo e Real.

Uma estabilização de cunho dolarizante, radicalmente comprometida com a fixação da taxa nominal de câmbio e a conversibilidade da moeda nacional assume, também, de maneira implícita, a perda em caráter permanente do recurso à emissão monetária como forma alternativa de financiamento dos gastos públicos.

Desse modo, a magnitude do estoque de dívida pública interna previamente acumulada, seja ela qual for, passa a ser avaliada, exclusivamente, pelo valor presente descontado das arrecadações de impostos ao longo do tempo. Vale dizer, com a conversibilidade, o cumprimento da restrição orçamentária

⁸ Como bem afirma Martone: "No caso do Plano Real, sabemos pelo menos, desde o fracasso da revisão constitucional, que o regime fiscal não foi mudado, mas apenas produziu-se um ajuste que, com alguma sorte e muita austeridade, poderá manter o déficit zerado no corrente ano" (1994, p.8). O referido ajuste — encaminhado, na verdade, a partir da criação do Fundo Social de Emergência — constituía a assim chamada primeira fase do programa FHC.

intertemporal do governo acarreta, desde logo, a impossibilidade da arrecadação de receitas provenientes do recurso à senhoriagem.

Na ausência de um equacionamento definitivo e transparente da questão fiscal que preceda o início de um programa com estas características⁹, o esquema de financiamento do setor público seria colocado numa virtual situação de **Ponzi game**. Desse modo, a menos que o estoque de reservas cambiais no Banco Central fosse suficientemente elevado para fornecer um adequado grau de cobertura à soma dos valores acumulados da dívida interna e da base monetária, seria deflagrado um movimento hiperinflacionário na economia.

A explosão dos preços deveria ser encarada, então, como a contrapartida de um agudo processo de deflação de débitos; único meio, aliás, através do qual o mercado seria capaz de fazer valer a restrição orçamentária intertemporal do governo¹⁰.

É nesse sentido que o confisco de ativos financeiros ocorrido na Argentina, com as medidas do plano Bonex, que antecederam a implementação do plano Cavallo, pode ter ampliado as chances de sucesso do último. A “queima” do passivo público, ao ajustar o grau de cobertura dos ativos financeiros em função do nível existente de reservas internacionais, acabou abrindo espaço para o estabelecimento da conversibilidade e, portanto, de uma regra rígida mas bem definida, de criação e de destruição de moeda.

Assim, sob o risco de uma sobrevalorização cambial bastante problemática, do programa argentino decorre, no entanto, uma perfeita compatibilização entre os regimes fiscal e monetário.

Já no caso brasileiro, a indefinição do regime fiscal — em grande parte dependente de uma revisão constitucional — aliada à presença de um estoque positivo de dívida interna com elevada liquidez e ao receio da irreversibilidade do recurso à âncora cambial desembocaram numa total indeterminação do regime monetário, onde coexistem as possibilidades de flutuações acentuadas tanto do câmbio quanto da própria oferta de moeda.

À GUIA DE CONCLUSÕES

Como notas conclusivas, procura-se racionalizar adiante alguns padrões comuns de comportamento das economias argentina e brasileira, quando da implementação dos programas caracterizados pela ancoragem cambial.

Em função do grande diferencial entre as taxas de crescimento dos preços na moeda nacional e internacional, há, com a fixação do câmbio, uma súbita queda no nível do imposto inflacionário arrecadado pelo governo — e que incide sobre o estoque de base monetária; este último demandado, basicamente, pelos trabalhadores de menor poder aquisitivo.

⁹ Como se percebe, a criação do Fundo Social de Emergência procurava acenar, exatamente, com esta possibilidade.

¹⁰ Vide Lal (1993).

Sem um corte radical e permanente dos gastos públicos em termos reais ou, ainda, na ausência de um aumento compensatório de tributação, a ancoragem cambial provoca uma elevação da renda disponível dos trabalhadores de baixa renda e, em decorrência, acaba alimentando o crescimento da demanda agregada que emerge com a queda da inflação¹¹.

A ampliação da demanda no setor de alta concentração industrial da economia tende a ser atendida com aumentos no grau de utilização da capacidade produtiva instalada e, portanto, da massa salarial. Já no setor competitivo, onde a elasticidade da oferta é relativamente mais baixa, o excesso de demanda acaba provocando uma mudança “corretiva” nos preços relativos desfavorável ao setor oligopolista. Como este último tem poder de mercado para defender sua taxa de lucro, a mudança dos preços relativos entre os dois setores acaba ocorrendo em função de um surto inflacionário generalizado, o que resulta, por sua vez, numa depressão dos níveis salariais reais. Ocorre, assim, uma transferência da renda proveniente dos salários dos trabalhadores do setor oligopolista para os lucros do setor competitivo da economia.

Neste caso, o atraso cambial acumulado e a pressão por recomposição salarial nas duas economias deverão ser fortes o bastante ao fim de determinado período, para colocarem os respectivos programas de estabilização em xeque. Parece que residem aqui, portanto, o dilema e o desafio comuns a serem enfrentados, através de reformas estruturais, pelos governos de ambos os países num futuro não muito distante.

V - REGIMES FISCAL E MONETÁRIO NOS PLANOS CAVALLA E REAL

O último ponto a ser abordado neste trabalho refere-se ao regime fiscal e monetário nos planos Cavallo e Real.

Como notas conclusivas, procura-se racionalizar alguns aspectos comuns de comportamento das economias argentinas e brasileiras durante a implementação dos programas estabilizadores pela convergência cambial. Assim, ambas as nações adotaram a conversibilidade e a abertura de mercados financeiros, o que levou a uma maior integração econômica e financeira com o exterior. Em função do grande diferencial entre as taxas de crescimento dos preços na moeda nacional e internacional, há, com a fixação do câmbio, uma súbita queda no nível do imposto inflacionário arrecadado pelo governo e que incide sobre o estoque de base monetária, estimulando o crescimento econômico. Vale dizer, com a conversibilidade e a abertura de mercados financeiros, o cumprimento da restrição orçamentária é facilitado, pois os gastos com o serviço da dívida externa são reduzidos e os recursos para o investimento são aumentados.

¹¹ Além do aumento da renda disponível dos trabalhadores, vários outros elementos contribuem para um crescimento da demanda agregada em função da queda da taxa de inflação. Entre estes vale a pena citar: a imperfeita indexação dos gastos públicos e o ajustamento de portfólio do setor privado. Este último fator decorreria da redução na demanda por ativos financeiros resultante da queda na variância dos preços relativos dos bens e ativos reais.

BIBLIOGRAFIA

- BATISTA Jr., P. "*A Armadilha da Dolarização*", EAESP - FGV, Texto para Discussão, fevereiro de 1994.
- BATISTA Jr., P.; RANGEL, A. e MESSEMBERG, R. "*URV e Salário Real*". In: *Conjuntura Econômica*, vol. 48, nº 5, maio de 1994.
- DORNBUSCH, R. *Open Economy Macroeconomics*, Cap. 6, Basic Books, Inc. Publishers, New York, 1980.
- KIGUEL, M. e LIVIATAN, L. "*Three Big Inflations: Argentina, Brazil and Peru*", The World Bank, novembro, 1992.
- LAL, D. "*Notes on Money, Debt and Alternative Monetary Regimes for Brazil*", The World Bank, janeiro, 1994.
- LEI DE CONVERSIBILIDADE DO AUSTRAL. In: *Revista de Economia Política*, vol. 11, nº 4., outubro - dezembro de 1991.
- LOPES, F. "*O Austral Conversível*". In: *Revista de Economia Política*, vol. 11, nº4., outubro - dezembro de 1991.
- MARTONE, C. "*A Política Monetária sobre o Real*". In: *Informações FIPE*, nº 166, julho de 1994.
- NAKANO, Y. "*Plano Cavallo de Desdolarização*". In: *Revista de Economia Política*, vol. 11, nº 4., outubro - dezembro de 1991.
- SARGENT, T. "*The End of Four Big Inflations*". In: H all (ed.), *Rational Expectations and Inflation*, Harper and Row, New York, 1986
- TOLEDO, J. "*Plano Cavallo, Galope para o Desastre?*", IPE/USP, Novembro de 1991.

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS MACROECONÔMICAS NO MERCOSUL¹

Carlos Eduardo de Freitas*

Coordenação de Políticas Macro e Microeconômicas

A preocupação com a coordenação internacional de políticas macroeconômicas é relativamente antiga, datando do século XIX, quando a revolução nas idéias econômicas, patrocinada por Hume, Quesnay e os fisiocratas, Adam Smith, Ricardo e outros tratadistas clássicos, mudou radicalmente a percepção do sentido e da relevância do comércio internacional.

O **main stream** até meados do século XVIII era dominado por idéias mercantilistas, que postulavam a importância dos superávits comerciais, de modo a aumentar os haveres em ouro dos países, e, portanto, a sua riqueza. O mercantilismo corresponde a uma filosofia econômica basicamente introspectiva e intervencionista. Suas receitas de política econômica podiam ser resumidas da seguinte forma²:

- (a) promoção de investimentos na indústrias exportadoras;
- (b) imposição de barreiras tarifárias proibitivas para evitar importações de bens que pudessem ser produzidos domesticamente;
- (c) restrição à exportação de matérias primas que pudessem ser usadas pela indústria nacional;
- (d) proibição da venda de metais preciosos a estrangeiros.

As recomendações mercantilistas evidentemente geravam uma incompatibilidade global, porque perpetuariam desequilíbrios. Desequilíbrios que só se poderiam sustentar sob circunstâncias excepcionais. Isto, naturalmente, acabava dando às doutrinas mercantilistas um sabor autárquico, que era evidente no Cameralismo (versão austro-alemã do mercantilismo).

O que na verdade se escondia por trás das recomendações mercantilistas era uma descrença nos mecanismos econômicos automáticos - em suma, no funcionamento do mercado.

Assim, se o Governo não intervisse no comércio exterior, poderiam se configurar déficits comerciais, que drenariam o ouro do país e, portanto, a sua riqueza.

* Coordenador da Escola de Pós-Graduação em Economia, da FGV/Brasília

¹ Resumo de estudo preparado para o IPEA/CPM, com apoio do PNUD. Agradeço a colaboração competente do meu assistente de pesquisa Murilo Matos Chaim.

² Conforme Encyclopedia of Economics, Douglas Greenwald (Editor Chief), McGraw Hill Book Company, 1982.

Entre outros, há nesses pontos de vista dois equívocos: o primeiro é a confusão entre tesouro e riqueza³; o segundo é a não-percepção de que mecanismos mais ou menos automáticos de restauração do equilíbrio do balanço de pagamentos entram em cena, caso algum ou alguns países começassem a apresentar déficits comerciais sistemáticos.

Foi justamente este o **breakthrough** representado pelo trabalho de Hume⁴, que, de forma pioneira, procurou demonstrar que os fluxos de entrada ou saída de ouro de um país, na medida em que condicionavam a quantidade de moeda em circulação, influenciavam a demanda e os preços, de forma a restabelecer o equilíbrio do balanço de pagamentos.

Esta idéia fundamental de que o funcionamento livre dos mercados e do sistema de preços desencadeia automaticamente ações dos indivíduos e das empresas, cujas resultantes são o equilíbrio e a prosperidade, representa a pedra angular da revolução das idéias econômicas daquele período. O crescimento econômico, então, é uma função do aumento de produtividade, determinado pela especialização e pela divisão do trabalho. Daí para a teoria das vantagens comparativas de Ricardo é um passo.

Sob essas novas premissas, o comércio internacional deixa de ser um instrumento de acumulação de ouro - aliás, acumulação estéril, uma vez desenvolvidos os mecanismos de crédito e os instrumentos bancários - para ser um mecanismo de divisão do trabalho e, portanto, de aumento da produtividade e da riqueza genuína de um país. Mais do que isso, o comércio internacional equilibrado é que é vantajoso. Seu desequilíbrio representa situação anômala, indesejável, até porque inútil para o país superavitário, além de passageira.

Nesses termos, a expansão do comércio internacional, impulsionada também pelos progressos técnicos dos meios de transporte, torna-se viável e passa a ser vista como alavanca de prosperidade.

A conseqüência prática dessa nova percepção consistia na aproximação entre os países, procurando coordenar as suas políticas de modo a facilitar a expansão do comércio internacional.

A primeira linha de coordenação se concentrou na políticas microeconômicas, i.e., naquelas políticas que dizem respeito à alocação de recursos produtivos. Assim, tratava-se de eliminar as barreiras mercantilistas ao comércio exterior - tarifárias e não-tarifárias.

É claro que até chegar-se ao GATT e, hoje, à Organização Mundial de Comércio, um longo caminho foi percorrido. A postulação era de total eliminação dos entraves ao comércio, o que não implicava em extinguir o imposto sobre as importações, porque constituía importante fonte de renda para os governos.

³ A preocupação mercantilista com a preservação dos estoques nacionais de ouro e demais metais preciosos não era propriamente algo tão simplório quanto possa parecer hoje em dia. Numa época em que não eram difundidos, nem os instrumentos bancários, nem a moeda fiduciária, e quando havia falta de meios de pagamento para dar liquidez ao desenvolvimento dos negócios, eram mais que compreensíveis os receios de que o sistema econômico ficasse com falta de numerário para as transações (Kindleberger, 1990, cap. 3, p. 40)

⁴ Em 1752, David Hume publicou seu ensaio **Of the Balance of Trade**, incluído em seus **Political Discourses**, trabalho onde explicava os fundamentos do que modernamente se designa por abordagem monetária do balanço de pagamentos, ou seja, a mecânica dos fluxos monetários decorrentes dos superávits e déficits de balanço de pagamentos e que, em última análise, mantêm o equilíbrio externo do sistema econômico (conforme Gandolfo, 1987, p.11.179).

O conteúdo protecionista das idéias mercantilistas não foi, contudo, abandonado. Os argumentos em torno da indústria nascente, no sentido de que as vantagens comparativas são dinâmicas, e podem ser adquiridas, já eram presentes de alguma forma no Cameralismo Alemão (séculos XVII e XVIII).

O pensamento protecionista e autárquico ressurgiu com o nacionalismo e as utopias totalitárias do século XX - o fascismo, o nazismo e o comunismo.

Embora tais utopias já estejam aparentemente ultrapassadas enquanto modelos políticos, ficou de toda essa controvérsia de dois séculos o reconhecimento de que:

(a) de um lado, a expansão equilibrada do comércio internacional é basilar para o desenvolvimento econômico;

(b) de outro, as vantagens comparativas podem ser criadas, de modo que um país não precisa congelar um determinado **mix** de produção, podendo fazer sentido a proteção temporária de certos segmentos de seu parque produtivo.

A conciliação desses dois pontos de vista requeria a coordenação internacional explícita das políticas microeconômicas, e esta representou a grande função do GATT, criado na esteira das reuniões de Bretton Woods de 1944.

O outro nível de preocupação se relacionava às políticas macroeconômicas, que dizem respeito às flutuações globais de demanda agregada, à oferta e demanda de moeda e ao regime cambial. O Entre-Guerras havia conhecido as práticas de desvalorizações cambiais competitivas e o abandono do padrão-ouro, o que condicionou políticas macroeconômicas incompatíveis com o equilíbrio dos balanços de pagamentos.

Reconhecia-se que o automatismo das regras do padrão-ouro deveria encontrar um substituto que:

(a) garantisse que as políticas macroeconômicas seriam compatíveis com o desenvolvimento equilibrado do comércio internacional, o que o padrão-ouro satisfazia, mas, ao mesmo tempo,

(b) admitisse graus de liberdade para acomodar situações específicas que exigissem flexibilidade.

De forma análoga ao caso das políticas microeconômicas, reconheceu-se a importância de um foro internacional para a explicitação e discussão dos problemas de coordenação macroeconômica. Para isso foi criado o Fundo Monetário Internacional.

Padrão-Ouro - Bretton Woods - Depois de Bretton Woods - A Experiência do G-7

A coordenação das políticas macroeconômicas é importante para inibir desequilíbrios crônicos e acelerar a recuperação do equilíbrio (reduzir custos do ajuste), evitando flutuações excessivas de taxas de juros, de taxas de câmbio, de reservas internacionais e de renda.

A importância de se evitar desequilíbrios crônicos decorre da assimetria de problemas que daí decorrem. Enquanto o país superavitário pode em maior ou menor grau sustentar a situação de desequilíbrio, o país deficitário se vê forçado ao ajuste sob pena de esgotamento de suas reservas internacionais.

Não obstante os dispositivos automáticos de restabelecimento do equilíbrio do balanço de pagamentos - fato percebido originalmente por Hume há mais de duzentos anos, como já mencionado -, os governos podem inibir o funcionamento desses dispositivos por intermédio do manejo das taxas de juros e da taxa de câmbio, cronificando desequilíbrios.

Embora esses tipos de política econômica costumem trazer ônus também aos países que as pratiquem, em determinadas circunstâncias podem constituir opções concretas para os respectivos governos. Os impasses que acabaram levando ao colapso do sistema de Bretton Woods, e à substituição do regime de taxas fixas de câmbio pelo de taxas flutuantes, tiveram por trás, em grande medida, aquela ordem de problema, i.e., práticas de política econômica incompatíveis com o equilíbrio do balanço de pagamentos.

O Padrão-Ouro

O regime do padrão-ouro representou o primeiro sistema, ainda que implícito, de coordenação internacional de políticas macroeconômicas. Com taxas de câmbio fixas, a oferta doméstica de moeda ficava determinada pelo balanço de pagamentos⁵. A flexibilidade de preços, custos e salários faria com que a absorção interna se ajustasse aos superávits ou déficits de balanço de pagamentos, corrigindo os desequilíbrios.

Na medida em que as regras do sistema fossem seguidas, ou seja, os governos só emitissem moeda contra recebimento de ouro e só se desfizessem de ouro contra entrega efetiva de moeda nacional, não haveria como se cronificarem desequilíbrios de balanço de pagamentos.

A rigidez e automaticidade do mecanismo eram a sua força. Os interesses de ordem política não podiam se sobrepor à austeridade da administração da moeda e, por isso, se excluía qualquer possibilidade discricionária na determinação do volume de moeda em circulação.

Ao mesmo tempo, essa era a sua fragilidade, na medida em que congelava a taxa de câmbio, exigindo um grau de flexibilidade dos preços e salários difícil de ser encontrado na prática.

O Entre-Guerras foi o período de abandono do padrão-ouro, desvalorizações cambiais competitivas, retrocesso e fechamento econômico. Os acordos bilaterais de comércio e pagamentos floresceram, uma vez que garantiam o equilíbrio do comércio, afastando o temor de desequilíbrios continuados.

O Regime de Bretton Woods

As reuniões de Bretton Woods procuraram reorganizar o sistema financeiro internacional, combinando a disciplina típica do padrão ouro com um certo grau de flexibilidade, de forma que as paridades poderiam ser reajustadas em casos específicos de desequilíbrios fundamentais do balanço de pagamentos, aí se incluindo as variações de produtividade.

⁵ Pressupõe-se que em regime de padrão-ouro, o banco central se limite a trocar moeda doméstica por ouro e vice-versa, a uma taxa de câmbio fixa. Se é assim, o crédito interno líquido do banco central fica automaticamente congelado.

O FMI foi instituído como o foro para as discussões das taxas de câmbio e dos desequilíbrios de balanço de pagamentos, sendo assim o órgão supranacional para a coordenação das políticas macroeconômicas em nível mundial.

O sistema era baseado numa moeda-chave - o dólar -, de modo que o seu equilíbrio repousava numa dosagem adequada de emissão de dólares.

Numa primeira fase, conheceu-se a escassez de dólares. Seguiu-se um período de déficits no balanço de pagamentos norte-americano, que possibilitou a irrigação do sistema financeiro internacional.

Benvindos durante um certo tempo, sua persistência acabou começando a causar problemas pela acumulação de dólares em mãos dos países credores da Europa - principalmente Alemanha - e Japão; ou seja, configuravam-se desequilíbrios persistentes de balanço de pagamentos, que já adquiriam uma feição crônica.

Como era isto possível num regime de taxas de câmbio fixas? De um lado, por políticas monetárias ativas nos países superavitários, que drenavam o excesso de oferta de moeda originado do balanço de pagamentos, mantendo a demanda de moeda acima da oferta e, assim, perpetuando os superávits. De outro, pelo fato de que o país deficitário - Estados Unidos -, como emissor da moeda-chave do sistema, não se via constrangido a tomar medidas de restrição de demanda, uma vez que fazia os pagamentos internacionais na sua própria moeda. Dessa forma, as pressões sobre seu estoque de reservas internacionais eram muito mais remotas do que no caso dos demais países. Apenas a França, num determinado momento, ameaçou fazer valer a cláusula de conversibilidade do dólar em ouro a bancos centrais.

Requeria-se, por conseguinte, coordenação macroeconômica.

A França sugeria que os EUA desvalorizassem o dólar em relação ao ouro. A Alemanha e o Japão sugeriam políticas fiscais e monetárias que troxessem disciplina monetária e acabassem com a realimentação da oferta de moeda americana. Finalmente, os americanos sugeriam políticas monetárias mais expansionistas nos países superavitários. A solução acabou vindo pelo regime de flutuações das taxas de câmbio, que tem inconvenientes conceituais, mas onde o mundo está vivendo há mais de 20 anos, com prosperidade e crescimento do comércio internacional.

De se notar que a mais recente tentativa de fixar taxas de câmbio, na Comunidade Européia, terminou em grande especulação nos mercados de câmbio, e com a saída da Itália e Reino Unido do regime de paridades fixas.

Depois de Bretton Woods - A Experiência do G-7

Abandonado finalmente o regime de taxas fixas, em 1973, o mundo passou a conviver com as taxas de câmbio flutuantes, para preocupação de muitos economistas.

Agora, a coordenação era requerida para evitar **overshootings** nos movimentos de acomodação das paridades, e, igualmente, para que se distinguíssem entre ações puramente especulativas dos

mercados, sem respaldo nos **fundamentals**, daquelas flutuações que efetivamente respondiam aos fatores monetários e fiscais fundamentais.

A coordenação macroeconômica global passou a ser o objeto de trabalho do Comitê Interino, constituído sob o respaldo do FMI, e, paralelamente, do G-7, grupo formado pelos países de economia mais avançada.

A experiência do G-7 consagra a informalidade. O intercâmbio constante de impressões e a oportunidade de discutir com franqueza os problemas e limitações para execução da política econômica criou uma atmosfera de confiança entre os Ministros de Finanças desses sete países, que, segundo depoimentos deles próprios, é mais importante para a coordenação macroeconômica do que regras frias de acordos ou organismos internacionais.

Tal percepção tem feito, inclusive, com que o G-7 evite a institucionalização de qualquer tipo de secretariado permanente.

O Arcabouço Conceitual

Na abordagem da questão de coordenação de políticas macroeconômicas, dois tipos de literatura ressaltam.

Uma, que toma modelos de formulação e execução de política econômica na tradição original de Tinbergen, e demonstra que a coordenação internacional é superior à não-coordenação. A superioridade de coordenação decorre de que as políticas econômicas são mais eficazes e eficientes, evitando-se oscilações de reservas internacionais, taxas de câmbio e perdas decorrentes de períodos de recessão econômica.⁶

A coordenação tende a amenizar as oscilações cíclicas das economias. Isto, porém, parece um fato intuitivo e válido, inclusive, no que se refere à coordenação interna entre as instâncias monetária e fiscal, que produz os melhores resultados em termos de estabilidade e crescimento.

Outra abordagem utiliza recursos metodológicos da teoria dos jogos para procurar demonstrar basicamente a mesma coisa.⁷

O que se está procurando demonstrar com esse tipo de trabalho, em última análise, é que a coordenação explícita constitui um procedimento preferível à coordenação implícita.

O que estamos chamando aqui de coordenação implícita seriam os sistemas “automáticos”, cujos resultados não têm sido satisfatórios. É claro que o organismo econômico reage de modo a eliminar os desequilíbrios. As políticas econômicas, porém, muitas vezes atuam no sentido de impedir ou dificultar os mecanismos automáticos de ajuste. E, principalmente, se os desequilíbrios começam a se estender no tempo, os ônus do ajuste acabam recaindo sobre o país deficitário, quando muitas vezes a forma mais adequada de ajuste seria pelo lado do país superavitário.

⁶ Cooper, 1969.

⁷ CEPAL, 1992.

Assim, o que parece relevante do ponto de vista de coordenação macroeconômica é a análise das variáveis de regulação do balanço de pagamentos: taxa de câmbio e taxa de juros. A existência de desequilíbrios crônicos ou de desequilíbrios de curta duração, porém de grande magnitude, vai ser determinada pelo **mix** de políticas cambiais e monetárias.

Em ambos os casos, o país com o **mix** “errado” de taxas de juros e de câmbio, ao se prejudicar, determina igualmente externalidades negativas, espalhando as perdas pelas demais economias que com ele são entrelaçadas.

O que fica das abordagens nas linhas acima, é que não vale o princípio de que a ação independente de cada país produzirá automaticamente os melhores resultados para o conjunto. Aparentemente, as razões para isso seriam:

- (a) as diferenças entre as dimensões econômicas de cada país participante do jogo;
- (b) as diferenças das percepções dos **policy makers**, em cada país, sobre as prioridades envolvidas na função de bem-estar e sobre a interpretação da própria realidade econômica; e, finalmente,
- (c) as diferentes circunstâncias e limitações não econômicas à coordenação de políticas, i.e., os problemas de economia política da política econômica.

Dessa forma, embora, em tese, o sistema econômico incorpore dispositivos automáticos, capazes de manter os balanços de pagamentos equilibrados e de restabelecer o equilíbrio em caso de desvios resultantes de pressões externas, os fatores acima mencionados podem prolongar os desvios no tempo ou produzir movimentos ciclotímicos no comércio internacional, os quais inibem o crescimento auto-sustentado. Ou seja, o equilíbrio se restabelece, porém com redução e não com crescimento do comércio e da produção.

A experiência dos últimos vinte anos do intercâmbio comercial entre o Brasil e Argentina, como se verá adiante, ilustra um fenômeno dessa ordem.

A conclusão então, apoiada no **mainstream** do pensamento econômico, é de que a coordenação internacional explícita das políticas macroeconômicas é um expediente útil e importante para o crescimento equilibrado.

Adicionalmente, o fato novo da globalização dos mercados financeiros, i.e., a aproximação e internacionalização dos mercados financeiros de cada país, trouxe consigo uma carga de problemas para as políticas econômicas nacionais, de tal sorte que torna imprescindível a coordenação internacional.

O Relacionamento Econômico entre os Países do Mercosul

A crise da dívida externa de 1982 trouxe os primeiros movimentos, ainda que extremamente tímidos, não propriamente de coordenação de políticas econômicas entre Brasil e Argentina, mas de estreitamento de contactos entre os **policy makers** dos dois países. Como reconhecimento de que era impossível a todos os países com problemas de balanço de pagamentos obterem superávits simultâneos, uns contra os outros, os bancos centrais da América Latina iniciaram um processo espontâneo de cooperação, estendendo créditos recíprocos, de forma a permitir a continuidade dos fluxos de comércio,

mesmo na presença de déficits temporários. Com isto, evitava-se que os países deficitários tomassem medidas restritivas ao comércio intra-regional, com o objetivo de defender reservas internacionais combatidas.

No caso do Brasil, por exemplo, todas as medidas de restrição cambial que o governo se viu na **contingência** de tomar naquele período sempre preservaram os latino-americanos.

O mecanismo do Convênio de Créditos Recíprocos - CCR -, englobando os países da ALADI mais República Dominicana, embora datasse do final dos anos 60, ganhou impulso e proeminência durante a crise. Trata-se de uma sistemática de poupança de divisas, uma vez que promove a compensação dos débitos e créditos recíprocos dos países membros, liquidando-se apenas os saldos líquidos em dólares, a cada quatro meses. Na época da crise cambial, foi comum a extensão de créditos entre os participantes, de forma a diferir e facilitar os pagamentos daqueles saldos. Isto se passou também entre Brasil e Argentina, principalmente em termos de créditos do primeiro para o segundo. Esses contactos estreitaram-se com os movimentos de aproximação inaugurados em 1985, numa histórica iniciativa da chancelaria argentina, cujo significado e importância foram instantaneamente percebidos pelo Itamaraty.

Moldura Institucional do Mercosul - Evolução

O processo de integração do Cone Sul, que se originou do estreitamento das relações de cooperação entre Brasil e Argentina, teve seu início na declaração de Iguazu, assinada pelos Presidentes José Sarney e Raul Alfonsín em 30 de novembro de 1985. Deste encontro presidencial, formou-se uma Comissão Mista de alto nível responsável pela elaboração do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), cujo instrumento jurídico básico, a Ata para a Integração Argentino-Brasileira (jul/86), objetivava a criação de um espaço econômico comum. Para tanto, firmaram-se uma série de Protocolos, num total de 24, que versavam sobre a abertura seletiva dos mercados e estímulos à complementação de setores específicos⁸. Buscava-se, desta forma, a adaptação progressiva, tendo como base os princípios de flexibilidade, gradualidade, equilíbrio dinâmico e simetria.

Dentro desta visão setorial, a manutenção de alguma estabilidade da taxa de câmbio real entre os países signatários seria o único objetivo de coordenação macroeconômica explicitado pelo Protocolo nº 20, de Jul/87, o qual previa a criação de uma unidade monetária, o gaúcho. Esta unidade monetária serviria para a contabilização, até um limite, dos resultados das compensações bilaterais no quadrimestre. Neste sistema, a paridade real das moedas nacionais em relação ao gaúcho se constituiria num compromisso dos governos no momento de ajustar as políticas nacionais.

Com o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, de novembro de 1988, ratificado pelos respectivos congressos nacionais, em agosto de 1989, passa-se então a uma fase de "integração global", em que uma harmonização mais abrangente é privilegiada. Ficou estabelecido neste tratado um prazo de dez anos para a constituição de um espaço econômico comum entre Brasil e Argentina, a ser concretizado através da eliminação de todas as restrições tarifárias e não-tarifárias ao comércio de bens e serviços. Para tanto, a harmonização das políticas aduaneiras de comércio interno e externo e a

⁸ Setor de bens de capital, produtos alimentícios, trigo, siderurgia, indústria automotriz, cooperação nuclear, biotecnologia, empresas binacionais, energia e fundos de investimentos, entre outros.

coordenação gradual das políticas monetária, fiscal e cambial passam a ser tratadas como elementos necessários.

Tal posição se reforça ainda mais com a mudança dos Governos da Argentina e Brasil, já que os novos mandatários (Menem e Collor), dentro de suas políticas liberalizantes, estabeleceram, pela assinatura da Ata de Buenos Aires (Jul/90), a data de 31 de dezembro de 1994 como prazo para o estabelecimento de um mercado comum. Paralelamente, tinham andamento as negociações com Paraguai e Uruguai, que culminaram na assinatura do Tratado de Assunção (Mar/91). Este tratado previa a constituição de um mercado comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, assim como prescrevia o respeito aos compromissos anteriores assumidos pelos Estados Partes, basicamente o Acordo de Complementação Econômica nº 14 (ACE 14), de dezembro de 1990, que consolidou em um único texto os diversos acordos anteriores entre Argentina e Brasil.

Pelo Tratado de Assunção, os Estados Partes decidem constituir um mercado comum (Mercado Comum do Sul - Mercosul) em 31 de dezembro de 1994, prevendo a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos; o estabelecimento de uma tarifa externa e política comercial comuns; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais; além da harmonização legislativa nas áreas pertinentes (Artigo 1). Para tanto, durante o período de transição adotou-se um programa de liberalização comercial, um regime geral de origem e sistemas de salvaguardas e soluções de controvérsias, além de ter-se instituído, como órgãos deste tratado, o Conselho do Mercado Comum e um Grupo Mercado Comum.

O Conselho do Mercado Comum, conforme o artigo 10, é o órgão superior do Mercado Comum, ao qual cabe a condução política e a tomada de decisões que assegurem o cumprimento dos objetivos e prazos para a constituição definitiva do Mercado Comum. As decisões adotadas por este Conselho, constituído pelos Presidentes e Ministros de Relações Exteriores e Economia dos Estados Partes, devem ser implementadas pelo Grupo Mercado Comum, que, na condição de órgão executor, deve propor medidas concretas que assegurem avanços no estabelecimento do Mercado Comum. Para tanto, dez Subgrupos de Trabalho foram instituídos dentro do Grupo Mercado Comum para fins de coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais.

Neste contexto, o Subgrupo 10 (SGT 10) foi instituído com o objetivo de prover um fórum de consultas capaz de elaborar acordos específicos para a harmonização e coordenação das políticas macroeconômicas. Desde então, fizeram parte do seu programa de trabalho as negociações de uma tarifa externa comum e os estudos de várias comissões de cooperação técnica para os setores de serviços, tributos, defesa do consumidor, harmonização de indicadores macroeconômicos, defesa da concorrência e monopólios estatais.

A problemática propriamente de coordenação das políticas econômicas é, assim, apenas um dos temas deste Subgrupo 10. O grosso de sua agenda é ocupado por matérias que, a meu ver, seriam melhor classificadas como de coordenação microeconômica, uma vez que dizem respeito à alocação de recursos, como as discussões tarifárias e as relativas a transportes, tributação, mecanismos de proteção ao consumidor, etc.

Relações Comerciais no Mercosul - Evolução Recente

Existe uma dualidade na importância econômica relativa do Mercosul para os quatro países que o compõem. De um lado, Argentina e Brasil, para os quais, embora de importância crescente, o Mercosul ainda representa apenas uma parcela do seu comércio exterior total. De outro, Paraguai e Uruguai, para os quais o intercâmbio com o Mercosul é dominante.

Para os quatro países em conjunto, o intercâmbio comercial com o Mercosul representa 19,9% do intercâmbio total de mercadorias. Para a Argentina e Brasil somados, o Mercosul significa 17,4% do comércio exterior, enquanto a mesma estatística para Paraguai e Uruguai se expressa por 59,2%.

As relações econômicas no Mercosul são, assim, fortemente influenciadas pelas economias de Argentina e Brasil, cujos PIBs, em 1992, representavam 96,66% do PIB regional. Além das maiores economias, Brasil e Argentina são também os principais responsáveis pelo comércio regional, já que somam 90,5% do total das exportações e 73,6% das importações intra-Mercosul.

Tomando-se estatísticas de 1993, verifica-se que as exportações paraguaias para a Argentina e Brasil representam, respectivamente, 0,4% e 0,8% das importações totais daqueles dois países, enquanto as importações são 2,7% e 2,5% das exportações de cada um dos dois grandes.

No caso do Uruguai, as exportações como percentagem das importações dos dois grandes se expressam por 1,7%, para a Argentina, e 1,5% para o Brasil, e por 3,9% e 2%, respectivamente, para as suas importações como parcela das exportações totais argentinas e brasileiras.

Finalmente, o intercâmbio entre as duas economias menores também não é mutuamente significativo: 0,6% do intercâmbio global do Uruguai, e 1,1% do paraguaio.

Intercâmbio Comercial no Mercosul 1993 - US\$ milhões

IMP./EXP.	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Mercosul	Total
Argentina	-	3.661,0	64,9	280,9	4.006,8	16.787,0
Brasil	2.790,7	-	215,1	372,1	3.377,9	25.695,0
Paraguai	357,8	986,0	-	16,1	1.359,9	1.478,0
Uruguai	512,0	777,0	7,2	-	1.296,2	2.249,0
Mercosul	3.660,5	5.424,0	287,2	669,1	10.040,8	46.209,0
Total	13.091,0	39.101,0	725,0	1.647,0	54.564,0	

Fonte: Banco Central do Brasil - Departamento Econômico.

Obs.: Tomaram-se os dados de exportações fornecidos por cada país. Assim, as importações intra-Mercosul traduzem as informações de exportações de cada parceiro. Para as importações globais, ao contrário, usaram-se os próprios dados fornecidos pelo país. Como Argentina e Uruguai informam os valores CIF das respectivas importações, o quadro subestima, para ambos, a participação das importações proveniente do Mercosul nas suas importações totais.

Logo, as políticas econômicas uruguaias e paraguaias não têm condições de afetar as duas economias maiores, e nem uma a outra, reciprocamente. Porém, as políticas econômicas de Brasil e Argentina são capazes de perturbar o equilíbrio tanto no Paraguai como no Uruguai. As exportações uruguaias para Argentina e Brasil representam 39,7% de suas exportações totais, enquanto 57,3% das

importações provêm daqueles dois mercados. No caso do Paraguai, Argentina e Brasil absorvem 38,6% de suas exportações e contribuem com 90,9% das respectivas importações totais.

Quanto à Argentina e Brasil, o grau de interrelacionamento é maior: 9,4% do total das exportações brasileiras se destina à Argentina, o que representa 21,8% das importações globais daquele país. Por outro lado, 21,3% do que a Argentina exporta se destina ao Brasil, significando 10,9% das importações brasileiras.

Já se trata de um intercâmbio comercial representativo, mas o relacionamento financeiro continua pouco relevante. Os movimentos de capitais ainda se fazem entre Buenos Aires e São Paulo, de um lado, e Nova York, Zurich, Frankfurt e Miami, de outro, muito mais do que entre aqueles dois centros financeiros sul-americanos.

Sendo assim, e tendo em vista,

(a) que o grosso do comércio internacional de Brasil e Argentina se faz fora da região - 86,4% no caso do Brasil, e 74,3% no caso da Argentina (ainda com dados de 1993);

(b) que a coordenação relevante seria entre esses dois países, uma vez que as políticas econômicas de Paraguai e Uruguai não afetam o conjunto,

creio poder-se concluir que a coordenação das políticas econômicas no âmbito do Mercosul deve olhar para os balanços de pagamentos globais das duas economias dominantes, e não, para os balanços de pagamentos bilaterais.

PIB e PIB/per capita - MERCOSUL

Em US\$ Milhões

	Brasil		Argentina		Paraguai		Uruguai		MERCOSUL	
	PIB	PIB pc	PIB	PIB pc	PIB	PIB pc	PIB	PIB pc	PIB	PIB pc
1988	337.301	2.346	129.291	4.100	6.104	1.511	8.456	2.763	481.152	2.638
1989	363.540	2.483	126.531	3.963	6.750	1.624	8.942	2.906	505.763	2.725
1990	362.715	2.434	132.282	4.093	7.258	1.697	9.386	3.034	511.641	2.711
1991	380.048	2.507	150.046	4.587	7.724	1.757	10.035	3.225	547.853	2.856
1992	385.736	2.503	167.403	5.057	8.037	1.779	11.061	3.533	572.237	2.937

Fonte: BACEN/DEORI - MERCOSUL; Informações Seleccionadas

Brasília, Set/Dez 1993

O comércio intra-Mercosul entre 1989 e 1993 cresceu 151,1%, passando de US\$ 4 bilhões para US\$ 10 bilhões. Metade desse crescimento se explica pelas importações argentinas (+US\$ 3,1 bilhões). As importações brasileiras aumentaram de US\$ 1,2 bilhão e as de Paraguai e Uruguai, em conjunto, US\$ 1,7 bilhão. Ou seja, as duas economias pequenas contribuíram mais que o Brasil, com dimensões econômicas incomparavelmente maiores. O Paraguai, isoladamente, acresceu suas compras na região por US\$ 1 bilhão, quase tanto quanto o Brasil!

Por outro lado, o Brasil foi o grande supridor de mercadorias para sustentar esse impressionante aumento de volume de comércio na região. No período 1989/93, as exportações brasileiras aumentaram

de US\$ 4,1 bilhões, seguidas pelas argentinas - US\$ 2,1 bilhões (metade do crescimento brasileiro) - enquanto as exportações paraguaias caíram US\$ 0,1 bilhão, e as uruguaias ficavam estagnadas.

Ou seja, o que se verificou no Mercosul entre 1989 e 1993 foi basicamente uma expansão das importações argentinas, mas também paraguaias e uruguaias, supridas por exportações brasileiras. Assim, o intercâmbio Brasil-Argentina, que representava 48,7% do intercâmbio total do Mercosul em 1989, atingiu 64,3% em 1993. E como era de se esperar, o comércio regional brasileiro passou a se fazer mais e mais com a Argentina, indo de 55% para 73%; do ponto de vista argentino, o Brasil representava para ela 35% do seu comércio regional, em 1989, e, agora, em 1993, 84%.

Dos US\$ 4,7 bilhões de crescimento das exportações globais do Brasil no período, US\$ 4,1 bilhões se explicam pelo Mercosul, ou seja, 87%. Assim, esta região, que representava, em 1989, 4% das exportações totais do Brasil, passou a significar 14%, em 1993. Em termos de intercâmbio total, o Mercosul, que era 6,8% do intercâmbio global do Brasil em 1989, passou a ser 13,6%, em 1993.

Nesse sentido, o Brasil aumentou relativamente mais do que a Argentina o seu grau de dependência do Mercado Comum no período. No caso da Argentina, as mesmas percentagens se expressam por 17,7% e 25,7%. Assim, enquanto para o primeiro a importância do Mercosul dobrou, para a Argentina aumentou 50%. Para o Paraguai também os números têm expressão semelhante à do Brasil: o seu intercâmbio com a região saltou de 40% para 75% do total. Finalmente, no caso do Uruguai, a importância do Mercosul em seu comércio exterior pouco se alterou nesses últimos 4 anos, passando de 46% para 50%.

Portanto, Paraguai e Argentina viram a importância do Mercosul aumentar em suas economias em função das importações, enquanto no caso do Brasil foram as exportações que cresceram.

Todos esses movimentos observados no comércio regional dos países acompanharam as respectivas trajetórias dos seus intercâmbios globais. Se não, vejamos. A Argentina, que passou de um superávit de US\$ 656 milhões a um déficit com o Mercosul de US\$ 346 milhões - com o Brasil, especificamente, o superávit de US\$ 529 milhões em 1989 virou um déficit de US\$ 870 milhões em 1993 -, viu seu superávit comercial global de US\$ 5,7 bilhões se transformar num déficit de US\$ 3,7 bilhões.

De forma análoga, o Paraguai, que apresentava balança comercial equilibrada em 1989, registrou déficit de US\$ 753 milhões em 1993. Acompanhando esse movimento, seu pequeno superávit com os países do Mercosul, de US\$ 23 milhões, evoluiu para um déficit de US\$ 1,1 bilhão.

O Brasil foi, de certa forma, uma exceção. Embora tivesse balança comercial global fortemente superavitária, tanto em 1989 como em 1993, o seu superávit total reduziu-se no período - de US\$ 16,1 bilhões para US\$ 13,4 bilhões -, enquanto, no Mercosul, um déficit de US\$ 829 milhões transformava-se em superávit de US\$ 2 bilhões!

O comportamento da economia uruguaia obedece ao mesmo padrão que se observa para Argentina e Paraguai, i.e., as balanças comerciais global e regional variam no mesmo sentido. Um superávit total de US\$ 460 milhões, em 1989, evoluiu para um déficit de US\$ 602 milhões em 1993. No relacionamento com o Mercosul, o superávit de US\$ 149 milhões se transforma num déficit de US\$ 627 milhões.

Intercâmbio Comercial no Mercosul

Valores em US\$ milhões

1989

IMP/EXP	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Mercosul	Total
Argentina	-	710,4	49,0	98,9	858,3	3.864,0
Brasil	1.239,0	-	358,8	596,1	2.193,9	18.263,0
Paraguai	67,8	321,0	-	6,2	395,0	1.015,9
Uruguai	207,7	333,6	10,6	-	551,9	1.136,2
Mercosul	1.514,5	1365,0	418,4	701,2	3.999,1	24.279,1
Total	9.566,9	34.406,0	1.009,5	1.596,4	46.578,8	-

1990

IMP/EXP	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Mercosul	Total
Argentina	-	645,1	55,5	116,1	816,7	4.079,0
Brasil	1.412,4	-	332,8	584,6	2.329,8	20.661,0
Paraguai	151,2	380,0	-	8,9	540,1	1.193,0
Uruguai	262,6	294,6	11,6	-	568,8	1.343,0
Mercosul	1.826,2	1.319,7	399,9	709,6	4.255,4	27.276,0
Total	12.354,0	31.414,0	950,0	1.693,0	46.411,0	-

1991

IMP/EXP	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Mercosul	Total
Argentina	-	1.476,2	45,1	163,1	1.684,4	8.726,0
Brasil	1.614,7	-	219,6	434,1	2.268,4	21.041,0
Paraguai	152,3	496,1	-	10,3	658,7	1.275,0
Uruguai	296,3	337,2	11,3	-	644,8	1.622,0
Mercosul	2.063,3	2.309,5	276,0	607,5	5.256,3	32.664,0
Total	11.977,5	31.620,0	737,0	1.600,0	45.934,5	-

1992

IMP/EXP	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Mercosul	Total
Argentina	-	3.070,6	64,1	48,8	3.383,5	14.872,0
Brasil	1.686,5	-	184,4	342,9	2.213,8	20.578,0
Paraguai	200,6	541,1	-	11,1	752,8	1.237,0
Uruguai	382,8	517,2	10,6	-	910,6	2.018,0
Mercosul	2.269,9	4.128,9	259,1	602,8	7.260,7	38.705,0
Total	12.235,0	36.103,0	657	1.689,0	50.684,0	-

Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil - Departamento de Organismos e Acordos Internacionais. Mercosul: Informações Seleccionadas, Brasília, Abril 1993; e CEPAL, Anuario Estadístico de América latina y Caribe, 1993.

A inspeção dos números relativos aos saldos globais acumulados de balanço de pagamentos no quadriênio 1990/93 mostra superávits moderados na Argentina e Paraguai, e um déficit, também moderado, no Uruguai. O comportamento do balanço de pagamentos brasileiro é completamente destoante, com saldo acumulado de US\$ 23 bilhões.

**Resultado Global do Balanço de Pagamentos
Fluxos Acumulados 1990/93**

(Variação das Reservas Internacionais Líquidas)

US\$ Milhões

Argentina	+ 1.658,0
Brasil	+ 22.932,0
Paraguai	+ 171,0
Uruguai	- 206,0

Fonte: Banco Central do Brasil - Departamento Econômico (Documento "MERCOSUR - Subgrupo de Trabajo no. 10 - Coordinación de Políticas Macroeconómicas (Sección Nacional) - Indicadores Macroeconomicos Basicos, diversos boletins).

O que essas estatísticas nos contam? A meu ver, elas indicam que o Brasil se atrasou, por assim dizer, em relação aos outros países da região em adaptar-se às novas circunstâncias, favoráveis, que se desenhavam nos mercados financeiros internacionais a partir dos anos 90.

Esta mudança de comportamento em relação à América Latina, e o conseqüente afluxo maciço de capitais internacionais ao Continente, se origina, por um lado, da solução do impasse da dívida externa, que penalizou os países da área por toda a década de 80. Esta solução veio das renegociações na linha do Plano Brady, ajudadas substancialmente pela baixa das taxas de juros internacionais - abundância de liquidez. Esta abundância de liquidez internacional desempenhou, ao mesmo tempo, o papel de empurrar os capitais para os assim chamados mercados emergentes - América Latina, Europa Central e Oriental, Filipinas, tigres asiáticos e algumas nações no Norte da África - ou seja, os países de renda média. Assim, o impulso da oferta encontrou fatores favoráveis do lado da demanda, representados pelo reequilíbrio macroeconômico dos países.

Argentina, Paraguai e Uruguai reagiram mais rapidamente, aumentando a absorção interna e permitindo a apreciação das respectivas taxas de câmbio reais. Dessa forma, compensaram os saldos que começaram a aparecer na conta de capital do balanço de pagamentos, com déficits em conta corrente.

O Brasil também seguiu em certa medida o mesmo caminho, só que de forma bem mais tímida, até porque levou mais tempo para resolver a sua questão de dívida externa, e, assim, os capitais só um pouco depois começaram a fluir com intensidade. Ou seja, as combinações de políticas monetárias e cambiais praticadas no Brasil teriam sido, assim, menos adaptativas à nova atmosfera internacional do

que nos demais países do Mercosul. Daí o porquê dos superávits brutais que aparecem no balanço de pagamentos brasileiro em 1992 e 1993, dominando e compensando amplamente os déficits de 1990 e 1991.

Em 1991, é assinado o Tratado de Assunção e aprofunda-se a integração econômica no Cone Sul, encontrando o Brasil em posição significativamente distinta de seus parceiros em termos de taxa de câmbio real e nível de absorção interna. Ou seja, o seu “momentum” de reação à mudança internacional era diferente e relativamente defasado quando comparado aos vizinhos. O câmbio era mais desvalorizado, e a absorção interna menor. Isto ajuda a explicar a origem e o sentido dos desequilíbrios comerciais no Mercosul nos seus três anos iniciais de experiência.

O Comércio Bilateral Brasil-Argentina e os Respective Padrões de Política Econômica

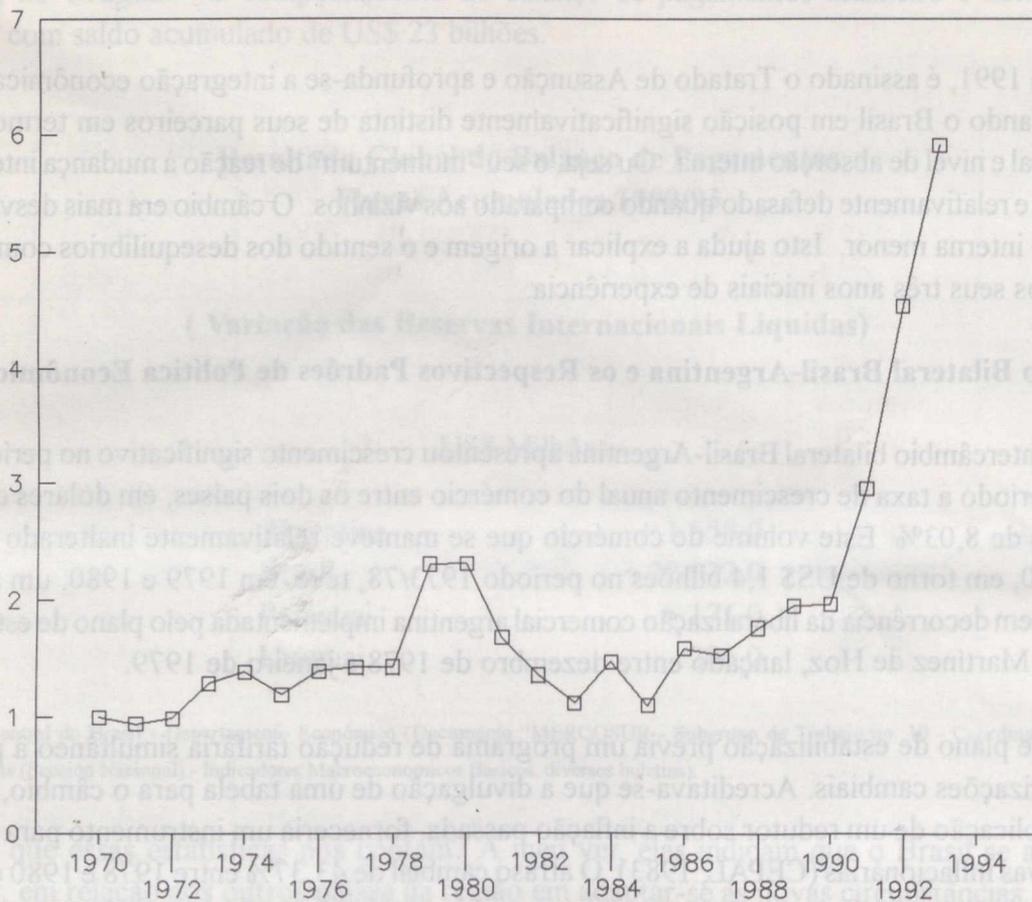
O intercâmbio bilateral Brasil-Argentina apresentou crescimento significativo no período 1970/93. Neste período a taxa de crescimento anual do comércio entre os dois países, em dólares constantes de 1991, foi de 8,03%. Este volume de comércio que se manteve relativamente inalterado durante a década de 70, em torno de US\$ 1,4 bilhões no período 1973/78, teve, em 1979 e 1980, um acréscimo significativo em decorrência da liberalização comercial argentina implementada pelo plano de estabilização do Ministro Martínez de Hoz, lançado entre dezembro de 1978 e janeiro de 1979.

Este plano de estabilização previa um programa de redução tarifária simultâneo à prefixação das desvalorizações cambiais. Acreditava-se que a divulgação de uma tabela para o câmbio, prefixado através da aplicação de um redutor sobre a inflação passada, forneceria um instrumento para minimizar as expectativas inflacionárias (CEPAL, 1983). O atraso cambial de 43,37% entre 1978 e 1980 conjugado às reduções tarifárias explicam, portanto, o forte crescimento das importações argentinas no período. Em 1979 cresceram 82,97%, voltando a aumentar vigorosamente em 1980 (33,29%), todos os cálculos feitos a preços constantes. Aquela apreciação, entretanto, só veio acentuar uma tendência de valorização que já se percebia desde 1972, a qual só foi interrompida em 1975 e 1976, momento em que as reservas internacionais atingiam valores críticos (CEPAL, 1983), fortemente afetadas por brusca queda das exportações.

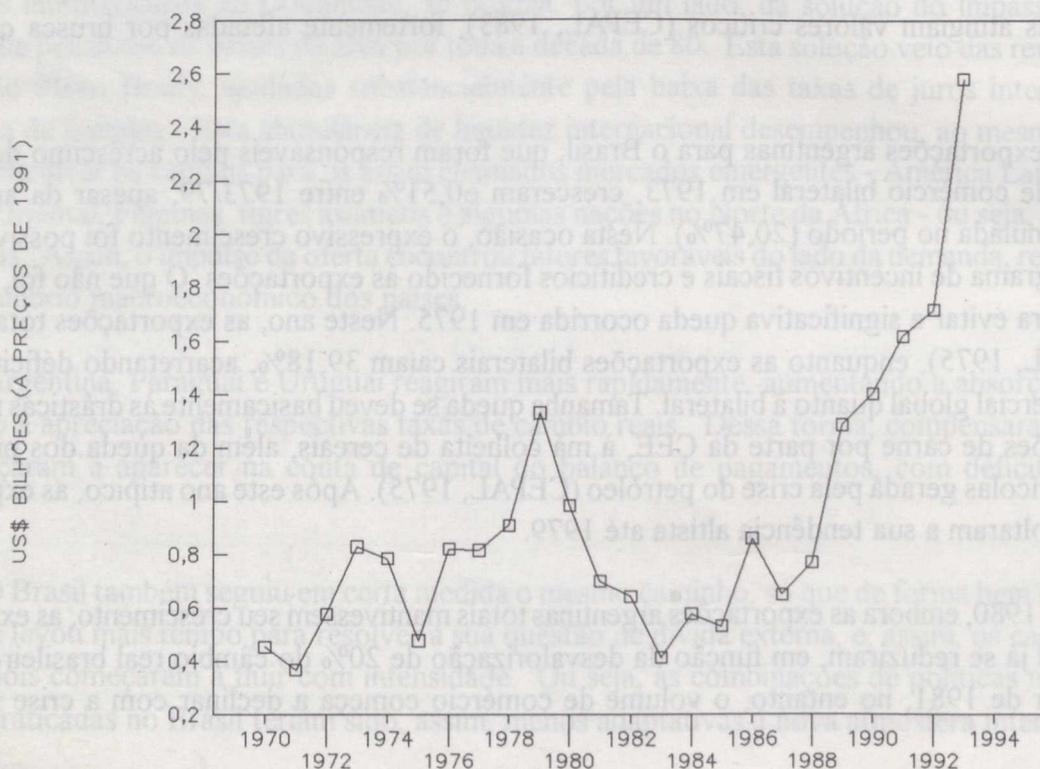
As exportações argentinas para o Brasil, que foram responsáveis pelo acréscimo de 30,22% do volume de comércio bilateral em 1973, cresceram 60,51% entre 1973/79, apesar da apreciação cambial acumulada no período (20,47%). Nesta ocasião, o expressivo crescimento foi possível graças ao forte programa de incentivos fiscais e creditícios fornecido às exportações. O que não foi, contudo, suficiente para evitar a significativa queda ocorrida em 1975. Neste ano, as exportações totais caíram 25% (CEPAL, 1975), enquanto as exportações bilaterais caíram 39,18%, acarretando déficits tanto à balança comercial global quanto à bilateral. Tamaña queda se deveu basicamente às drásticas restrições de importações de carne por parte da CEE, à má colheita de cereais, além da queda dos preços dos produtos agrícolas gerada pela crise do petróleo (CEPAL, 1975). Após este ano atípico, as exportações argentinas voltaram a sua tendência altista até 1979.

Em 1980, embora as exportações argentinas totais mantivessem seu crescimento, as exportações para o Brasil já se reduziram, em função da desvalorização de 20% do câmbio real brasileiro naquele ano. A partir de 1981, no entanto, o volume de comércio começa a declinar com a crise financeira

Índice do Volume de Comércio Brasil / Argentina 1970/1993



Importações Brasil / Argentina 1970/1993



gerada pelo fracasso do plano de estabilização do Min. Martínez de Hoz, agravada a seguir pelo **imbroglio** da dívida externa. Excetuando-se a recuperação de 1984, devida ao aumento das importações bilaterais argentinas⁹, o comércio atinge seu mínimo na década, em 1985, com US\$1.152 milhões, 34,24% inferior ao que apresentava em 1981. A média de comércio na primeira metade dos anos 80 fica ao redor dos níveis da década de 70, US\$ 1,4 bilhões.

Em 1986, no entanto, o comércio retoma uma tendência de crescimento estável em função do Plano Cruzado, responsável pelo primeiro déficit bilateral brasileiro desde 1980, e dos primeiros esforços de integração bilateral. O processo de integração emergente parece ter produzido efeitos bastante significativos, haja visto o crescimento real do comércio, no período 1986/93, da ordem de 20,68% ao ano. Mesmo quando fazemos um corte em 1991 para tentar isolar o efeito da recuperação econômica argentina, que ocorreu simultaneamente a uma importante apreciação do câmbio (28,67%, de 1991 a 1993) durante o Plano Cavallo, obtemos um crescimento do comércio bilateral da ordem de 13,33% a.a. para o período 1986/91, superior à média do período 1970/93, e de 41,22% para o período 1991/93, quando, evidentemente, se superpuseram os impactos do Plano Cavallo e o aprofundamento da integração no contexto do Mercosul.

Além do expressivo crescimento do volume de comércio, temos a Argentina, a partir de 1991, recuperando sua posição como cliente das exportações brasileiras, ao recompor a importância relativa de suas importações no total das exportações brasileiras, aos níveis do início da década de 70 (Heymann e Navajas, 1992). Este nível, que vinha decaindo lentamente desde 1973, só se recuperou durante o período 1979/81 como consequência do Plano Martínez de Hoz.

No período agudo da crise da dívida externa entre 1980/85, o comércio bilateral se reduziu em 52,14%, acompanhando a tendência de contração do comércio exterior total. A participação das exportações brasileiras nas importações totais argentinas, entretanto, cresceu, em 1982, 35,79% (indo de 9,5% para 12,9%), e desde então tem oscilado com uma tendência crescente, até atingir 21,3% em 1993. Este novo patamar surge quando a participação das exportações de produtos industrializados no total das exportações brasileiras para o mercado argentino se modificou de 65,29%, na média dos anos 1974/79, para 81,06% nos anos 1980/85 (conforme dados da CACEX). O crescimento das exportações brasileiras de produtos industrializados para os países da ALADI decorre basicamente da expansão das vendas de produtos químicos, bens de capital e material de transporte (Araújo e Machado, 1992), prejudicadas, na Europa, pela desvalorização das principais moedas européias.

Ainda quanto ao comportamento do comércio bilateral, Heymann e Navajas (1992) puderam, a partir de uma análise de co-integração para o período 1970/91, aferir quanto à significância estatística das oscilações destes fluxos no comércio exterior total dos países. Na análise, os autores constataram que as importações bilaterais têm guardado uma proporcionalidade com as importações totais, desde que se tomando a precaução de ajustar duas variáveis **dummies**, uma para a reforma comercial argentina de 1979 e outra para a crise da dívida externa, que resultaram em mudanças de patamar para as importações argentinas. Esta análise, entretanto, parece precisar ser revista pela modificação introduzida em 1993. Neste ano, a participação das exportações argentinas para o mercado brasileiro nas suas exportações totais passou de 13,7% para 21,3%, em parte devido à recuperação do crescimento no

⁹ A participação das importações argentinas de origem brasileira, no total das importações argentinas, cresceu de 14,8% em 1983 para 18,1% em 1984.

Brasil, mas principalmente devido aos diversos acordos bilaterais (como, por exemplo, na área de petróleo), objetivando reduzir o déficit argentino, que atingiu US\$ 1,4 bilhão em 1992.

Fica claro, portanto, que, em regra, as importações bilaterais têm acompanhado a conjuntura macroeconômica do país demandante. O saldo do comércio bilateral poderia, portanto, ser decomposto em função de um fator estrutural e dos saldos globais dos balanços comerciais dos países (Heymann e Navajas, 1993), o que facilitaria a análise de suas variações. Seria possível, portanto, a partir de uma análise da conjuntura macroeconômica e do comércio exterior total, separar quatro períodos bem distintos no comércio bilateral.

O primeiro período, de 1972/79, apresenta superávits argentinos baseados no amplo programa de incentivos às exportações. Estes superávits, entretanto, se invertem no período de 1980/88 pela mudança brusca do regime comercial argentino¹⁰, assim como pela queda do índice de preços das exportações argentinas (Heymann e Navajas, 1992), as quais diferentemente das exportações brasileiras eram basicamente compostas por produtos primários. Contribuiu também a mudança na política cambial brasileira, que, após a década de 70, quando o câmbio real se mostrava estável, passou a adotar desvalorizações reais (Heymann e Navajas, 1992, p.482) para equilibrar o balanço de pagamentos em seguida à crise de financiamento externo do início da década.

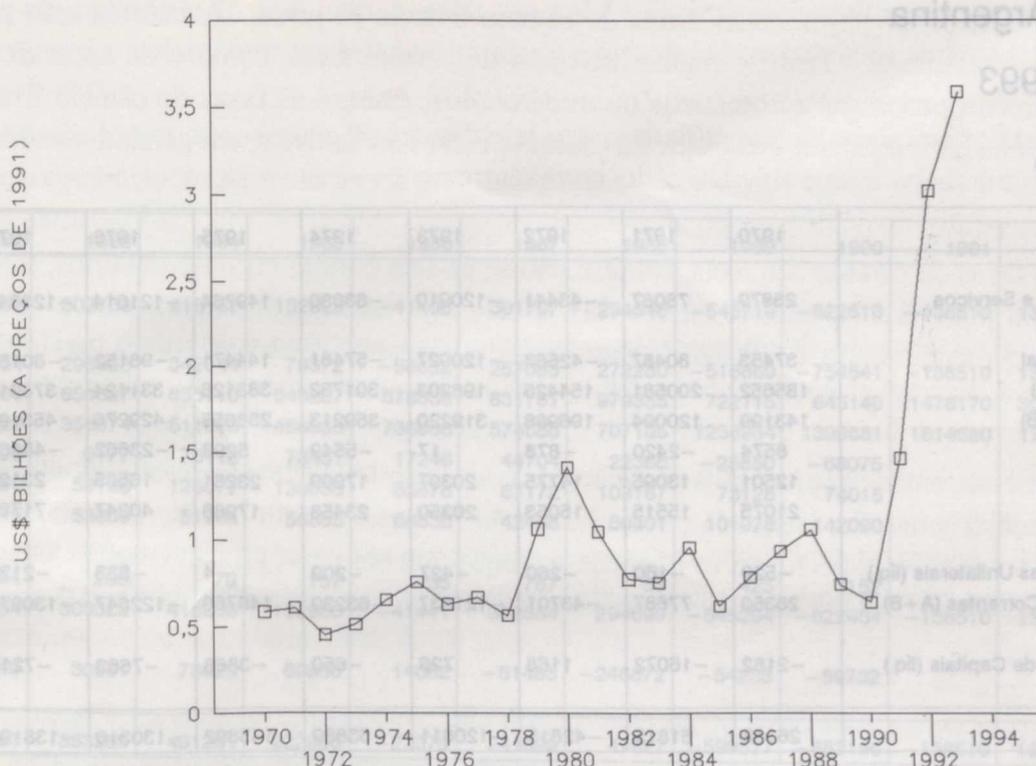
Esta tendência só veio a se modificar a partir de 1989, quando o câmbio real brasileiro iniciou uma trajetória gradual, porém clara, de apreciação, enquanto o câmbio real argentino passou por uma forte desvalorização em decorrência da hiperinflação do período. Até 1991, portanto, os superávits comerciais bilaterais foram favoráveis à Argentina acompanhando os significativos saldos do balanço comercial global. Heymann e Navajas (1993) apontam também a contração da demanda interna, que, neste período, se refletiu na redução de 6,1% do PIB real, conjugada a uma certa recuperação do índice de preços das exportações argentinas, que, após atingir o seu valor mais baixo em 1987, chegou a ter uma alta de 50% desde então.

Este quadro vem a se modificar com o Plano Cavallo, em março de 1991, quando o câmbio argentino fica fixo, acarretando uma apreciação do câmbio real - 35,6% no acumulado de Mar/91 a Dez/93 - apesar do baixo patamar inflacionário. De se notar também que, em decorrência daquele Plano, o PIB argentino se recuperou significativamente (26% de crescimento real entre 1991 e 1993), o que acentuou o efeito do atraso cambial sobre os déficits comerciais globais, que atingiram US\$ 2,6 bilhões e US\$ 3,7 bilhões, em 1992 e 1993, respectivamente. Tudo isto enquanto a economia brasileira enfrentava um período contracionista de 1990 a 1992.

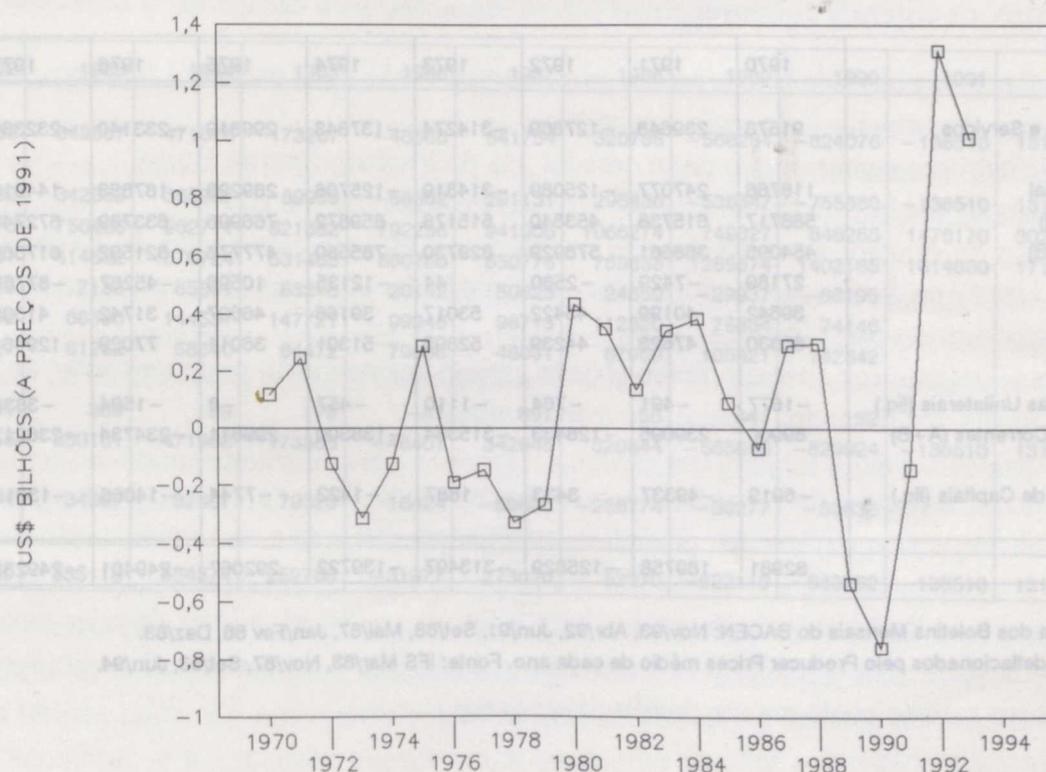
O movimento líquido de capitais entre os dois países não é significativo. Se tomarmos os exercícios de 1985 a 1990, veremos que o movimento líquido de capitais é pequeno em relação ao resultado líquido da conta corrente e muitas vezes tem o mesmo sinal, de modo que a liquidação dos saldos bilaterais continua feita por meio de transferências de reservas entre os países.

¹⁰ Em dezembro de 1979 foi lançado um programa de desgravação que objetivava a redução das tarifas aduaneiras, assim como das restrições não tarifárias. A tarifa média, que em 1979 era de 29%, deveria em 1984 ser de 15%, seguindo reduções trimestrais. Já em janeiro de 1980, o câmbio argentino passa a ser sistematicamente desvalorizado abaixo da taxa de inflação.

Exportações Brasil / Argentina 1970/1993



Saldo de Comércio Brasil / Argentina 1970/1993



Balanço de Pagamentos Bilaterais

Brasil/Argentina

1970/1993

Preços Correntes

	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
A - Mercadorias e Serviços	28879	78067	-43441	-120910	-63030	149764	-121814	-128846	-247059	-271522
Balança Comercial	37453	80487	-42563	-120927	-57481	144471	-98152	-80185	-195496	-177670
Exportação (FOB)	185652	200581	154425	198203	301732	383126	331124	373010	348913	718424
Importações (FOB)	143199	120094	196988	319220	359213	238655	429276	453195	544409	896094
Serviços (líq.)	8574	-2420	-878	17	-5549	5293	-23662	-48661	-51563	-93852
Receita	12501	13095	14775	20397	17909	23281	16585	23120	40617	55061
Despesa	21075	15515	15053	20350	23458	17988	40247	71781	92180	148913
B - Transferências Unilaterais (líq.)	-529	-160	-260	-427	-209	-4	-833	-2127	-2614	-1073
C - Transações Correntes (A+B)	28350	77887	-43701	-121337	-63239	149760	-122647	-130973	-249673	-272595
D - Movimentos de Capitais (líq.)	-2182	-16072	1168	726	-650	-3868	-7663	-7217	1919	-329
E - Total (C+D)	26168	61815	-42815	-120611	-63889	145892	-130310	-138190	-247754	-272924

Preços de 1991 (*)

	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
A - Mercadorias e Serviços	91578	239648	-127669	-314274	-137843	299819	-233140	-232380	-413198	-403542
Balança Comercial	118766	247077	-125089	-314319	-125708	289223	-187853	-144618	-326960	-264057
Exportação (FOB)	588717	615738	453840	515178	659872	766996	633739	672743	583545	1067738
Importações (FOB)	454095	368661	578929	829730	785580	477773	821592	817360	910506	1331795
Serviços (líq.)	27189	-7429	-2580	44	-12135	10596	-45287	-87763	-86237	-139485
Receita	39642	40199	43422	53017	39166	46607	31742	41698	67931	81833
Despesa	66830	47628	44239	52895	51301	36011	77029	129461	154168	221318
B - Transferências Unilaterais (líq.)	-1677	-491	-764	-1110	-457	-8	-1594	-3836	-4372	-1595
C - Transações Correntes (A+B)	89900	239095	-128433	-315384	-138300	299811	-234734	-236217	-417570	-405137
D - Movimentos de Capitais (líq.)	-6919	-49337	3433	1887	-1422	-7744	-14666	-13016	3209	-489
E - Total (C+D)	82981	189758	-125829	-313497	-139722	292067	-249401	-249233	-414360	-405626

FONTE: Separata dos Boletins Mensais do BACEN: Nov/93, Abr/92, Jun/91, Set/88, Mai/87, Jan/Fev 86, Dez/83.

(*) Valores deflacionados pelo Producer Prices médio de cada ano. Fonte: IFS Mar/83, Nov/87, Set/93, Jun/94.

US\$ mil

1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
264256	303672	48508	302730	418157	152823	-41406	301797	294646	-545719	-822616	-138510	1318563	1028759
334921	293646	116134	296553	342044	79372	-58652	257093	272280	-516869	-754541	-138510	1318563	1028759
1091521	880226	666363	654627	853110	548237	678336	831781	979385	722115	645140	1476170	3039984	3661477
756600	586580	550229	358874	511066	468865	736988	574688	707105	1238984	1399681	1614680	1721421	2632718
-70665	10026	-67626	6177	76113	73451	17246	44704	22366	-28850	-68075			
94137	107145	43590	59186	128077	130336	85576	87172	103167	73128	74015			
164802	97119	111216	53009	51964	56885	68330	42468	80801	101978	142090			
3330	4507	-1454	293	79	157	-35	787	53	425	152			
267586	308179	47054	303028	418236	152980	-41441	302584	294699	-545294	-822464	-138510	1318563	1028759
-57019	33415	4849	30261	73025	69988	14062	-61485	-246872	-54233	-59732			
210567	341594	51903	333289	491261	222968	-27379	241099	47827	-599527	-882196	-138510	1318563	1028759

US\$ mil

1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
344417	362945	56756	349807	471878	173207	-48360	341754	320786	-566284	-824076	-138510	1310438	1007428
436518	350963	135882	342669	385987	89959	-68502	291131	296436	-536347	-755880	-138510	1310438	1007428
422631	1052037	779673	756426	962711	621362	792258	941906	1066274	749327	646285	1476170	3021252	3585559
386113	701074	643791	414682	576724	531403	860760	650775	769838	1285674	1402165	1614680	1710814	2578130
92101	11983	-79125	7138	85891	83248	20142	50623	24350	-29937	-68196		0	
122693	128059	51002	68390	144531	147721	99948	98713	112320	75884	74146		0	
214794	116076	130127	61252	58640	64472	79806	48091	87969	105821	142342		0	
4340	5387	-1701	339	89	178	-41	891	58	441	152		0	
48758	368332	55055	350151	471968	173385	-48401	342645	320844	-565843	-823924	-138510	1310438	1007428
74316	39937	5674	34967	82407	79323	16424	-69625	-268774	-56277	-59838		0	
274442	408269	60729	385118	554374	252708	-31977	273020	52070	-622119	-883762	-138510	1310438	1007428

Análise da Coordenação de Políticas Econômicas no Mercosul

Entende-se, portanto, por coordenação macroeconômica, a coordenação das variáveis de regulação do balanço de pagamentos: taxas de câmbio e taxas de juros. A coordenação pode ser automática ou monitorada. Tanto o regime de taxas de câmbio fixas, como o de taxas de câmbio flutuantes, admitem processos automáticos ou monitorados, embora as taxas de câmbio fixas sejam associadas com maior frequência aos esquemas automáticos, e as flexíveis, em geral, às coordenações monitoradas.

Se as taxas de câmbio são fixas, em tese não se podem configurar desequilíbrios, salvo se os bancos centrais praticarem políticas monetárias ativas, seja enxugando superávits de balanço de pagamentos, seja expandindo o crédito interno líquido e neutralizando as contrações monetárias acarretadas pelos déficits.

Nesse caso, então, os processos explícitos de coordenação são importantes para se verificar se as condições subjacentes são adequadas, ou seja, se não há expansão do crédito interno líquido que venha a provocar ataques especulativos à moeda enfraquecida em seus "fundamentals". E, por outro lado, assegurar que não se verificam drenagens de superávits que acabem forçando o ajuste pela parte deficitária.

Por exemplo, na União Européia, onde se pretende criar uma zona de estabilidade monetária, a opção foi pelo regime de taxas fixas. Daí o conjunto de exigências rigorosas em termos de finanças públicas, inclusive de dívida pública, para que se possa alcançar o chamado estágio 3 do Tratado de Maastricht, que significa a união monetária completa, com moeda e banco central únicos.

No caso, os critérios de convergência são os seguintes, para cada país:

- (a) inflação: a taxa de inflação (preços ao consumidor) não pode exceder 1,5 pontos percentuais dos três melhores desempenhos dos países-membros;
- (b) déficit orçamentário: não pode exceder 3% do Produto Interno Bruto;
- (c) a dívida pública não pode exceder 60% do Produto Interno Bruto;
- (d) taxa de câmbio: a moeda do país membro tem que ter participado do **Exchange Rate Mechanism** durante os dois anos anteriores, não podendo haver ultrapassado as margens de flutuação exigidas, nem ter sofrido desvalorização;
- (e) as taxas de juros de longo prazo (bônus governamentais) não podem exceder de 2 pontos percentuais a média dos juros dos 3 países de menor inflação.

No fundo, o regime de taxas fixas é uma aproximação forte da moeda única e por isso ele requer, para funcionar adequadamente, disciplina nas finanças públicas e na administração monetária.

Mas no caso do Mercosul não existe, para o futuro previsível, a idéia de criar uma zona de estabilidade monetária. Na verdade, o que existe potencialmente é uma união aduaneira incompleta, convergindo para a união plena em um período de seis anos.

Assim, a preocupação maior fica por conta dos ciclos de expansão e contração da renda nacional e dos **overshootings** de apreciação e depreciação da taxa de câmbio real.

Considerando que os países menores praticamente não afetam o conjunto, temos hoje no Mercosul um situação dual. De um lado, a Argentina, com um regime de taxas de câmbio fixas, e, de outro, o Brasil, com taxas de câmbio flexíveis (após 1º/7/94, o Banco Central do Brasil fixou um máximo para a paridade do real com o dólar - 1 por 1 -, mas permitiu que a taxa flutuasse para baixo - menos reais por dólar - sem estabelecer um piso inequívoco dessa banda de variação).

Dessa forma, a coordenação consistiria, por uma parte, em garantir que o Brasil não estaria praticando combinações de taxas de câmbio e de juros incompatíveis com o equilíbrio do seu balanço de pagamentos global.

Antes da entrada do Plano Real, em 1º/7/94, aquela combinação era incompatível com o equilíbrio global do balanço de pagamentos. Presa a uma armadilha de taxas de juros altas, a política econômica brasileira ficou no dilema de permitir uma aceleração perigosa da inflação ou apreciar a taxa de câmbio a níveis que poderiam comprometer, não só o parque produtivo de exportação, como a totalidade da produção de **tradables**.

As baixas taxas de juros nas economias centrais e o novo clima favorável à América Latina, aliados à globalização dos mercados financeiros internacionais, têm determinado grandes influxos de capital no Continente nos últimos três anos.

Assim, e na medida em que o governo brasileiro não podia baixar os juros domésticos, sob pena de reduzir o custo de oportunidade do consumo, acelerando a inflação, vultosos ingressos de capital colocavam uma carga adicional insuportável sobre as finanças públicas, na medida em que se desejava evitar a apreciação do câmbio. O resultado era a expansão da moeda indexada - títulos públicos de curto e curtíssimo prazo, na prática indexados à inflação -, a qual, moeda indexada, como se sabe, neutraliza grande parte do impacto antiinflacionário dos juros altos.

As entradas de capital, conjugadas à tentativa de sustentar uma taxa de câmbio real relativamente constante, resultaram em saldos de balanço de pagamentos, com uma acumulação extraordinária de reservas internacionais - de outubro de 1991 a junho de 1994, elas cresceram de US\$ 8 bilhões para US\$ 40 bilhões.

A Argentina, de outra parte, após a implantação do seu plano de conversibilidade em março de 1991, assistiu a uma persistente inflação dos **non-tradables**, que determinou significativa apreciação de sua taxa de câmbio real, contudo mantendo-se o balanço de pagamentos global equilibrado.

Essas políticas econômicas dicotômicas resultaram nos grandes superávits comerciais bilaterais de 1992 e 1993 a favor do Brasil.

Agora, com o Plano Real, pode-se modificar radicalmente o panorama da política econômica brasileira. Saindo da armadilha de juros altos, na medida em que este Plano esteja devidamente alicerçado no equilíbrio das finanças públicas, e admitindo alguma apreciação natural da moeda - já de cerca de 15%, em termos nominais, nos quatro meses iniciais do Plano -, o balanço de pagamentos brasileiro pode se equilibrar, e a expansão econômica subsequente ampliar o mercado para as exportações argentinas.

Na medida em que este seja o quadro, o trabalho de coordenação consistirá em assegurar-se que o regime de câmbio fixo argentino está funcionando de forma apropriada, isto é, sem expansão do crédito interno líquido, e que o **mix** de taxas de juros e de câmbio no Brasil seja indutor do equilíbrio do balanço de pagamentos global.

Há, volta e meia, a tendência de se procurar a constância da taxa de câmbio real como mecanismo automático de coordenação internacional das políticas econômicas no Mercosul. Ou seja, nesse tipo de proposta o objetivo seria sustentar a paridade do poder de compra entre as moedas regionais como forma de se garantir o equilíbrio (Moura, 1994). Não me parece, contudo, que esse caminho seja promissor.

Em primeiro lugar, não há razão alguma para que o comércio regional seja equilibrado. Os países podem ter déficits ou superávits comerciais entre si. Do ponto de vista do equilíbrio macroeconômico, o que interessa é a situação global do balanço de pagamentos de cada um. E Argentina e Brasil - os países que contam em termos de coordenação - têm no Mercosul, respectivamente, 25,7% e 13,4% tão somente, do seu comércio exterior total, ao tempo em que os movimentos de capitais entre eles não são relevantes.

Em segundo lugar, além do problema de escolha do período base de referência para a taxa de câmbio de paridade, os fatores que informam a evolução da taxa de câmbio real de um país não coincidem necessariamente com os do outro.

Em terceiro lugar, as tentativas de coordenação internacional de políticas econômicas com base em sistemas automáticos (padrão-ouro) ou semi-automáticos (padrão câmbio-ouro de Bretton Woods) fracassaram. Nesse sentido, a sistemática do G-7, que consagra o monitoramento **ad hoc** das políticas, sem padrões ou regras pré-estabelecidas, parece vir sendo melhor sucedida. Passa-se em revista os fluxos globais, verificando-se se ocorrem desequilíbrios. Inspeccionam-se os **fundamentals** de cada economia, olhando-se as taxas de câmbio e de juros para ver se elas são consistentes com o equilíbrio externo e interno das economias.

Como se viu, no caso do Mercosul, o comércio regional tende a acompanhar o sentido e a intensidade dos fluxos globais de comércio dos países. Assim, e considerando que dificilmente algum desses países alteraria os cursos de suas políticas econômicas em função do Mercosul, tentativas de estabelecer regras de conduta nesse campo tendem a não prosperar.

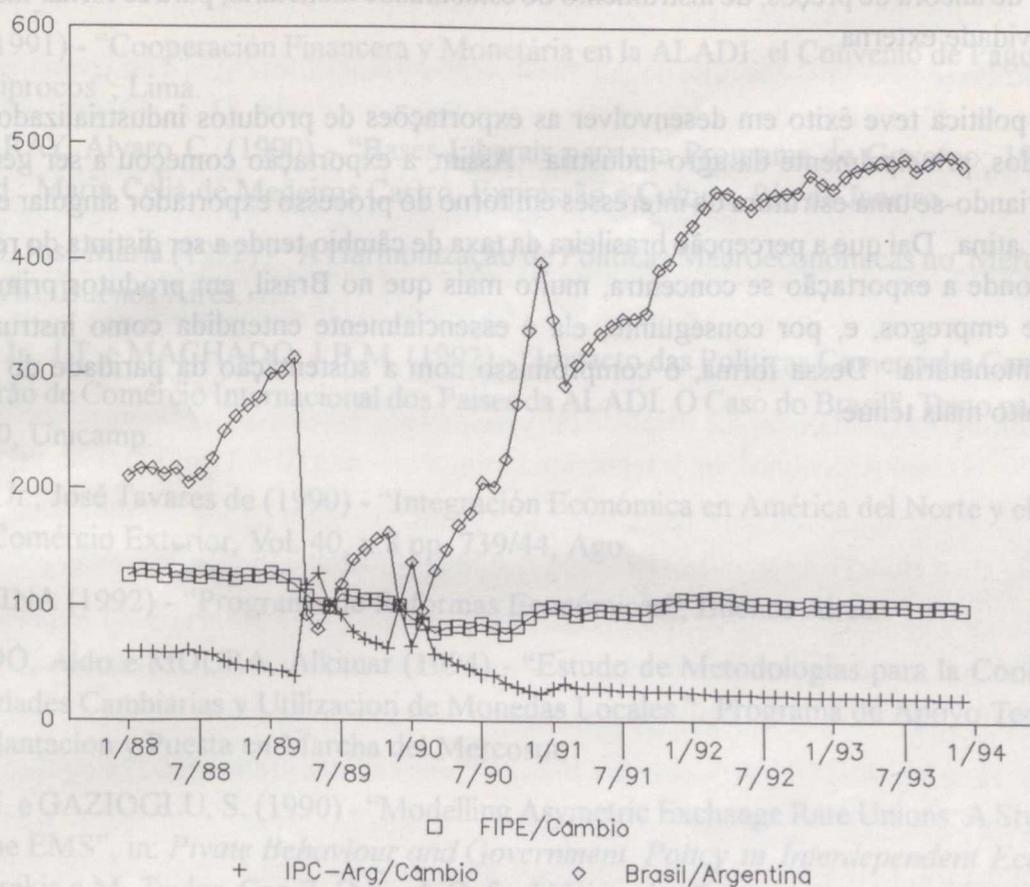
Não creio, por exemplo, que a Comunidade Européia seja um exemplo adequado para o Mercosul em termos de coordenação de políticas econômicas. Lá, o grau de interrelacionamento econômico e financeiro entre os países é mais elevado, e também existe um objetivo de unificação monetária com banco central único, de que não se cogita no Mercosul.

Finalmente, a idéia de sustentar a paridade do poder de compra das moedas pressupõe regimes de taxas de câmbio flexíveis, tanto no Brasil como na Argentina, o que nem sempre foi verdade e agora o é menos ainda.

Esta preocupação com taxas de câmbio reais parece tipicamente brasileira. A partir de 1964, o Brasil começou a desenvolver uma política sistemática de apoio às exportações que teve como um

Taxas de Câmbio Real — Brasil / Argentina

Período: 1988/1993



Grau de Abertura — MERCOSUL

Comércio Internacional / PIB

Em %

Período	Brasil	Argentina	Paraguai	Uruguai	MERCOSUL
1988	14,34	10,85	31,14	29,76	13,89
1989	14,48	10,62	32,54	30,59	14,04
1990	14,36	12,16	41,59	31,53	14,49
1991	13,86	12,91	36,07	31,37	14,23
1992	14,70	15,12	32,00	32,94	15,42

Fonte: BACEN/DEORI - MERCOSUL: Informações Seleccionadas
Brasília, Set/Dez 1993

Na medida em que este seja o quadro, o trabalho de coordenação consistirá em assegurar-se que o regime de câmbio fixo argentino está funcionando de forma apropriada, isto é, sem expansão do crédito interno líquido, e que o **mix** de taxas de juros e de câmbio no Brasil seja indutor do equilíbrio do balanço de pagamentos global.

Há, volta e meia, a tendência de se procurar a constância da taxa de câmbio real como mecanismo automático de coordenação internacional das políticas econômicas no Mercosul. Ou seja, nesse tipo de proposta o objetivo seria sustentar a paridade do poder de compra entre as moedas regionais como forma de se garantir o equilíbrio (Moura, 1994). Não me parece, contudo, que esse caminho seja promissor.

Em primeiro lugar, não há razão alguma para que o comércio regional seja equilibrado. Os países podem ter déficits ou superávits comerciais entre si. Do ponto de vista do equilíbrio macroeconômico, o que interessa é a situação global do balanço de pagamentos de cada um. E Argentina e Brasil - os países que contam em termos de coordenação - têm no Mercosul, respectivamente, 25,7% e 13,4% tão somente, do seu comércio exterior total, ao tempo em que os movimentos de capitais entre eles não são relevantes.

Em segundo lugar, além do problema de escolha do período base de referência para a taxa de câmbio de paridade, os fatores que informam a evolução da taxa de câmbio real de um país não coincidem necessariamente com os do outro.

Em terceiro lugar, as tentativas de coordenação internacional de políticas econômicas com base em sistemas automáticos (padrão-ouro) ou semi-automáticos (padrão câmbio-ouro de Bretton Woods) fracassaram. Nesse sentido, a sistemática do G-7, que consagra o monitoramento **ad hoc** das políticas, sem padrões ou regras pré-estabelecidas, parece vir sendo melhor sucedida. Passa-se em revista os fluxos globais, verificando-se se ocorrem desequilíbrios. Inspecionam-se os **fundamentals** de cada economia, olhando-se as taxas de câmbio e de juros para ver se elas são consistentes com o equilíbrio externo e interno das economias.

Como se viu, no caso do Mercosul, o comércio regional tende a acompanhar o sentido e a intensidade dos fluxos globais de comércio dos países. Assim, e considerando que dificilmente algum desses países alteraria os cursos de suas políticas econômicas em função do Mercosul, tentativas de estabelecer regras de conduta nesse campo tendem a não prosperar.

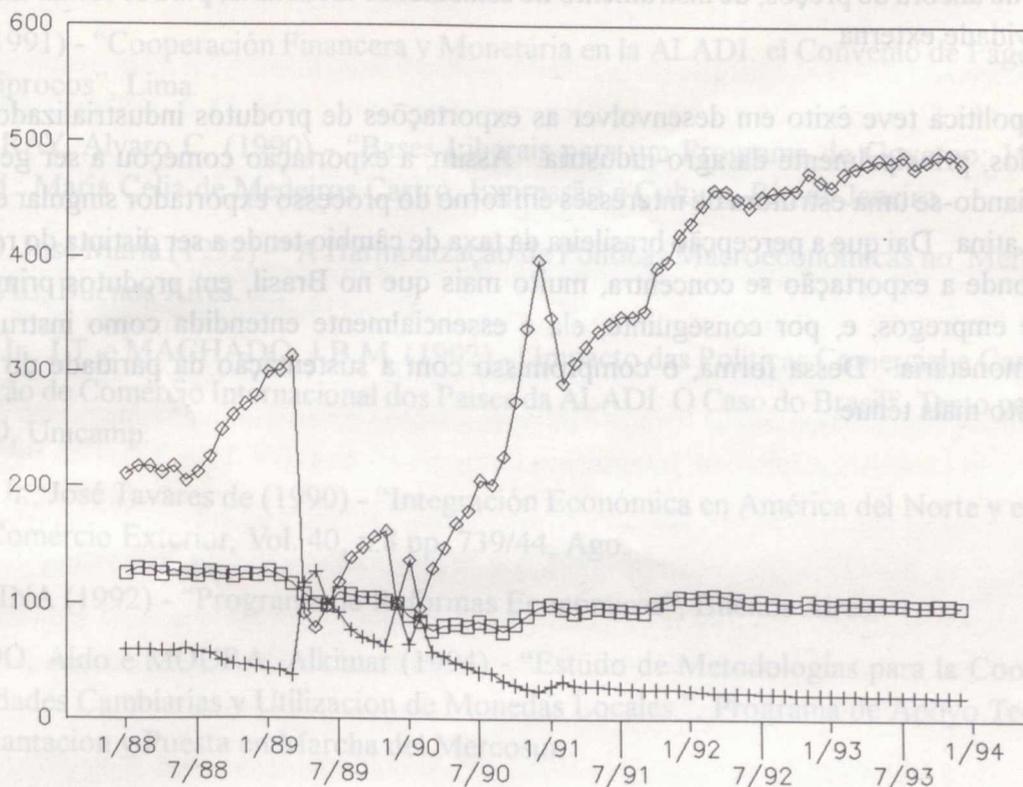
Não creio, por exemplo, que a Comunidade Européia seja um exemplo adequado para o Mercosul em termos de coordenação de políticas econômicas. Lá, o grau de interrelacionamento econômico e financeiro entre os países é mais elevado, e também existe um objetivo de unificação monetária com banco central único, de que não se cogita no Mercosul.

Finalmente, a idéia de sustentar a paridade do poder de compra das moedas pressupõe regimes de taxas de câmbio flexíveis, tanto no Brasil como na Argentina, o que nem sempre foi verdade e agora o é menos ainda.

Esta preocupação com taxas de câmbio reais parece tipicamente brasileira. A partir de 1964, o Brasil começou a desenvolver uma política sistemática de apoio às exportações que teve como um

Taxas de Câmbio Real — Brasil / Argentina

Período: 1988/1993



□ FIPE/Câmbio

+ IPC-Arg/Câmbio

◇ Brasil/Argentina

Grau de Abertura — MERCOSUL

Comércio Internacional / PIB

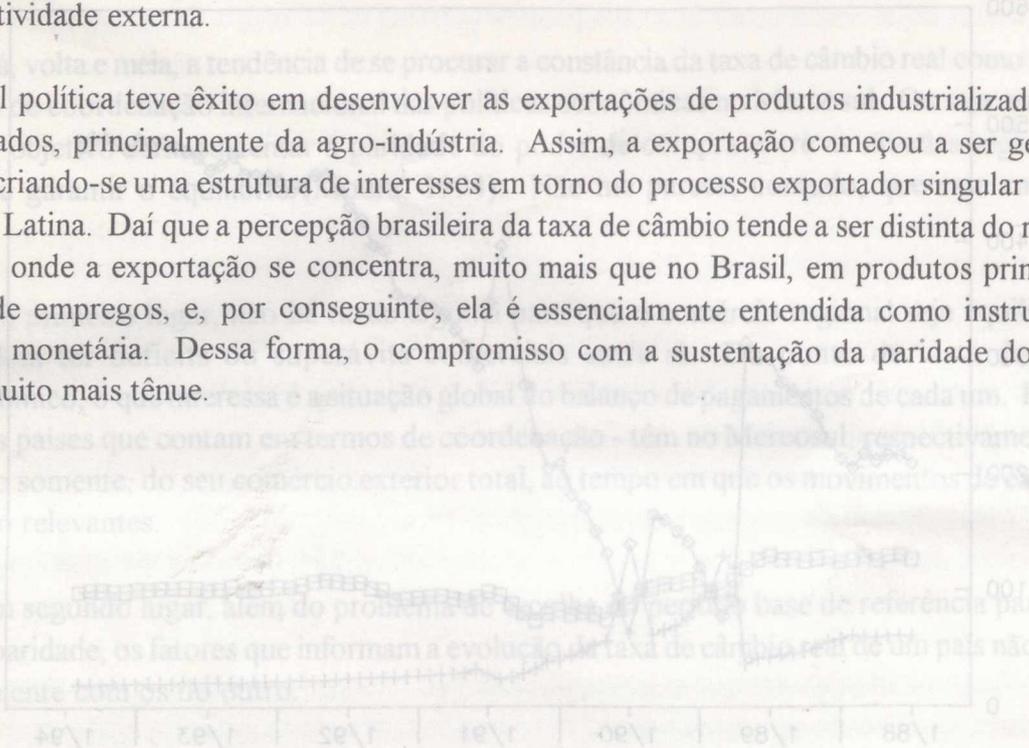
Em %

Período	Brasil	Argentina	Paraguai	Uruguai	MERCOSUL
1988	14,34	10,85	31,14	29,76	13,89
1989	14,48	10,62	32,54	30,59	14,04
1990	14,36	12,16	41,59	31,53	14,49
1991	13,86	12,91	36,07	31,37	14,23
1992	14,70	15,12	32,00	32,94	15,42

Fonte: BACEN/DEORI - MERCOSUL: Informações Seleccionadas
Brasília, Set/Dez 1993

dos seus principais pilares a sustentação de uma taxa de câmbio real que resguardasse a competitividade dos produtos brasileiros. Como a economia brasileira tem sido cronicamente inflacionária desde a IIª Guerra Mundial, e, além disso, se trata de uma economia fechada, a taxa de câmbio perdeu de há muito o seu caráter de âncora de preços, de instrumento de estabilidade monetária, para se tornar instrumento de competitividade externa.

Tal política teve êxito em desenvolver as exportações de produtos industrializados e semi-industrializados, principalmente da agro-indústria. Assim, a exportação começou a ser geradora de empregos, criando-se uma estrutura de interesses em torno do processo exportador singular em termos de América Latina. Daí que a percepção brasileira da taxa de câmbio tende a ser distinta do restante do Continente, onde a exportação se concentra, muito mais que no Brasil, em produtos primários não geradores de empregos, e, por conseguinte, ela é essencialmente entendida como instrumento de estabilidade monetária. Dessa forma, o compromisso com a sustentação da paridade do poder de compra é muito mais tênue.



Comércio Internacional / PIB

Em terceiro lugar, as tentativas de coordenação internacional de políticas econômicas com base em sistemas automáticos (padrão ouro-Bretton Woods) fracassaram. Nesse sentido, o monitoramento ad hoc das políticas, sem padrões ou regras pre-estabelecidas, parece vir sendo melhor sucedida. Passa-se em revista os fluxos globais, verificando-se se ocorrem desequilíbrios. Inspeccionam-se os fundamentos de cada economia, olhando se os objetivos são consistentes com o equilíbrio externo e interno e outras condições.

Período	Brasil	Argentina	Paraguai	Uruguai	MERCOSUL
1988	14,34	10,82	31,14	20,76	13,39
1989	14,38	10,82	32,34	20,79	13,04
1990	14,36	12,16	41,29	31,23	14,19
1991	13,82	12,91	36,07	31,35	14,23
1992	14,70	12,12	32,00	32,94	12,42

Fonte: BACEN/BOBRI - MERCOSUL - Informações Setoriais
Brasília, Setembro 1993

Esta preocupação com taxas de câmbio reais parece tipicamente brasileira. A partir de 1964, o Brasil começou a desenvolver uma política sistemática de apoio às exportações que teve como um

BIBLIOGRAFIA

- ALABY, Michel A. (1992) - "O Plano Argentino", in: Revista de Negócios do Mercosul, vol.1, n.10, pp.27/8, Dez.
- ALADI (1991) - "Cooperación Financera y Monetária en la ALADI: el Convenio de Pagos y Créditos Recíprocos", Lima.
- ALSOGARAY, Alvaro C. (1990) - "Bases Liberais para um Programa de Governo: 1989 - 1995", Trad.: Maria Célia de Medeiros Castro, Expressão e Cultura, Rio de Janeiro.
- ARAGÃO, José Maria (1992) - "A Harmonização de Políticas Macroeconômicas no Mercosul", BID-INTAL, Buenos Aires.
- ARAÚJO Jr., J.T. e MACHADO, J.B.M. (1992) - "Impacto das Políticas Comercial e Cambial sobre o Padrão de Comércio Internacional dos Países da ALADI: O Caso do Brasil", Texto para Discussão n. 10, Unicamp.
- ARAÚJO Jr., José Tavares de (1990) - "Integración Económica en América del Norte y el Cono Sur", in: Comércio Exterior, Vol. 40, n.8 pp. 739/44, Ago.
- ARGENTINA (1992) - "Programa de Reformas Económicas", Buenos Aires.
- ARNAUDO, Aldo e MOURA, Alkimar (1994) - "Estudio de Metodologias para la Coordinacion de Paridades Cambiarias y Utilizacion de Monedas Locales.", Programa de Apoyo Tecnico para la Implantacion y Puesta en Marcha del Mercosur.
- ARTIS, M. e GAZIOGLU, S. (1990) - "Modelling Asymmetric Exchange Rate Unions: A Stylized Model of the EMS", in: *Private Behaviour and Government Policy in Interdependent Economies*, A. Courakis e M. Taylor, Cap.7, Oxford, Oxford University Press.
- AXELROD, R. (1986) - "Evolución de la Cooperación: el Dilema del Prisionero y la Teoria de los Juegos", Madri, Alianza Editorial.
- BALDINELLI, Elvio (1969) - "Arancel Externo, Tipos de Cambio y Estabilidad Monetaria", in: "Hacia una Tarifa Externa Común en América Latina", INTAL, Buenos Aires, pp. 149-184.
- BALDINELLI, Elvio (1991) - "Armonización de Políticas Crediticias, Fiscales y de Promoción de Exportaciones", in: *Integration Latinoamericana*, n. 167, pp.3/17, Maio.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (1992) - "Mercosul - Informações Seleccionadas", abril.
- BARRO, R. e GORDON, D.(1983) - "A Positive Theory of Monetary Policy in a Natural Rate Model", *Journal of Political Economy*, vol, 91, n. 4, Ago.
- BARTH, Richard C. and WONG, Chorng-Huey (eds.) (1994) - *Approaches to Exchange Rate Policy - Choices for Developing and Transition Economies* (Papers presented at the seminar on exchange rate policies in developing and transition economies, December 3-11, 1992). IMF Institute, International Monetary Fund, Washington, D.C.
- BASSO, Leonardo (1991)- "Dolarização Argentina", in: São Paulo em Perspectiva, vol.5, n.3, pp. 52/4, Jul/Set.

- BEKERMAN, Marta (1990) - "La Coordinación de las Políticas Económicas y la Integración de América Latina", in: Comercio Exterior, Vol.40, n.8, pp. 734/38, Ago.
- BERGSTRAND, Jeffrey H.(1988) - "Exchange Rate Variation and Money Policy", in: New England Economic Review, mai/jun.
- BOUZAS, Roberto (1993) - "Mas allá de la Estabilización y la Reforma? Un Ensayo sobre Economía Argentina a Comienzos de los 90", in: Desarrollo Económico, vol. 33, n.129, pp.3-28, Abr/Jun.
- BRANSON, William H. (1989) - *Macroeconomic Theory and Policy*, New York, Harper and Row, 3rd ed.
- BRODERSOHN, Mario (1990) - "Crise Estrutural do Setor Público, o Déficit Potencial Fiscal e o Déficit Reprimido: o Caso da Argentina", in: Revista de Economia Política, vol. 44, n. 3, pp. 417-435, Set.
- BRUNO, Carlos (1991) - "Economía, Estado e Integración en el Escenario Latinoamericano del Decenio de 1990: el Caso Argentino", in: Integración Latinoamericana, vol. 17 n. 171/172, pp.39/44, Set/Out.
- BRYANT, R. C. e PORTES, R. - comps. (1987) - "Global Macroeconomics: Policy Conflict and Cooperation", Nova York, St. Martin's Press.
- BRYANT, Ralph C. e outros - comps. (1989) - "Macroeconomic Policies in an Interdependent World", Wasington, FMI/Brookings Institution.
- BUITER, W. H. e MARSTON, R. - comps. (1986) - "International Economic Policy Coordination", Cambridge, Cambridge University Press.
- CACEX - "Relatório CACEX - Séries Estatísticas", Diversos números.
- CAMARGO, Gustavo (1991)- "A Louca Cavalgada do Ministro Cavallo", in: Exame, vol. 23, n. 16, pp. 102/105, Ago.
- CANITROT, Adolfo e JUNCO, Silvia (1992) - "Apertura y Condiciones Macroeconomicas: el Caso Argentino", BID, Washington.
- CANZONERI, M. e GRAY, J.A. (1985) - "Monetary Policy Games and the Consequences of Non-cooperative Behaviour", in: International Economic Review, vol. 26.
- CANZONERI, M. e HENDERSON, D. (1989) - "Noncooperative Monetary Policies in Interdependent Economies, Cambridge, Massachsetts, MIT Press.
- CANZONERI, M. e MINFORD, P. (1986) - "When International Policy Coordination Matters: An Empirical Analisis", série CEPR Discussion Paper, n.119.
- CEPAL (1975) - "Estudio Economico de América Latina", Nações Unidas, Santiago do Chile.
- CEPAL (1983) - "Política Económica y Procesos de Desarrollo. La Experiencia Argentina entre 1976 y 1981", Nações Unidas, Santiago do Chile.
- CEPAL (1984) - "Estabilizacion y Liberalizacion Economica en el Cono Sur", Nações Unidas, Santiago do Chile.

- CEPAL (1992) - "Ensayos sobre Coordinación de Políticas Macroeconómicas", Naciones Unidas, Santiago del Chile.
- COHEN, D. (1989) - "Monetary and Fiscal Policy in an Open Economy with or without Policy Coordination", *European Economic Review*, vol. 32, n. 2/3.
- CONESA, E. (1981) - "Integración como Factor de Disciplina Monetaria", in: *Integración Latinoamericana*, n.55, Mar.
- CONESA, E. (1986), "El Problema del Tipo de Cambio en la Integración de Argentina y Brasil", in: *Revista Argentina de Política Económica y Social*, n. 9, Dez.
- COOPER, R.N. (1969) - "Macroeconomic Policy Adjustment in Interdependent Economies", *Quarterly Journal of Economics*, Feb. 1969, Vol. LXXXIII, n. 1.
- COOPER, R.N. (1985) - "Economic Interdependence and Coordination of Economic Policies", *Handbook of International Economics*, R.W. JONES e P.B. KENEN (comps.), vol. 2, Amsterdam, Elsevier.
- CORDEN, M. (1986) - "Fiscal Policies, Current Accounts, and Real Exchange Rates: in Search for a Logic for International Policy Coordination", *Weltwirtschaftliches*, vol. 122, n. 3.
- CORREA, Paulo Guilherme e MACHADO, João Bosco M. e VEIGA, Pedro de Motta (1992) - "A Agenda de las Leñas e a Integração no Mercosul", mimeo, junho.
- CURRIE, D.A. e WREN-LEWIS, S. (1989) - "Evaluating Blueprints for the Conduct of International Macro Policy", *American Economic Review*, vol. 79, n. 2, Mai.
- CURRIE, D.A. e WREN-LEWIS, S. (1989), "An Appraisal of Alternative Blueprints for International Policy Coordination", *European Economic Review*, vol. 33.
- DAMILL, Mario (1987) - "O Sistema Financeiro Argentino após o Austral", in: *Revista de Economía Política*, vol. 7, n. 3, pp.66/80, Jul/Set.
- DE TRANQUALYE, P. (1990) - "Monetary Policy Coordination under Fixed and Floating Exchange Rates", in *Economic Journal*, suplemento, vol. 100, n. 400.
- DEVEREUX, M. e WILSON, T.A. - "International Co-ordination of Macroeconomic Policies: a Review", in: *Canadian Public Policy*, suplemento, n. 15, Fev. 1989.
- DRAGO, Kisic W. (1992) - "El Proceso de Armonización de Políticas Nacionales en el Grupo Andino", in: *Integración Latinoamericana*, n. 176, Mar.
- ENCYCLOPEDIA OF ECONOMICS (1982). McGraw Hill Book Company.
- EYZAGUIRRE, Nicolas (1991) - "Restauración y Conservación de los Equilibrios Macroeconómicos Básicos", in: *Trimestre Económico*, vol.58, n.1, pp. 3/46, Jan/Mar.
- FERRER, Aldo (1991)- "Argentina y Brasil: Ajuste, Crecimiento e Integración", in: *Comércio Exterior* Vol. 41, n. 2, pp.135/44, Fev.
- FIELEKE, Norman S. (1985) - "Economic Interdependence Between Nations: Reason for Policy Coordination?", in: *New England Economic Review*, Mai/Jun.

- FRENKEL, J.A. e ROCKETT, K. (1988) - "International Macroeconomic Policy Coordination When Policymakers do not Agree on the True Model", *American Economic Review*, vol. 78, n.3, Jun.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE.(1982) Mercosul: Sinopse estatística, Rio de Janeiro.
- GANDOLFO, Giancarlo (1987) - *International Economics*, Springer-Verlag, Berlin Heidelberg.
- GASIOROWSKI, M.J. (1985) - "The Structure of Third World Economic Interdependence", in: *International Organization*, vol. 39, n. 2.
- GIAVAZZI, F. e Giovannini, A. (1989) - "Monetary Policy Interactions under Managed Exchange Rates", in: *Economica*, vol. 56, n. 222, Mai.
- GILMAN, M. G.(1990) - "Em Busca da Conversibilidade Monetária", in: *Finanças e Desenvolvimento*, Set., pp. 32/34.
- GLALDERON, Arnoldo G. (1983) - "Reseña de los Convenios de Pagos y Créditos Recíprocos de ALADI, MCCA y CARICOM", CEMLA, México.
- GUADAGNI, Alieto (1991) - "La Reforma del Estado y la Política Exterior Argentina", in: *Integración Latinoamericana* vol. 16, n. 173, pp.3/13, Nov.
- HALPERIN, Marcelo (1990)- "La Armonización de Políticas Económicas en el Futuro de ALADI", in: *Integración Latinoamericana* n.160, pp.49/57, Set.
- HALPERIN, Marcelo (comp.) (1992), "Instrumentos básicos de Integración Económica en América Latina y el Caribe", Rio de Janeiro.
- HAMADA, K. (1976) - "A Strategic Analysis of Monetary Interdependence", in: *Journal of Political Economy*, vol. 84, n. 4, Ago.
- HELPMAN, E. e RAZIN, A. (1982) - "A Comparison of Exchange Rate Regimes in the Presence of Imperfect Capital Markets", in: *International Economic Review*, vol. 23, n. 2, Jun.
- HEYMANN, Daniel e NAVAJAS, Fernando (1992) - "Interdependencias Macroeconómicas entre Argentina y Brasil: Los Flujos Comerciales", CEPAL - Oficina de Buenos Aires.
- HEYMANN, Daniel e NAVAJAS, Fernando (1993) - "Coordinación Macroeconómica en el Mercosur: Alternativas y Elementos de Análisis.", CEPAL - Oficina de Buenos Aires.
- HISARI, Omar e FANELLI, José María e FRENKEL, Roberto (1992) - "Ahorro Público y Recuperación del Crecimiento en la Argentina", BID, Washington.
- HORNE, J. e MASSON, P.R. (1987) - "Cooperación Económica Internacional y la Coordinación de Políticas Económicas", in: *Finanzas y Desarrollo*, vol. 24, n. 2, Washington, FMI, Jun.
- JUNAC (1993) - "Armonización de Políticas Macroeconómicas en el Grupo Andino", in: *Integración Latinoamericana*, n.192, pp. 41/52, Ago.
- KENEN, P.B. (1989) - "Exchange Rates and Policy Coordination", Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- KINDLEBERGER, Charles P. (1990) - *Historical Economics*, University of California Press, Berkeley, Los Angeles.

- KREMERS, J.J.M. (1990) - "Gaining Policy Credibility for a Disinflation: Ireland's Experience in the EMS", IMF Staff Papers, vol. 37, n.1, Mar.
- KUME, Honório e MARKWALD, Ricardo A. - "As Perspectivas do Mercosul: Configuração da Estrutura Produtiva e Convergência Macroeconômica", in: IPEA, *Perspectivas da Economia Brasileira-1994*, vol. I, Cap. 11, 1994.
- LERDA, J.C. e MUSSI, C. - "Coordenação de Políticas Macroeconômicas no Contexto da Integração Argentino-Brasileira: uma Avaliação Crítica", *Brasil, Argentina, Uruguai: Integração em Debate*, J.C. LERDA e R. BAUMANN (comps.), São Paulo, Ed. Marco Zero e Universidade de Brasília.
- LOPES, Francisco L. (1991) - "O Austral Conversível", in: *Revista de Economia Política*, vol. 11, n. 4, pp.146/54, Out.
- MARTONE, Celso L. e BALDINELLI, E. (1983) - "Fórmulas que Garantieren una Relación Real del Tipo de Cambio Peso Argentino/Cruzeiro", BID/INTAL, Mai.
- MEADE, J. (1990) - "The EMU and the Control of Inflation", in: *Oxford Review of Economic Policy*, vol. 6, n. 4.
- MORAWTZ, D.(1989) - "Armonización de las Políticas Económicas en las Uniones Aduaneiras: el Gupo Andino", in: "Economía de la Integración Latinoamericana - Lecturas Seleccionadas", tomo I, pp. 395-420.
- MOURA, Alkimar R. (1994) - "Metodologias para a Coordenação de Paridades Cambiais no Mercosul e Utilização de Moedas Locais", Relatório Final - SGT10, São Paulo.
- MUNDELL, R. (1961) - "A Theory of Optimum Currency Areas", in: *American Economic Review*, vol. 51, n. 4, Set.
- NAKANO, Yoshiaki (1991) - "Plano Cavallo de Desdolarização", in: *Revista de Economia Política*, vol. 11, n. 4, pp.154/59, Out.
- NEWFARMER, Richard S. (1992) - "Argentina's Road to Recovery", in: *International Economic Insights*, vol. 3, n. 4, pp. 10-14, Ago.
- O'DONNELL, Guillermo (1991) - "Argentina de Nuevo", Working Paper n.1523, Notre Dame: Kellogg Institute.
- ODUZ, G. e SACHS, J. (1984) - "Macroeconomic Policy Coordination among the Industrial Economies", *Brookings Papers on Economic Activity*, n. 1, Washington.
- PERSSON, T. (1988) - "Credibility of Macroeconomic Policy: an Introduction and a Broad Survey", in: *European Economic Review*, vol 32.
- RANKIN, N. (1989) - "Monetary, Fiscal and Exchange Intervention Policy in a Two-country Intertemporal Disequilibrium Model", in: *European Economic Review*, vol. 33, n. 7, Set.
- REPÚBLICA ARGENTINA, Ministério de Relaciones Exteriores y Culto. El Mercado Comum del Sur.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Boletim de Integração Latino-Americana, Diversos Números.

ROGOFF, K. (1985) - "Can International Monetary Policy Cooperation be Contraproductive?", in: Journal of International Economics, vol. 18, n. 3/4, Mai.

RUCCIO, David F. (1991) - "When Failure Becomes Success: Class and the Debate over Stabilization and Adjustment", Working Paper n.154, Notre Dame: Kellogg Institute.

SACHS, J. (1986) - "The Uneasy Case for Greater Exchange Rate Coordination", in: American Economic Review, vol. 76, n. 2.

SMITH, Willian C.(1991) - "State, Market and Neoliberalism in Post-Transition Argentina: The Menem Experiment", in: Journal of Interamerican Studies and World Affairs vol. 33, n. 4, pp.45/82, Winter.

SÖDERSTEN, Bo (1980) - *International Economics*, London, Macmillan Press, 2nd ed.

STEINHERR, A. (1984) - "Convergence and Coordination of Macroeconomic Policies: Some Basic Issues", in: European Economy, n. 20, Jul.

TOLEDO, Joaquim Eloi Cirne de (1992) - "Argentina: Cavallo, Galope para o Desastre?", in: Revista de Economia Política, vol. 12, n.3, pp. 5-15, Set.

MORAWITZ, D. (1989) - "Armonización de las Políticas Económicas de las Naciones Unidas", in: *Revista de Economía Política*, vol. 9, n. 3, pp. 111-120.

MORA, Almir R. (1994) - "Metodologías para el Coordinamiento de Políticas Económicas", in: *Revista de Economía Política*, vol. 14, n. 1, pp. 1-10.

MUNDELL, R. (1961) - "A Theory of Optimum Currency Areas", in: *American Economic Review*, vol. 51, n. 4, Set.

NAKANO, Yoshiaki (1991) - "Plano Cavallo de Desdolarización", in: *Revista de Economía Política*, vol. 11, n. 4, pp. 1242-1250.

NEWFARMER, Richard S. (1992) - "Argentina's Road to Recovery", in: *International Economic Review*, vol. 33, n. 4, pp. 10-14 Ago.

O'DONNELL, Guillermo (1991) - "Argentina de Nuevo", Working Paper n.1231, Notre Dame: Kellogg Institute.

ODIZ, G. & SACHS, J. (1984) - "Macroeconomic Policy Coordination among the Industrial Countries", in: *Brookings Papers on Economic Activity*, n. 1, Washington.

PERSSON, T. (1988) - "Credibility of Macroeconomic Policy: an Introduction and a Broad Survey", in: *European Economic Review*, vol. 32, n. 2, pp. 1-14.

RANKIN, N. (1989) - "Monetary Fiscal and Exchange Intervention Policy in a Two-Country Model", in: *European Economic Review*, vol. 33, n. 1, Set.

REPÚBLICA ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. El Mercado Común de América Latina y el Caribe. *El Mercado Común de América Latina y el Caribe*. Washington: Peterson Institute for International Studies, 1990.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Boletim de Integração Latino-Americana. Diretoria de Integração Econômica. *Boletim de Integração Latino-Americana*. Brasília: Fundação de Amparo à Pesquisa em Economia, 1991.

Los Angeles

MERCOSUL: A AGENDA DE CONSOLIDAÇÃO INTERNA E OS DILEMAS DA AMPLIAÇÃO

Pedro da Motta Veiga *

APRESENTAÇÃO

O processo de integração no Cone Sul chega ao final do chamado "período de transição" com resultados desiguais, mas muito positivos à luz de seus condicionantes e do quadro em que desenvolve. As avaliações do processo parecem muitas vezes basear-se na comparação entre as características da evolução concreta do Mercosul e a referência às etapas teóricas da integração econômica (Zona de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum, etc). Este tipo de avaliação só é pertinente na medida em que permite identificar a eventual inconsistência entre instrumentos usados no processo de integração e a inadequação entre meios e objetivos em cada etapa do processo. No mais, ele pouco acrescenta à compreensão de fenômenos complexos como são a dinâmica interna de um processo de integração econômica e suas relações com outros processos.

O presente trabalho resume, na Seção I, os principais antecedentes do processo de integração no Cone Sul. Avalia, na Seção II, o quadro atual, seus determinantes e desdobramentos de curto prazo, discutindo, ainda, a importância da definição de uma agenda de reestruturação industrial no Mercosul. A Seção III analisa preliminarmente as relações entre o Mercosul e a proposta brasileira de criação de uma Área de Livre Comércio Sul Americana (ALCSA), bem como a origem e os desdobramentos possíveis desta proposta. Finalmente, a Seção IV apresenta as principais conclusões do trabalho

1. INTRODUÇÃO

A Ata de Buenos Aires, assinada pelos Presidentes do Brasil e da Argentina, em julho de 1990, estabeleceu, como coluna vertebral do processo de integração bilateral em curso, a metodologia de reduções tarifárias lineares, generalizadas e automáticas com vistas a chegar à tarifa zero entre os países, em 31 de dezembro de 1994.

O cronograma de eliminação das tarifas instaurou no processo de integração - que, em 1991, passou a incluir também Uruguai e Paraguai - um período de transição (até o final de 1994) onde se coloca o problema nada trivial da convergência de políticas domésticas e de alguns indicadores de desempenho econômico.

Na medida em que são eliminadas automática e linearmente as barreiras ao comércio intra-Mercosul, a evolução da situação doméstica de cada país-membro tende crescentemente a influenciar o sentido e o volume dos fluxos de comércio entre os parceiros. Em consequência, as políticas que

* Diretor-Geral da FUNCEX.

condicionam a competitividade de cada espaço nacional passam a ser consideradas objeto de negociação. Neste sentido, a agenda de produtos e o eixo setorial de negociação da fase 1986/1990 da integração, cedem lugar à agenda de políticas e a um eixo "horizontal" de negociações, colocando-se em discussão o tema das assimetrias que pudessem distorcer a concorrência no espaço sub-regional.

A definição de uma ambiciosa agenda-cronograma para o período de transição, em junho de 1992, em Las Leñas, explicita o objetivo de constituição de uma união aduaneira até 31 de dezembro de 1994, com base na estratégia de redução generalizada das assimetrias entre as políticas nacionais, enfatizando, no entanto, a área comercial.

De outro lado, a evolução macroeconômica nos dois países indicava que a convergência de desempenhos nesta área tornava-se cada vez menos factível e que, pelo contrário, consolidava-se gradativamente uma assincronia entre os processos de estabilização vividos por Brasil e Argentina. Dado o papel desempenhado pela taxa de câmbio nominal frente ao dólar, no plano de estabilização argentino, e dado o diferencial dos níveis de atividades nos dois países, esta assincronia passou a influenciar o volume e a direção dos fluxos de comércio intra-regional, produzindo crescentemente forte desequilíbrio nas relações bilaterais.

2. O QUADRO ATUAL DA INTEGRAÇÃO: CONDICIONANTES E DESDOBRAMENTOS

2.1 - As Variáveis-Chave no Processo de Transição e seu Desempenho

Dentro da metodologia adotada em 1990 - e confirmada pelo Tratado de Assunção - a evolução do desempenho macroeconômico e o grau de harmonização de políticas microeconômicas entre Brasil e Argentina apareciam como as duas variáveis-chave na definição das perspectivas da integração, no período de transição.

Outras variáveis pertinentes para a evolução do processo neste período eram:

- a vontade política dos Estados Nacionais. Desde o início do processo, esta variável vinha desempenhando papel central na integração e - dadas as assimetrias macro e microeconômicas - era de se esperar que sua importância se mantivesse intacta, ao longo de todo o período de transição;
- as estratégias empresariais voltadas para o Mercosul. O desinteresse empresarial contrastava com o empenho dos setores públicos nacionais em matéria de integração. A geração de estratégias empresariais para o Mercosul era considerada uma condição necessária para que se estabelecesse uma coalizão pró-integração dos dois lados das fronteiras e para que o processo adquirisse legitimidade econômica;
- a institucionalização da integração, em suas dimensões intergovernamental e supra-nacional. A opção explícita por um baixo grau de institucionalização do processo não é neutra, do ponto de vista dos objetivos a atingir e dos instrumentos a mobilizar, e reflete, principalmente, a decisão de

não ceder praticamente qualquer parcela de soberania nacional, em matéria de regulações e políticas domésticas. O caráter ambicioso e abrangente da estratégia de harmonização de políticas, definida pela agenda de Las Leñas, reflete a opção por um baixo grau de institucionalização supra-nacional e, ao mesmo tempo, a recusa da competição regulatória e do reconhecimento mútuo como metodologia de harmonização;

- a evolução da economia internacional e, em especial, dos processos de integração envolvendo outros países latino-americanos (caso do NAFTA). Esta é uma variável externa ao processo de integração, mas que pode atuar como força centrífuga para o Mercosul, na medida em que atraia para sua órbita alguns dos membros deste.

A evolução destas variáveis durante o período de transição sugere que se vai chegando a seu final com uma configuração definida por um baixo patamar de integração, o que reflete tanto a extrema dificuldade dos países-membros para negociar a agenda de harmonização de políticas microeconômicas, quanto o agravamento da assimetria macroeconômica e de seus efeitos sobre os fluxos de comércio intra-regional. De uma maneira geral, é possível afirmar que os países-membros não lograram conectar as agendas da integração e de política econômica doméstica - o que constituía um pressuposto da metodologia de harmonização proposta em Las Leñas.

Os Quadros 1 a 4 abaixo resumem a evolução das variáveis aqui identificadas durante o período 1992-1994 e suas implicações, cabendo observar que somente no caso das estratégias empresariais observou-se uma evolução positiva, ainda que limitada, tendo em vista as restrições que lhe são impostas pela tendência dominante no caso das demais variáveis.

Objetivos	Brasil	Argentina
• Privatização acelerada • Melhorar o perfil	• Lei de privatização • Lei de Arrendamento • Lei de Louçã	• Privatização acelerada • Melhorar o perfil
• Liberalização dos fluxos de investimento de comércio para evitar efeitos negativos da integração	• Liberalização dos fluxos de investimento	• Liberalização dos fluxos de investimento de comércio para evitar efeitos negativos da integração
• "Fragmentação" na política comercial e indus- trial (restrições técnicas, tarifa de câmbio, apoio às exportações) e proteção contra as importações	• Consolidação da re- forma tarifária com estados significativos (proteção maior para bens de capital e bens de consumo)	• "Fragmentação" na política comercial e indus- trial (restrições técnicas, tarifa de câmbio, apoio às exportações) e proteção contra as importações
• Política comercial como variável ajuste do plano de estabilização ar- gentino	• Resistência crescentes à redução das listas de exceção na Argentina • Acordos setoriais sobrevivir	• Política comercial como variável ajuste do plano de estabilização ar- gentino
• Demanda por pro- gramas de novas assimetrias na área comercial (política de exporta- ção e importação)	• Setores ameaçados pela integração abertura	• Demanda por pro- gramas de novas assimetrias na área comercial (política de exporta- ção e importação)

Quadro 1
EVOLUÇÃO DAS VARIÁVEIS NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO
DESEMPENHO MACROECONÔMICO

Argentina	Brasil	Implicações
Redução drástica da inflação	Crescimento da Inflação	Desequilíbrio nos fluxos comerciais (quantitativo e qualitativo)
Retomada do crescimento	Oscilações nos níveis de atividade	Impactos setoriais na Argentina provocando reações: - medidas unilaterais restritivas
Fixação paridade nominal (P/US\$), valorização real	Estabilização, depois valorização, da paridade real (CR\$/US\$)	Acordos setoriais privados com restrição de comércio
		Cresce o comércio administrado/maior importância do eixo setorial de negociação
		Desequilíbrio da distribuição de custos e benefícios.

Quadro 2
A EVOLUÇÃO NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO E POLÍTICAS MICROECONÔMICAS

Argentina	Brasil	Implicações
• Privatização acelerada	• Lenta privatização	• Desequilíbrio setoriais e horizontais (custos de energia dos serviços privatizados na Argentina)
• Desregulamentação	• Liberalização dos fluxos de investimentos	
• Liberalização dos fluxos de investimento	• Consolidação da reforma tarifária com escalada significativa (proteção maior para bens de capital e bens de consumo)	• Resistência crescentes à redução das listas de exceção na Argentina.
• "Pragmatismo" na política comercial e industrial (restrições/isenções, taxa de estatística, apoio às exportações)		• Política comercial como variável ajuste do plano de estabilização argentino. • Surgimento de novas assimetrias na área comercial (política de exportação e importação).

Quadro 3

A EVOLUÇÃO NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO: ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS

	Agentes	Setores	Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> • Acordos de complementação e especialização intra e inter-firmas 	<ul style="list-style-type: none"> • EMN com atuação prévia nos dois países 	<ul style="list-style-type: none"> • Automobilístico • Autopeças • Alimentos • Máquinas agrícolas e tratores 	<ul style="list-style-type: none"> • Especialização da produção/escala • Comércio intra-firma • Consolidação da posição no mercado ampliado • Enfrentar concorrência das importações
<ul style="list-style-type: none"> • Acordo de distribuição com sócio de outro país (unilateral ou recíproco) 	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas nacionais exportadoras 	<ul style="list-style-type: none"> • Siderurgia/aços especiais • Alimentos • Autopeças • Eletrodomésticos • Mat. de construção 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das exportações para país-sócio • Melhoria do perfil de oferta com linhas de produtos complementares (acordos recíprocos)
<ul style="list-style-type: none"> • Investimento para mercado ampliado 	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas nacionais exportadoras (associadas ou não a firmas locais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Alimentos/Bebidas • Autopeças • Alumínio • Louças sanitárias • Serviços de assistência médica, seguros, previdência privada, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação de vendas no país host e no Mercosul • Melhoria do perfil da oferta (investimentos em associação)
<ul style="list-style-type: none"> • Acordos setoriais privados 	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas nacionais de setores intermediários ou de bens de consumo 	<ul style="list-style-type: none"> • Petroquímica • Siderurgia • Têxtil • Setores oligopolizados 	<ul style="list-style-type: none"> • Administração do comércio para evitar efeitos "destrutivos" da integração • Proteção contra competição externa ao Mercosul
<ul style="list-style-type: none"> • Demanda por proteção 	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas grandes e médias 	<ul style="list-style-type: none"> • Setores ameaçados pela integração e abertura 	<ul style="list-style-type: none"> • Defesa do market-share doméstico contra as importações.

Quadro 4

A EVOLUÇÃO NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO - DEMAIS VARIÁVEIS

Variáveis	Evolução Real		Implicações
	Argentina	Brasil	
Vontade Política	sustentada, mas atração NAFTA (estratégia Chile)	sustentada, mas com divergências (MF x MICT) e sensível à pressão industrial	<ul style="list-style-type: none"> • Tensões crescentes e perda visão estratégica do Mercosul; • Mercosul mais vulnerável às variações nos planos domésticos dos sócios e da economia internacional NAFTA.
Institucionalização do Processo	<ul style="list-style-type: none"> • baixo grau de institucionalização no plano doméstico (particularmente no Brasil) • baixo grau de institucionalidade supranacional 		<ul style="list-style-type: none"> • inexistência de uma visão comunitária e de mecanismos de supervisão das políticas econômicas nacionais; • maior dificuldade para negociar conflitos, absorver tensões e propor alternativas de interesse comunitário; • redução da coerência global do projeto
Evolução Economia Internacional	<ul style="list-style-type: none"> • permanência tensões intra - OCDE, mas conclusão Rodada Uruguai • aprovação NAFTA 		<ul style="list-style-type: none"> • crescem incentivos para Argentina negociar bilateralmente com EUA e outros países AL (estratégia Chile).

A convergência destas evoluções favoreceu a emergência das tensões estruturais que atravessam o processo e, com elas, do debate acerca da funcionalidade do projeto para as estratégias nacionais de inserção internacional dos dois países grandes da sub-região.

O questionamento de funcionalidade do processo tem origem no país sobre o qual recaem os custos da atual assimetria macroeconômica - a Argentina. Neste país, o bloco liberal-conservador, hegemônico na condução da política econômica doméstica, criticou permanentemente o projeto Mercosul, defendendo um projeto de inserção internacional próximo do modelo chileno, que combina abertura multilateral e preferencialização das relações com os Estados Unidos.

Por outro lado, o avanço do cronograma de reduções tarifárias em um quadro em que o desempenho competitivo das empresas nas relações bilaterais é fortemente tributário da "assincronia de estabilização" propicia o ressurgimento da dimensão setorial e de produtos como eixo de

negociações privadas bilaterais e - mais recentemente - de ações unilaterais de política comercial de cunho protecionista.

Na realidade, pode-se afirmar que tanto a concretização de acordos setoriais privados, incluindo mecanismos de regulação de acesso dos parceiros do Mercosul aos mercados nacionais dos países-membros, quanto a adoção de diversas medidas não-tarifárias de proteção ao mercado argentino (elevação da taxa de estatística, em outubro de 1992, imposição de salvaguardas e direitos anti-dumping contra produtos brasileiros, no último ano) constituem o preço a pagar pela opção por uma metodologia de integração baseada em "automaticidade sem coordenação".

Em tal quadro, a automaticidade sem coordenação tenderia a reforçar padrões de comércio inter-setorial, baseados na exploração de vantagens comparativas estáticas, aprofundando o comércio intra-setorial apenas naqueles setores oligopolizados onde a liberalização intra-Mercosul permite a operacionalização quase imediata de estratégias de racionalização e de especialização entre diferentes plantas de uma mesma empresa no espaço sub-regional. Os eventuais efeitos de reestruturação industrial limitam-se a tais setores (e empresas) e os fluxos intra-setoriais manifestariam antes de tudo um padrão de "comércio administrado" pelas empresas oligopolistas.

Os efeitos "destrutivos" de integração tendem a ser significativos no país sobre o qual recaem os custos do desequilíbrio macroeconômico (a Argentina) e a liberalização preferencial pode acelerar processos de reconversão produtiva com forte componente de desindustrialização, facilitados pela trajetória específica de estabilização macroeconômica e de reformas estruturais definidas pelo ajuste liberal na Argentina.

Portanto, à medida em que se avançava no período de transição do Mercosul, evidencia-se que se agrega à metodologia oficial da integração algo como um processo "paralelo", mais participativo e protecionista, que funciona segundo uma dinâmica compensatória frente à "automaticidade sem coordenação".

Sobretudo a partir de meados de 1993, a proliferação de atitudes defensivas da Argentina na área comercial, a difusão de acordos setoriais privados de cunho "cartelizante", as dificuldades para se definir uma tarifa externa comum para setores cujo desempenho competitivo condiciona o de toda a economia (bens de capital e informática) e o questionamento da funcionalidade do projeto de integração para a estratégia de desenvolvimento e de inserção internacional dos países-membros - tais evoluções convergiram para definir um quadro em que:

- os focos de conflitos se difundiam dentro do processo, sem que os países-membros tivessem as regras e os meios para gerenciá-los;
- as iniciativas unilaterais (oficiais) e bilaterais (privadas) de administração de comércio se multiplicavam em diversos setores, colocando em questão a coerência global do projeto e a própria idéia de um processo de integração aberto para o mundo; e
- as tensões da fase de transição comprometiam as perspectivas de desenvolvimento do processo de integração na direção de seu aprofundamento, no período pós-1995.

2.2 - A Agenda de 1994 e as Prioridades da Fase de Consolidação do Mercosul

O papel ainda decisivo da vontade política dos Estados nacionais na evolução do processo confirmou-se no segundo semestre de 1993, quando a gestão dos conflitos e tensões acumuladas ao longo dos trinta meses anteriores transformou-se no foco central das negociações inter-governamentais. As negociações traduziram estratégias defensivas de preservação do projeto integracionista, evitando-se a reedição de iniciativas voluntaristas com longa tradição na América Latina.

Adotou-se como objetivo explícito para o período de transição a conclusão de um regime de união aduaneira entre os países-membros, entendendo-se, porém, que se trata de uma união "imperfeita" ou "flexível", na medida em que, da implementação em 1 de janeiro de 1995 da tarifa externa comum (TEC), são excluídos cerca de 15% do universo tarifário - onde não se logrou a convergência entre os níveis das tarifas nacionais. Para os produtos excluídos, ampliou-se o prazo de transição na direção da convergência, estabelecendo-se o ano de 2001 para a conclusão do processo e a fixação da TEC em níveis intermediários em relação àqueles vigentes hoje, no Brasil e na Argentina.

Neste sentido, a Decisão nº 13/93, do Grupo Mercado Comum, apresentou, no final de 1993, um documento denominado "Consolidação da União Aduaneira e Transição para o Mercado Comum", que formaliza a constituição de uma União Aduaneira, em 1º de janeiro de 1995, como etapa necessária para a construção do Mercado Comum, além de dilatar o prazo de entrada em vigor deste. Ademais, o mesmo documento define o cronograma de montagem da TEC para os produtos nela incluídos e estabelece uma relação de requisitos mínimos para o funcionamento da União Aduaneira.

Pode-se afirmar que esta relação corresponde à atualização e a uma adaptação realista da extensa lista de metas do cronograma de Las Leñas, de 1992, constituindo, neste sentido, uma agenda para as negociações do último ano do período de transição.

A prioridade concedida à política comercial - e, em especial àquela referida ao comércio intra-Mercosul - se evidencia, nesta agenda, como aliás se observava no cronograma de Las Leñas, o qual já trazia implícita a idéia de conformação de uma união aduaneira ao término do período de transição.

O Quadro 5 a seguir resume os itens que compõem a agenda oficial do último ano de transição do Mercosul.

Por outro lado, o avanço do cronograma de reduções tarifárias em um quadro em que o desempenho competitivo das empresas nas relações bilaterais é fortemente tributário da "assincronia de estabilização" propicia o ressurgimento da dimensão setorial e de produtos como eixo de

Quadro 5

A AGENDA DO ÚLTIMO ANO DA TRANSIÇÃO

Áreas de Política	Sub-Áreas	Temas
Comercial	Intra-Mercosul	<ul style="list-style-type: none"> - restrições não-tarifárias - reg. aduaneiros especiais e sistemas de promoção e estímulo as exportações - normas admin. para tratamento do comércio exterior - coordenação e harmonização aduaneira - ZFs, ZPEs e áreas aduaneiras especiais - estabelecimento da <u>Comissão do Comércio do Mercosul</u> (intra-governamental)
	Mercosul - Terceiros Países	<ul style="list-style-type: none"> - regras de origem para produtos não incluídos na TEC - restrições não-tarifárias - defesa contra práticas desleais de comércio - regime de salvaguardas - negociações com demais países ALADI
Industrial	Concorrência	<ul style="list-style-type: none"> - regime de defesa da concorrência e do consumidor
	Investimentos	<ul style="list-style-type: none"> - tratamento nacional e não discriminatório para empresas de países-membros
	Reestruturação	<ul style="list-style-type: none"> - ZFs, ZPEs e áreas aduaneiras especiais - mecanismos e acordos de apoio ao ajuste estrutural
Macroeconômica	Geral	<ul style="list-style-type: none"> - reuniões de seguimento e consulta de políticas macroeconômicas
	Câmbio	<ul style="list-style-type: none"> - mecanismos de coordenação de políticas cambiais

Obs.: Há três itens que aparecem em mais de uma área (ou sub-áreas) de política, em função de existência de interfaces.

Com relação a esta agenda, a experiência obtida a partir da implementação do cronograma de Las Leñas indica que o cumprimento das metas estabelecidas depende principalmente da capacidade de:

- definir, de forma bastante seletiva, as prioridades, dado o baixo grau de institucionalização do processo e a escassa disponibilidade de recursos técnicos e humanos para manejar uma agenda múltipla e complexa; e
- estabelecer, em função de uma regra bastante restritiva de priorização, objetivos diferenciados e realistas para os vários itens de política, de acordo com a pertinência de cada item para a meta de constituição e de funcionamento de uma união aduaneira aberta para o mundo, no primeiro dia de 1995. Para os itens prioritários, segundo o critério acima, é necessário definir com precisão o grau de convergência das políticas ou dos resultados nacionais que é imprescindível alcançar, sob pena de comprometer os objetivos de constituição de uma união aduaneira aberta. Da mesma forma, é importante identificar os mecanismos institucionais de **enforcement** e gestão dos procedimentos definidos para a redução ou eliminação das assimetrias prioritárias.

O tema da convergência de políticas parece haver recebido um tratamento inadequado no âmbito das negociações do Mercosul: a harmonização das políticas nacionais em um amplo espectro de políticas foi eleito o mecanismo quase exclusivo de tratamento de assimetrias regulatórias. Além de partir do diagnóstico não comprovado - e não confirmado por trabalhos recentes¹ - da existência de elevadas assimetrias regulatórias com impactos sobre a competitividade intra-Mercosul, esta eleição desconsiderou a existência de diferentes formas de se tratar as diferenças nacionais em um processo de integração.

No que diz respeito a esse último ponto, Kahler, em trabalho recente², analisa as dificuldades de harmonização de política em condições em que não haja forte assimetria de poder de negociação entre os processos da integração. A eficácia da "harmonização assimétrica" - à la NAFTA -, em que o sócio mais poderoso determina a direção e os critérios de harmonização, contrasta com os impasses de uma lógica de harmonização simétrica, entre países com poder de negociação (e com número de votos nas decisões sobre integração) igual ou menos discrepante. Segundo Kahler, a lógica de harmonização simétrica parece haver se esgotado, no caso da integração europeia, em meados dos anos 80, cedendo lugar ao mecanismo de reconhecimento mútuo das regulações nacionais e à competição regulatória como regras de redução das assimetrias. A harmonização não foi abandonada na nova lógica, mas "a nova estratégia adotou um enfoque muito mais agnóstico sobre o grau necessário de convergência de políticas e sobre as áreas em que esta deveria ocorrer".

A nova estratégia acelerou fortemente o processo de integração, mas sua consolidação dependeu do atendimento a dois requisitos, no processo de integração europeu:

- primeiro, a adoção desta estratégia supõe um acordo implícito entre os países-membros sobre os objetivos gerais do processo e sobre as "faixas de tolerância" para as diferenças nacionais. Nas palavras de Kahler, "a descentralização e a competição tornaram-se mais aceitáveis por que os limites implícitos desta competição estavam claras". Assim, por exemplo, "os temores de 'dumping social' por parte de outros membros da CEE se diluíram devido à convicção de que

¹ Ver item 2.3 deste trabalho.

² Kahler, N. - Régimen Comercial y Diversidad Nacional, in America Latina/Internacional - Primavera 1993 - Vol. 1 nº 1 - FLACSO - BDIs.

todos os países da Comunidade aplicam variantes de um 'modelo europeu' de produção que oferece alta proteção (e considerável poder político) ao trabalho".

- segundo, o processo de competição institucional se dá em um marco altamente institucionalizado, em termos supra-nacionais, entre outros motivos para evitar que a "convergência competitiva se dê em torno das normas e padrões mais baixos" e para assegurar o efetivo funcionamento do princípio de reconhecimento mútuo.

É possível identificar com clareza, no Mercosul, as origens de opção por um modelo teórico de harmonização generalizada de políticas domésticas com escassa institucionalização nos planos intergovernamental e supra-nacional. Estas origens se relacionam às restrições domésticas - em todos os países - à idéia de cessão de soberania (ou de soberanias compartilhadas) na área econômica, bem como à divergência no ritmo e conteúdo da aplicação, no Brasil e na Argentina, das estratégias de revisão do modelo de industrialização por substituição de importações. Tais divergências traduzem as percepções dominantes nos dois países quanto à trajetória de implementação de um novo modelo de industrialização, à diretriz de inserção internacional e ao papel da integração sub-regional frente a estas duas opções estratégicas. Nestas condições, não surpreende que não se haja obtido um consenso genérico sobre objetivos e meios, que viabilizasse tanto a cessão de soberania implícita na institucionalização do processo, quanto a competição regulatória entre os regimes nacionais.

É legítimo, no entanto, argumentar que tal consenso pode ser criado a partir da busca de convergência em áreas específicas, mas estratégicas, de política, na medida em que conectam as agendas da integração sub-regional, da inserção internacional e da industrialização. O tema da reestruturação industrial é certamente uma das questões chave nesta perspectiva, como se analisará no item 2.3.

Um processo como o Mercosul, que evolui em meio a desequilíbrios e fortes condicionantes, parece inteiramente refratário a uma estratégia de tratamento das assimetrias de política de tipo "maximalista", ou seja, voltado para o estabelecimento de políticas comuns ou mesmo para uma aprofundada harmonização das políticas econômicas nacionais.

Neste sentido, a harmonização de políticas deve se limitar às áreas onde isto seja fundamental para a meta de constituição de uma união aduaneira aberta, ainda assim muitas vezes restringindo-se à harmonização dos princípios, orientações e principais instrumentos de política, não se estendendo, por conseguinte, a todos os mecanismos e regras que a concretizam.

Os esforços de harmonização devem se concentrar nas políticas que, além de apresentarem elevados graus de assimetrias entre países, tenham importantes impactos sobre a competitividade das empresas. Além disto, tendo em vista que Brasil e Argentina vivem fases de grandes transformações no plano macroeconômico, mas também das regulações microeconômicas (privatizações, liberalização comercial, etc.), seria importante definir, para os itens prioritários de política, os instrumentos e mecanismos não-admissíveis e aqueles não-acionáveis pelos parceiros, no modelo do Código de Subsídios do GATT. Restringe-se, desta forma, a probabilidade de surgimento de novas assimetrias, em função de modificações introduzidas nas regulações nacionais.

Quadro 6

Temas e Regras de Convergência para uma Agenda Seletiva (1994/1996)

Política	Tema	Regra de Convergência
Comercial Intra-Mercosul	Restrições Não-Tarifárias	<ul style="list-style-type: none"> • Stand-still temporário com prazo para eliminação; • Regras para imposição e negociação de novas BNT (consulta, negociação e mecanismo de solução de controvérsias).
	Normas Administrativas e Coordenação Aduaneira	<ul style="list-style-type: none"> • Convergência nos procedimentos internos e harmonização de trâmites na fronteira.
Comercial com Terceiros Países	Regras de Origem para Produtos Excluídos da TEC	<ul style="list-style-type: none"> • Harmonização com implementação sub-regional.
	Restrições não-Tarifárias, Defesa contra Práticas Desleais e Regime de Salvaguarda	<ul style="list-style-type: none"> • Stand-still temporário com prazo para eliminação para BNTs que não se justifiquem como salvaguardas ou defesa contra práticas desleais de comércio (PDC); • Adoção de código comum de salvaguarda e contra PDC (conforme GATT), com aplicação nacional e informação/consulta aos sócios..
Industrial	Tratamento Nacional e Não-Discriminação a Empresa dos Países-Membros	<ul style="list-style-type: none"> • Adoção de regras harmonizadas.
	ZPEs, ZFs e Áreas Aduaneiras Especiais	<ul style="list-style-type: none"> • Stand-still e não autorização para expansão destas zonas; • Tratamento de "áreas em reconversão".
	Apoio à Reestruturação Industrial	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de diretrizes e princípios de política e de mecanismos não-admissíveis e não-acionáveis pelos parceiros, inclusive no tratamento a ZFs e ZPEs.
	Regulação da Concorrência	<ul style="list-style-type: none"> • Convergência de políticas, em conexão, entre outras coisas, com a política de comércio exterior e de apoio a reestruturação da indústria.

¹ Ver item 2.3 deste trabalho.

² Kallós, N. - Régimen Comercial y Diversidad Nacional en América Latina/Internacional - Primavera 1993 - Vol. 1 (nº 1) - FLACSO - BDU.

Este Quadro, ao buscar definir as áreas e temas de alta prioridade, excluiu as questões macroeconômicas - em que o objetivo deve se limitar a uma convergência de resultados que somente dependerá das políticas domésticas, independentemente de iniciativas de coordenação entre países-membros. Isto não significa que a meta de criação de uma rotina de consulta e seguimento das políticas macroeconômicas seja inadequada à atual fase da integração: ao contrário, tal meta parece bastante realista e provê um modelo adequado de tratamento do tema, nas condições presentes do Mercosul e à luz do objetivo de conformação de uma união aduaneira.

Na área de política comercial externa, as negociações têm se centrado na definição da tarifa externa comum, das regras de origem e nas regulações de áreas aduaneiras especiais. A tarifa externa comum já se encontra consolidada para 85% do universo tarifário e as divergências concentraram-se em bens de capital, informática e telecomunicações. A recente reunião do GMC logrou, no entanto, produzir um consenso em torno da TEC, cujo valor modal se situará em 14%. Para o Brasil, a estrutura da TEC apresenta pequenas diferenças em relação à estrutura da tarifa nacional e, de maneira geral, a TEC "consolida, no plano regional, a abertura comercial empreendida pelos países (da sub-região) ao longo dos últimos anos"³. Ademais, a recente decisão brasileira de antecipar a entrada em vigor da TEC e de reduzir alíquotas de produtos que eram fortes candidatos a participar da lista de exceções deste país (química fina, eletrodomésticos, automóveis) elimina qualquer fricção residual entre a TEC e a tarifa nacional.

As negociações em torno da definição da regra de origem e de critérios de harmonização das regulações nacionais sobre áreas aduaneiras especiais estiveram bastante polarizadas entre as posições brasileira e argentina - ambas defendendo regras mais restritivas - e a uruguaia, favorável a regras menos exigentes, quanto a conteúdo nacional e à internação, no Mercosul, dos produtos gerados nas áreas aduaneiras especiais, Zonas Francas e similares.

A Reunião do GMC realizada em Buenos Aires, em agosto de 1994, chegou a soluções de compromisso em todas estas áreas de política comercial. Foram definidos os contornos da Tarifa Externa Comum, no que se refere aos níveis mínimo e máximo (0% e 20%, respectivamente), intervalos, regras para o estabelecimento das listas nacionais de exceção e para a convergência das tarifas dos produtos excluídos da TEC, etc. Ao mesmo tempo em que serão eliminadas as barreiras aos fluxos de comércio intra-regionais, os países ficarão impedidos de impor cotas a este comércio.

No entanto, um "Regime de Adequação" estabeleceu as regras para a transição entre o quadro atual de comércio, caracterizado pela vigência de cotas e de barreiras não-tarifárias impostas pela Argentina nos últimos anos, e um regime intra-regional de livre comércio. Assim, a taxa de estatística aplicada pela Argentina será extinta para as importações provenientes do Mercosul, a partir de janeiro de 1995, e as cotas atualmente vigentes poderão ser mantidas, embora as tarifas dos produtos a que elas se referem devam ser levadas a zero. Ademais, para setores considerados sensíveis por aquele país - como têxteis, siderurgia, papel e celulose - a tarifa atual e a taxa de estatística poderão ser mantidas por quatro anos adicionais. Nesta mesma linha, perto de duzentos produtos agropecuários da Argentina terão suas alíquotas de importação aumentadas.

Por outro lado, fixou-se em 60% o conteúdo local mínimo para que um produto seja considerado originário do MERCOSUL e, portanto, se beneficie do regime de livre comércio intra-regional. Embora a proposta argentina e brasileira tenha prevalecido na fixação da regra de origem, a

³ MACHADO, J.B. - Monitoramento do Processo de Integração no Mercosul - Relatório de acompanhamento trimestral - Junho/1993 - Funcex, mimeo.

decisão de incorporar ao acordo quadripartite os arranjos bilaterais negociados no âmbito da ALADI pelo Uruguai com Brasil e Argentina - CAUCE (Convênio Argentino-Uruguai de Cooperação Econômica) e PEC (Programa de Expansão do Comércio), respectivamente- corresponde a manter em 50% o índice de nacionalização exigido a produtos daquele país. O tratamento diferenciado concedido ao Uruguai será mantido até o ano 2001, tornando-se as regras de origem gradativamente mais rígidas. Em 2006, serão eliminadas as vantagens bilaterais negociadas pelo Uruguai através daqueles dois acordos.

Finalmente, a decisão sobre as Zonas Francas e as Zonas de Processamento das Exportações beneficiou diretamente as áreas de Manaus e Terra do Fogo, na medida em que, de acordo com a Decisão 08/94, do GMC, os produtos aí gerados poderão, até 2013, ser comercializados na sub-região sem pagarem a alíquota da TEC. Os bens produzidos nas demais Zonas Francas e ZPEs, existentes ou em implantação, deverão pagar a TEC para serem comercializados entre os países-membros do MERCOSUL.

Um balanço das recentes decisões sugere que os países do MERCOSUL foram capazes de produzir soluções negociadas para a agenda de comércio do final da transição. O grande mérito de tais compromissos consiste em ter levado em consideração os desequilíbrios gerados a partir da intensificação dos fluxos de comércio intra-regional, propondo-se um regime de transição à situação de livre comércio baseado em uma lógica compensatória para os países mais afetados por aqueles fluxos e pelos desequilíbrios que eles traduzem.

Tal parece ser o caso das disposições previstas pela Decisão 05/94, referente ao Regime de Adequação - que contempla os interesses dos setores argentinos mais atingidos pelas exportações brasileiras, nos últimos anos -, bem como das decisões relativas à regra de origem e à TEC, que levam em consideração a especificidade do Uruguai no contexto da integração, traduzindo-a na concessão de tratamento diferenciado e mais favorável aos produtos deste país.

2.3 - A Agenda da Reestruturação Industrial no Mercosul

As dificuldades para tratar, na agenda de negociação, temas como as restrições unilaterais ao comércio impostas pelos países ameaçados pela competição intra-Mercosul reforçam a percepção de que algum esforço de abordagem dos fatores estruturais que condicionam a competitividade das diferentes indústrias nacionais do mercado deverá ser feito, se se pretende evitar a proliferação de tais iniciativas unilaterais. Ao contrário do que se poderia supor, as assimetrias estruturais podem se reforçar à medida em que se avance, no Mercosul, na convergência de regimes regulatórios. Nada indica que a convergência de regimes leve à absorção das divergências econômicas reais, em termos de padrão de especialização produtiva e desníveis de renda e de produtividade. A experiência europeia é, neste sentido, eloqüente: a adoção da competição regulatória e o reconhecimento mútuo como mecanismo principal de tratamento das diferenças nacionais se acompanhou da intensificação de esforços institucionais e da alocação de quantidades crescentes de recursos financeiros a programas de reestruturação, muitas vezes com forte componente de desenvolvimento regional.

Ademais, alguns estudos setoriais recentes⁴ têm evidenciado que os **gaps** competitivos intra-Mercosul relacionam-se menos com assimetrias regulatórias e mais com as assimetrias estruturais e

⁴ MOTTA VEIGA e NOFAL, B. (Coord.) - Diagnóstico de Competitividade da Indústria do Mercosul - Programa BID/Mercosul - 1994.

macroeconômicas, tendendo a se concentrar nas primeiras, à medida em que o Brasil logre avançar em seus esforços de estabilização.

No que se refere às assimetrias de origem estrutural, estas se vinculam a algumas diferenças quantitativas e qualitativas entre o parque industrial brasileiro e os dos demais países, que colocam a indústria brasileira em posição favorável **vis à vis** às demais.

São diferenças relacionadas ao tamanho do parque industrial, à densidade do "sistema industrial", à propensão a exportar da indústria, e às escalas produtivas. Relacionam-se, ainda, à dotação de fatores, como a mão-de-obra, e à disponibilidade de recursos energéticos, bem como ao fato de que a indústria brasileira logrou manter um amplo controle sobre o mercado doméstico, apesar da liberalização comercial, viabilizando a permanência de ganhos de escala, tendo como base este mercado.

O tratamento deste tipo de assimetria envolve objetivos e instrumentos específicos de política, não podendo simplesmente envolver a harmonização regulatória, já que - como se viu - esta pode inclusive reforçar assimetrias estruturais. Caberia agregar que boa parte dos **gaps** competitivos da indústria do Mercosul em relação ao resto do mundo têm também origem estrutural e que, na ausência de políticas ativas de reestruturação, estes **gaps** tendem a se alargar.

Um último argumento pode ser invocado para justificar a prioridade da agenda de reestruturação industrial no Mercosul: as negociações dos sócios da integração com parceiros avulsos no marco da ALCSA visarão à criação de uma zona de livre comércio, o que coloca os parceiros não-Mercosul da ALCSA em posição "confortável" frente aos pequenos países do Mercosul, que pagam um custo elevado pela integração, através da TEC, das regras de origem e de um cronograma de liberalização intra-regional acelerada. Para estes países, com a ALCSA, crescem substancialmente os custos de oportunidade da participação na união aduaneira **vis à vis** a alternativa - oferecida aos novos parceiros - de uma associação via zona de livre comércio. Neste contexto, a conexão das agendas de integração e da competitividade - através da prioridade concedida à reestruturação industrial - parece essencial para gerar, para os diferentes países do Mercosul (mas especialmente para os menores), incentivos positivos para aderirem a propostas de aprofundamento da integração e, até mesmo, para permanecerem como membros da união aduaneira.

Boa parte das questões de reestruturação industrial pertinentes ao processo de integração são de âmbito nacional, ou seja, podem ser tratadas por instrumentos e instituições nacionais, não havendo necessidade de harmonização de políticas. Os esforços neste sentido deveriam se limitar à obtenção de um triplo consenso. Os dois primeiros consensos já foram referidos neste trabalho.

O primeiro deles envolveria os mecanismos e instrumentos nacionais de política industrial de uso não-admissível e os não-acionáveis pelos parceiros, evitando-se, com isto, o surgimento de novas assimetrias nesta área, inclusive no que se refere ao tratamento do investimento direto externo, de zonas francas e de zonas de promoção regional.

O segundo consenso refere-se à definição e implementação de regras, diretrizes e mecanismos que tornem transparentes e operacionais os instrumentos de proteção comercial do Mercosul: Tarifa Externa Comum, regras de origem (índice geral e especificidades setoriais muito seletivas), legislação contra práticas desleais de comércio, etc. Ainda que estas regras se apliquem às relações externas do Mercosul, elas têm um impacto sobre os níveis de preferência concedidos dentro da União Aduaneira.

No plano das relações internas ao Mercosul, a operação de um sistema permanente de solução de controvérsias constitui um elemento essencial do quadro institucional, principalmente enquanto os países-membros não forem capazes de obter razoável grau de convergência em suas políticas de defesa da concorrência e dos direitos do consumidor. Neste sentido, caberia ao sistema de solução de controvérsias dirimir conflitos intra-Mercosul relativos a comportamentos de concorrência desleal.

Consensos sub-regionais nestas duas áreas aparecem como fundamentais para evitar a emergência de novas assimetrias regulatórias intra-Mercosul e para evitar sobrecarregar a agenda de harmonização de políticas, o que ademais gera expectativas que certamente não se cumprirão.

Há, no entanto, um terceiro consenso, cuja produção é imperativa para que se gerem as condições necessárias à reversão do quadro de deterioração externa e de aprofundamento dos desequilíbrios competitivos internos ao Mercosul.

Este terceiro consenso envolve tanto a necessidade de políticas horizontais convergentes - como a política de concorrência, por exemplo - quanto a afirmação da prioridade das estratégias setoriais de reestruturação industrial dentro do processo de integração, bem como a definição de diretrizes quanto aos objetivos gerais e específicos de tais estratégias e quanto ao uso de instrumentos de política voltados para o atingimento daqueles objetivos.

Não se obtendo este terceiro consenso, abre-se espaço para:

- iniciativas de cartelização do mercado em setores cuja oferta sub-regional é concentrada;
- ações protecionistas unilaterais, baseadas na capacidade de pressão de grupos domésticos, voltadas para neutralizar as preferências intra-Mercosul, afetando negativamente a credibilidade do processo de integração; e
- estratégias empresariais de competição intra-Mercosul baseadas em práticas desleais, como a "informalização", e no não cumprimento de normas técnicas e das legislações fiscal, trabalhista e previdenciária nacionais (eventalmente também fitossanitária).

Em princípio, programas de reestruturação industrial seriam indicados para setores em que o **gap** competitivo externo, além de elevado, tem sua principal origem em fragilidades próprias à configuração (estrutural) da oferta doméstica. Quando além de elevado **gap** externo, o setor apresenta grau significativo de desequilíbrio competitivo intra-Mercosul, o âmbito prioritário de discussão e negociação dos programas setoriais de reestruturação industrial é o sub-regional.

Na etapa atual das negociações do Mercosul, o terceiro consenso deveria envolver, ademais do acordo acerca da necessidade prioritária de se definir um espaço de concertação das linhas de reestruturação industrial:

- o estabelecimento de um quadro institucional de gerenciamento de Acordos sub-regionais de Reestruturação Industrial;
- a definição de alguns princípios para nortear o desenho e a implementação de tais Acordos;

- a definição de uma estratégia de transição entre o quadro atual e a fase de vigência dos Acordos de Reestruturação Industrial. O quadro atual é dominado por medidas unilaterais de restrição de comércio (intra e extra-Mercosul) e por acordos setoriais de "administração" dos fluxos de intercâmbio setoriais intra-Mercosul;
- a definição de um modelo de financiamento dos programas dos diferentes Acordos de Reestruturação, que poderia se basear no modelo do Fundo de Investimentos proposto na década de 80, nos marcos do PICE (Programa de Integração e Coordenação Econômica) entre Brasil e Argentina, e nunca operacionalizado.

Delineados estes elementos, os países do Mercosul estariam em condições de enfrentar os desafios da implementação de um programa sub-regional de reestruturação industrial, que, ainda que apoiando-se principalmente em instrumentos e instituições nacionais, faria do Mercosul o espaço estratégico de planejamento e de definição de prioridades.

O equacionamento destas questões aparece como fundamental para a manutenção e o reforço da coesão econômica e social do Mercosul, especialmente numa fase em que o grupo sub-regional deverá administrar o processo de negociação com parceiros externos em torno das regras de acordos bilaterais de livre comércio, sob a égide da ALCSA.

3. DO MERCOSUL À ALCSA: UMA COMPLEXA TRAJETÓRIA DE AMPLIAÇÃO

Na VIIª reunião do Grupo do Rio, realizada em Santiago em setembro de 1993, o Presidente do Brasil formulou a proposta da criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), em um prazo de dez anos. No VIIIº Conselho de Ministros da ALADI, em 11 de fevereiro de 1994, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil apresentou formalmente a proposta, especificando que as negociações respectivas seriam conduzidas no marco da ALADI e teriam como objetivo principal definir "programas de desgravação linear, automática e progressiva que abarcariam o substancial (80%) do comércio. Segundo a concepção brasileira, a desgravação poderia ocorrer em prazos e ritmos diferenciados, compatíveis com o grau de desenvolvimento e as particularidades do intercâmbio dos países envolvidos. Completariam os acordos normas referentes a cláusulas de salvaguarda, solução de controvérsias e a outras matérias essenciais"⁵.

As origens da iniciativa brasileira parecem relacionadas a um conjunto de percepções de ordem geopolítica e econômica:

- primeiro, a preocupação crescente com a atração exercida pelo NAFTA sobre países da ALADI e do Mercosul. Em especial, tal preocupação relaciona-se com as iniciativas de liberalização comercial envolvendo o México (membro do NAFTA e da ALADI) e países da América do Sul, que colocariam aquele país em posição particularmente favorável para se beneficiar dos projetos de integração em curso nas Américas Latina e do Norte;
- segundo, a persistência de uma agenda bilateral Brasil-EUA razoavelmente conflitiva. A inclusão do Brasil entre os **Big Emerging Markets** que são **targets** da nova política comercial americana

⁵ CEPAL - Desarrollo reciente de los procesos de integración en América Latina y el Caribe - LC/R. 1381, maio 1994.

certamente indica que esta situação não deverá se alterar em futuro próximo. Este dado, aliado à tendência identificada no ponto anterior, configuraria um potencial não desprezível de ameaça de isolamento do Brasil no próprio sub-continente latino-americano;

- terceiro, esta ameaça parece se concretizar precisamente no momento em que se torna mais clara a importância que os mercados da ALADI tendem a adquirir para as exportações brasileiras de manufaturados. Assim, a percepção das ameaças e das oportunidades se intensifica simultaneamente, tanto mais que, nas novas condições geradas pelas diversas iniciativas de integração em curso no continente americano, o potencial de crescimento das exportações brasileiras para a América do Sul só se concretizará se o Brasil implementar uma política externa ativa nas relações com seus vizinhos⁶.

A ALCSA apareceu, no meio do segundo semestre de 1993, como a proposta brasileira para lidar com os dilemas colocados pelas percepções acima apontadas e como a primeira ação estratégica da diplomacia brasileira desde o início do processo de integração bilateral com a Argentina.

A iniciativa brasileira, que não foi precedida por consulta aos sócios do Mercosul, provocou preocupações e manifestações de descontentamento entre estes, tendo em vista as ameaças que a nova proposta introduzia no que se refere ao acesso preferencial dos países-membros do Mercosul ao mercado brasileiro.

O governo uruguaio forçou a paralisação das negociações em torno da tarifa externa comum do Mercosul, até que o Brasil explicitasse os critérios de adesão de outros países da ALADI à ALCSA. A preocupação uruguaia é compreensível: "os países que eventualmente decidissem participar da ALCSA teriam assegurado acesso preferencial ao mercado brasileiro sem, contudo, ter de arcar com os custos decorrentes da adesão a uma tarifa externa comum e da harmonização dos instrumentos de política (...) exigida pelo comprometimento com o projeto de integração no Mercosul"⁷. Para uma economia pequena e dotada de um parque industrial pouco verticalizado, os custos da participação da união aduaneira podem ser particularmente elevados, em especial tendo em conta que o Mercosul ainda não foi capaz de definir diretrizes e instrumentos para viabilizar a reconversão e a reestruturação industrial das atividades econômicas mais ameaçadas pelo processo de integração - entre as quais se encontra parte não desprezível do parque industrial do Uruguai.

A partir da reação uruguaia, obteve-se um consenso em torno do encaminhamento das negociações para a constituição da ALCSA. Definiu-se, inicialmente, que a Área de Livre Comércio seria negociada "em bloco" pelo Mercosul e não mais por cada país da sub-região isoladamente, conforme previa a proposta original do Brasil. Decidiu-se, ademais, que os parceiros do Mercosul estabelecerão, conjuntamente, preferências tarifárias iniciais para os possíveis sócios "externos" da ordem de 50/60%, podendo chegar a 100% no final do período de transição (10 anos). Nesta mesma linha, estabeleceu-se que as listas de exceção serão comuns, devendo abranger, no máximo, 20% da pauta de comércio dos membros do Mercosul.

Estas novas diretrizes permitiram transformar a ALCSA em um projeto dos sócios do Mercosul, a ser operacionalizado em prazo relativamente curto, tendo em vista que a negociação dos

⁶ MOTTA VEIGA, P. - O Mercosul e a Liberalização Comercial nas Américas: a estratégia brasileira para o continente - in REIS VELLOSO, JP. e FRITSCH, W. (coord.) - A nova inserção internacional do Brasil - Ed. José Olympio, 1994.

⁷ MACHADO, J.B. - op.cit.

acordos bilaterais da ALADI entre países-membros e não-membros do Mercosul já era parte da agenda do Acordo sub-regional na última fase de seu período de transição.

Neste sentido, o potencial centrífugo da proposta brasileira - em relação à consolidação interna do Mercosul - se atenua significativamente: o unilateralismo da proposta original cede lugar à visão sub-regional e o peso excessivo da lógica geopolítica nacional e da preocupação em neutralizar as iniciativas comerciais mexicanas no âmbito da ALADI se reduz, em benefício de uma visão baseada em cálculos econômicos e comerciais de custo/benefício, mais adequada à atual dinâmica da integração entre os países da ALADI.

É baseando a proposta em uma lógica econômica e comercial que ela adquire a capacidade de atrair parceiros externos ao Mercosul. Para fazê-lo, porém, seria conveniente que a proposta da ALCSA fosse menos tímida no que se refere a itens crescentemente importantes na agenda de negociação dos acordos bilaterais de nova geração, firmados no âmbito da ALADI: restrito a comércio de bens, a proposta deixa de incluir os temas de investimentos, serviços, infraestrutura e financiamento. Ora, dado o patamar de liberalização comercial de que partem os acordos de integração de nova geração no âmbito da ALADI, a agenda de negociação por eles proposta inclui tais temas e supõe algum grau de institucionalização dos Acordos.

O Chile, que no início de junho de 1994 manifestou oficialmente sua intenção de associar-se, em regime de ALC (Área de Livre Comércio), ao Mercosul - ao mesmo tempo em que pleiteia sua adesão ao NAFTA -, é certamente o país sul-americano mais ativo na negociação e no estabelecimento de Acordos bilaterais de nova geração no âmbito da ALADI.

As negociações do MERCOSUL com o Chile foram iniciadas no Rio de Janeiro, em setembro de 1994, por ocasião da reunião do Grupo do Rio e, na ótica do agrupamento sub-regional, deverão ser norteadas por critérios recém-definidos pelo SGT-01, envolvendo a negociação de tarifas, do "patrimônio histórico" dos acordos da ALADI, das preferências tarifárias a serem concedidas a novos produtos e àqueles constantes do chamado Regime de Adequação do MERCOSUL e das listas nacionais de exceção.

No caso concreto de suas relações com os países do Mercosul, o Chile firmou, em agosto de 1991, um Acordo de Complementação Econômica com a Argentina (ACE nº 16), que "congelou" as restrições não-tarifárias ao comércio bilateral vigentes no momento da assinatura e concedeu ênfase à integração em setores de serviços e agropecuários, potencializando movimentos, já em curso, de investimento e de interpenetração patrimonial entre os dois países. As empresas chilenas têm sido particularmente ativas na compra de empresas argentinas em processo de privatização e têm ocupado parcela crescente dos mercados de diversos segmentos de serviços, que se desenvolvem, na Argentina, a partir de iniciativas de desregulamentação (seguros, fundos de pensão, etc.). O pioneirismo chileno na liberalização dos mercados de serviços e na privatização das empresas estatais voltadas para tais mercados concede àquele país vantagens comparativas significativas no aproveitamento das oportunidades abertas pela transição argentina.

O Chile é fortemente deficitário em suas relações comerciais com o Mercosul, estando o déficit bilateral concentrado no intercâmbio com a Argentina e o Brasil. Com esse último país, "o Chile expressou o desejo de centrar as negociações na parte normativa da relação bilateral, mais do que no aspecto tarifário, a fim de assegurar um acesso estável ao mercado brasileiro de bens e serviços"⁸.

⁸ CEPAL, - op.cit.

A negociação dos países do Mercosul com o Chile, em torno da constituição de uma Área de Livre Comércio, fornecerá uma ocasião adequada para que os sócios da união aduaneira avancem nas discussões em torno de temas como a liberalização de fluxos de serviços e de investimentos e a desregulamentação intra-Mercosul.

A este respeito, vale lembrar que acordos de nova geração já firmados pelo Chile - como o acordo bilateral com o México - estabelecem regras para a liberalização das políticas de transporte aéreo e marítimo, por exemplo. No caso de países geograficamente vizinhos - como ocorre com os sócios do Mercosul - a liberalização dos regimes regulatórios aplicáveis a serviços **tradeables** e **non-tradeables** tende a desempenhar um papel particularmente relevante para que "a geografia passe a contar" no processo de integração e para que se gerem os efeitos dinâmicos deste, associados à redução dos custos de produção e ao aumento de produtividade nas economias envolvidas.

Uma agenda de integração restrita aos fluxos de comércio de bens é uma opção sub-ótima, do ponto de vista da geração dos efeitos dinâmicos de uma união aduaneira, muito mais vinculados à capacidade para induzir novos fluxos de investimentos e de financiamento e para "alavancar" os processos de reestruturação industrial.

Mais além da inclusão do tema específico de investimentos e da negociação bilateral com o Chile, a iniciativa de expansão "externa" do Mercosul coloca em discussão - também no plano das relações entre os sócios - a necessária articulação entre três agendas:

- a da liberalização do comércio e investimento de bens e serviços;
- a da reestruturação industrial; e
- a do financiamento dos processos de liberalização e de reestruturação.

Dito de outra forma, as perspectivas de consolidação interna do Mercosul e de sua ampliação via ALCSA colocam como principal questão estratégica do processo, na segunda metade da década, a capacidade para articular, nas negociações entre os países da América do Sul, as agendas de integração e da industrialização (e do desenvolvimento), gerando um modelo de busca de convergência de políticas que se distancie da harmonização assimétrica que caracteriza as relações dos EUA com seus parceiros do NAFTA.

Nesta ótica, uma questão crescentemente relevante no âmbito da América do Sul refere-se ao componente de financiamento dos processos de integração econômica. Nas iniciativas de integração comercial na América Latina, este componente identifica-se com o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), cuja origem remonta ao tratado de Montevideo de 1960, que criou a ALALC. O Convênio sobreviveu à ALALC e inseriu-se no quadro institucional da ALADI, baseando-se na cooperação entre os Bancos Centrais dos países-membros (e mais da República Dominicana) em torno de três componentes essenciais:

- um mecanismo multilateral de compensação de pagamentos em moedas conversíveis e livremente transferíveis;
- um sistema de garantias; e

- um mecanismo de financiamento transitório dos saldos de compensação multilateral (o Programa Automático de Pagamento).

Estes mecanismos foram plenamente funcionais para a estratégia de integração em um contexto onde fenômenos como a instabilidade macroeconômica e dos fluxos de capital (e o risco cambial a ela associado) e a escassez de divisas recomendam uma abordagem restritiva da dimensão financiamento. Na realidade, este sistema expressa, no plano de financiamento, uma estratégia de integração contingenciada pelos objetivos de industrialização por substituição de importações. Da mesma forma que, na dimensão comercial deste modelo de integração, espera-se que as importações provenientes da ALADI apenas complementem a oferta doméstica - não concorrendo com ela -, no plano financeiro, espera-se que o esforço comercial intra-ALADI não demande divisas, racionadas dentro da lógica de financiamento da estratégia de industrialização.

O início dos anos 90 marca uma série de mudanças que, se não reduzem a funcionalidade do CCR, explicitam as suas limitações:

- primeiro, a estratégia de substituição de importações cede lugar, enquanto projeto de desenvolvimento, a modelos de industrialização abertos para o mundo;
- segundo, como já viu, os novos processos de integração na América Latina distanciam-se do modelo de liberalização restrita da ALADI e buscam uma ampla liberalização do comércio de bens e de serviços entre os parceiros;
- terceiro, os regimes de câmbio e de administração da conta capital alteram-se no sentido da liberalização dos fluxos de inversões; e
- quarto, cresce aceleradamente o comércio intra-regional, bem como os fluxos de intercâmbio entre a região e o resto do mundo; e
- quinto, a América Latina volta a receber elevados recursos privados para financiamento, boa parte dos quais viabilizados por novos mecanismos e instrumentos securitizados.

A liberalização do regime cambial e de financiamentos externos e o afluxo de capitais colocam em discussão estratégias alternativas para financiar a expansão do comércio e dos negócios, no plano intra-regional, dentro de um marco menos restritivo do que aquele que moldou o CCR.

Tais estratégias deveriam levar em consideração que, para muitos países latino-americanos, a estabilidade macroeconômica é uma conquista recente, não se podendo considerar totalmente afastada a ameaça de recrudescimento da inflação, particularmente como decorrência de uma crise do setor externo. A necessidade de adequar o sistema de financiamento intra-ALADI às novas características dos processos de integração e dos fluxos de comércio e de investimentos, sem perder de vista a existência, em alguns destes países, de restrições à total liberalização da conta capital, justifica o exame das estratégias alternativas de transição entre o sistema de pagamentos atualmente vigente - CCR - e modelos compatíveis com a plena conversibilidade das moedas dos países-membros.

A literatura recente examina algumas alternativas que buscam flexibilizar as regras atualmente vigentes sem, no entanto, comprometer a idéia de uma liberalização gradual e compatível com

restrições cambiais. São modelos⁹ de conversibilidade restrita geograficamente, que parecem, no entanto, insuficientes para "alavancar" o volume de comércio e de transações de serviços entre os países do Mercosul e da América do Sul, diante da perspectiva de crescimento acelerado das economias da região e do intercâmbio intra-regional nos próximos anos. Modelos como o da União Européia de Pagamentos parecem oferecer um referencial funcional mais adequado para pensar as estratégias possíveis, principalmente se se considerar que esta União configurou uma estratégia de transição alternativa à opção pela conversibilidade unilateral e que deu origem à idéia do Mercado Comum Europeu. A UEP foi um acordo de pagamentos entre países cujas moedas, embora estáveis, desfrutavam de conversibilidade restrita e que funcionou como expressão institucional do compromisso dos países da Europa Ocidental com a liberalização comercial unilateral, com a integração regional e com uma reestruturação industrial compatível com a liberalização e a integração.

Neste sentido, ela criou as instituições que conferiram credibilidade ao compromisso dos países da Europa Ocidental com a liberalização comercial e a integração e que incentivaram a reestruturação da indústria européia ao longo de vetores de especialização que viabilizaram o crescimento acelerado dos níveis de produtividade e renda¹⁰. A UEP combinava um acordo de pagamentos e um sistema de provisão de créditos a países deficitários no acordo com um conjunto de regras institucionais, incluindo um código de liberalização comercial entre os países-membros e um esquema de condicionalidades associado ao sistema de crédito.

4. CONCLUSÕES

A conclusão do chamado "período de transição" do Mercosul, no final de 1994, justifica um balanço da evolução do processo de integração, na medida em que tal reflexão pode contribuir para a definição de uma "agenda de consolidação" do projeto, para a etapa da imediata pós-transição. A iniciativa de criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) não é neutra, do ponto de vista desta agenda de consolidação interna do Mercosul, na medida em que reforça não só a sua necessidade, mas também a inclusão, nesta agenda, de questões estratégicas que articulem os projetos de integração e de industrialização.

No período de transição, o Mercosul combinou uma metodologia de "automaticidade sem coordenação" - traduzida pelo mecanismo de desgravação tarifária linear, automático e universal - com uma proposta de eliminação de assimetrias entre os países-membros, especialmente as de origem regulatória.

Esta combinação, aliada a fatores externos ao processo de integração, permitiu à integração comercial avanços significativos e talvez irreversíveis, mas reforçou as assimetrias estruturais entre indústrias dos países-membros, produzindo forte desequilíbrio na distribuição dos custos e benefícios da integração entre os parceiros.

Frente aos desafios da consolidação interna do projeto sub-regional e da negociação com novos parceiros (em regime de ALC), a agenda do Mercosul deveria crescentemente incluir a

⁹ Ver, por exemplo, ARAÚJO JR., J.T. - A opção por soberanias compartilhadas na América Latina: o papel da economia brasileira - in MOTTA VEIGA, P. - Cone Sul: a economia política da integração - Funcex, 1991.

¹⁰ EICHENGREEN, B. European Payments Union - Economic Policy nº 17, 1993

institucionalização do processo de integração e o tratamento de temas estratégicos para a sua coesão econômica e social, como é o caso da reestruturação industrial.

Com este tipo de agenda, os esforços de harmonização das políticas nacionais deveriam se concentrar em áreas-chave para o funcionamento de uma união aduaneira aberta para o mundo. Uma maior tolerância com relação à idéia de competição regulatória - previsível, na medida em que o foco da agenda de negociações se volte para a redução das assimetrias estruturais e para a institucionalização do processo - permitiria que se aplicasse o princípio do reconhecimento mútuo das regras e legislações nacionais, desobstruindo a agenda de correção de assimetrias regulatórias. Estas, muitas vezes, mostram-se menos relevantes para o desempenho competitivo das empresas dos países-membros do que assimetrias geradas por fatores estruturais da indústria e por desequilíbrios macroeconômicos entre os países-membros.

A negociação com parceiros "externos" ao Mercosul provê a oportunidade para que os sócios da união aduaneira avancem nas discussões em torno de temas como a liberalização dos fluxos de serviços e de investimentos, importantes se se pretende que o processo de integração gere efeitos dinâmicos associados à redução dos custos de produção e ao aumento da produtividade nas economias envolvidas.

Parte III

ANEXO ESTATÍSTICO

RELAÇÃO DAS TABELAS

1. PIB Mundial, por Grupos, Regiões e Países - 1970 e 1992.....	117
2. População e PNB "per capita" por Grupos, Regiões e Países - 1992.....	119
3. Composição Setorial do PIB, por Grupos, Regiões e Países -1970 e 1992.....	121
4. Inflation por Grupos, Regiões e Países - 1990-94.....	123
5. Comércio Mundial por Grupos, Regiões e Países - 1992-93.....	125
6. Classificação dos Países por Vários.....	127
7. OCDE: Crescimento Real do PIB, por Países - 1991-95.....	128
8. OCDE: Balança.....	129
9. América Latina: Crescimento Real do PIB, por Países - 1990-94.....	130
10. América Latina: Crescimento do PIB "per capita", por Países - 1989-93.....	131
11. América Latina: Balança Comercial e Transações Correntes, por Países - 1991-93.....	132
12. Ásia Oriental: Indicadores Económicos, por Países Seleccionados - 1993-95.....	133
13. Europa Oriental: Principais Indicadores Económicos, por Países - 1990-94.....	134
14. Países em Desenvolvimento: Dívida Externa e Serviço da Dívida -1992.....	135

Parte III

ANEXO ESTATÍSTICO

PIB MUNDIAL POR GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES - 1970 e 1992

GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES	VALORES (US\$ milhões)		TX CRESC. ANUAL (%)	
	1970	1992	1970-90	1990-92
PAÍSES DE RENDA ALTA			3,2	2,9
MEMBROS da OCDE	2.976.091	17.948.319	3,1	n.d.
Dos quais:				
EUA	1.011.553	5.930.169	2,6	2,7
Japão	154.508	1.789.201	2,6	2,6
Alemanha Ocidental	285.415	1.222.398	3,8	2,4
França	48.525	557.345	2,0	2,7
Reino Unido	34.242	454.345	2,2	2,2
Canadá	79.947	493.002	4,5	2,0
Suíça	4.239	37.235	2,3	2,0
Países Baixos	4.239	284.709	3,0	3,1
Itália	33.278	241.400	3,5	2,1
Coreia do Sul	25.292	218.036	5,9	2,1
Áustria	3.511	185.235	3,4	1,7
Suécia	13.511	123.546	2,2	2,3
Dinamarca		112.909	4,6	2,8
Noruega			2,2	2,2
Finlândia			2,2	2,2
Islândia			2,2	2,2
Grécia			2,2	2,2
Portugal			2,2	2,2
Espanha			2,2	2,2
Irlanda			2,2	2,2
Luxemburgo			2,2	2,2
Bélgica			2,2	2,2
Holanda			2,2	2,2
Alemanha Oriental			2,2	2,2
Polónia			2,2	2,2
República Tcheca			2,2	2,2
Eslováquia			2,2	2,2
Hungria			2,2	2,2
Polónia			2,2	2,2
República da Coreia			2,2	2,2
República Popular da Coreia			2,2	2,2
Vietnam			2,2	2,2
Cingapura			2,2	2,2
Hong Kong			2,2	2,2
Taiwan			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2
Filipinas			2,2	2,2
Indonésia			2,2	2,2
Tailandia			2,2	2,2
Singapura			2,2	2,2
Malásia			2,2	2,2

PIB MUNDIAL POR GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES – 1970 e 1992

GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES	VALORES (US\$ milhões)		TX.CRESC. ANUAL (%)	
	1970	1992	1970-80	1980-92
(1)				
PAÍSES DE RENDA ALTA	2.105.694	18.312.160	3,2	2,9
MEMBROS da OCDE	2.076.091	17.948.310	3,1	n.d.
Dos quais:				
EUA	1.011.563	5.920.199	2,8	2,7
Japão	203.736	3.670.979	4,3	4,1
Alemanha (*)	184.508	1.789.261	2,6	2,6
França	142.869	1.319.883	3,2	2,2
Itália	107.485	1.222.962	3,8	2,4
Reino Unido	106.502	1.060.300	2,0	2,7
Espanha	37.569	574.844	3,5	3,2
Canadá	73.847	493.602	4,6	2,8
Países Baixos	34.049	320.290	2,9	2,3
Austrália	39.324	294.760	3,0	3,1
Suíça	20.733	241.406	0,5	2,1
Suécia	30.013	220.834	1,9	1,9
Bélgica	25.242	218.836	3,0	2,1
Áustria	14.457	185.235	3,4	2,3
Dinamarca	13.511	123.546	2,2	2,2
Noruega	11.183	112.906	4,8	2,6
Finlândia	9.762	93.869	3,1	2,4
OUTROS	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Dos quais:				
Israel	5.603	69.762	4,8	3,7
Hong Kong	3.463	77.828	9,2	6,9
Cingapura	1.896	46.025	8,3	6,6
(2)				
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	n.d.	4.695.645	n.d.	3,3
GRUPOS DE RENDA				
(3)				
PAÍSES DE RENDA MÉDIA	n.d.	3.549.049	n.d.	n.d.
(4)				
PAÍSES DE BAIXA RENDA	n.d.	1.146.842	n.d.	6,1
REGIÕES				
ÁFRICA SUBSAÁRICA	57.611	269.955	3,6	1,8
ÁSIA ORIENTAL	n.d.	1.266.819	n.d.	7,7
Dos quais:				
China	n.d.	506.075	n.d.	9,1
Rep. Coréia	8.887	296.136	9,6	9,4
Indonésia	9.657	126.364	7,2	5,7
Tailândia	7.087	110.337	7,1	8,2
Malásia	4.200	57.568	7,9	5,9
Filipinas	6.691	52.462	6,0	1,2

TABELA 1 (Cont.)

PIB MUNDIAL POR GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES – 1970 e 1992

GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES	VALORES (US\$ milhões)		TX. CRESC. ANUAL (%)	
	1970	1992	1970-80	1980-92
ÁSIA MERIDIONAL	73.642	297.360	3,5	5,2
Dos quais:				
Índia	52.949	214.598	3,4	5,2
Paquistão	9.102	41.904	4,9	6,1
EUROPA, ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Dos quais:				
Rússia	n.d.	387.476	n.d.	n.d.
Árabia Saudita	3.866	111.343	10,1	0,4
Irã	n.d.	110.258	n.d.	2,3
Turquia	11.400	99.696	5,9	4,9
Ucrânia	n.d.	94.831	n.d.	n.d.
Polônia	n.d.	83.823	n.d.	0,6
Portugal	6.184	79.547	4,3	2,9
Grécia	8.600	67.278	4,7	1,7
Argélia	4.541	35.674	4,6	2,6
Hungria	5.543	35.218	5,2	0,0
AMÉRICA LATINA E CARIBE	165.567	1.203.873	5,4	1,8
Dos quais:				
BRASIL	35.546	417.000 **	8,1	2,2
México	38.318	329.011	6,3	1,5
Argentina	30.660	228.779	2,5	0,4
Venezuela	13.432	61.137	3,5	1,9
Colômbia	7.199	48.583	5,4	3,7
Chile	8.186	41.203	1,8	4,8
Peru	7.234	22.100	3,5	-0,6
Equador	1.674	12.681	9,5	2,3
Uruguai	2.311	11.405	3,1	1,0
Guatemala	1.904	10.434	5,8	1,4
Rep. Dominicana	1.485	7.729	6,5	1,7
Costa Rica	985	6.530	5,7	3,3
Paraguai	595	6.446	8,5	2,8
Panamá	1.016	6.001	4,4	0,9
El Salvador	1.029	6.443	4,2	1,3
Bolívia	1.020	5.270	4,5	0,6
TOTAL MUNDIAL	2.808.026	23.060.560	3,4	3,0

FONTES : BANCO MUNDIAL – "World Development Report 1994"; OCDE – "Main Economic Indicators", Maio/93

ELABORAÇÃO: Coordenação de Conjuntura Internacional/SEAIN/SEPLAN-PR.

(1) Países com PNB "per capita" igual ou superior a US\$ 8.356 em 1992.

(2) Países com PNB "per capita" inferior a US\$ 8.356 em 1992.

(3) PNB "per capita" inferior a US\$ 8.356 e superior a US\$ 675 em 1992.

(4) PNB "per capita" igual ou inferior a US\$ 675 em 1992.

(*) Os dados referem-se à ex-Rep. Federal da Alemanha.

(**) Estimativa do Banco Central (Relatório Anual, 1992).

POPULAÇÃO E PNB "per capita", POR GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES – 1992

GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES	População		PNB "per capita"	
	1.000 hab.	Tx.Cresc.% (1980-92)	US\$ 1,00	Tx.Cresc. % (1980-92)
(1) PAÍSES DE RENDA ALTA	828.100	0,7	22.160	2,3
MEMBROS da OCDE				
Dos quais:				
Suíça	6.864	0,7	36.080	1,4
Japão	124.318	0,5	28.190	3,6
Suécia	8.707	0,4	27.010	1,5
Dinamarca	5.166	0,1	26.000	2,1
Noruega	4.281	0,4	25.820	2,2
EUA	255.414	1,0	23.240	1,7
Alemanha (*)	80.553	0,2	23.030	2,4
Áustria	7.906	0,4	22.380	2,0
França	57.338	0,5	22.260	1,7
Finlândia	5.062	0,5	21.970	2,0
Bélgica	10.039	0,2	20.880	2,0
Canadá	27.844	1,1	20.710	1,8
Países Baixos	15.167	0,6	20.480	1,7
Itália	57.844	0,2	20.460	2,2
Reino Unido	57.701	0,2	17.790	2,4
Austrália	17.540	1,4	17.260	1,7
Espanha	39.077	0,4	13.970	2,9
OUTROS				
Dos quais:				
Emirados Árabes Unidos	1.668	4,0	22.020	-4,3
Hong Kong	5.805	1,2	15.360	5,5
Cingapura	2.814	1,8	15.730	5,3
(2) PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	4.610.100	1,9	1.040	0,9
GRUPOS DE RENDA				
(3) PAÍSES DE RENDA MÉDIA	1.418.700	1,8	2.490	-0,1
(4) PAÍSES DE BAIXA RENDA	3.191.300	2,0	390	3,9
REGIÕES				
ÁFRICA SUBSAÁRICA	543.000	3,0	530	-0,8
ÁSIA ORIENTAL	1.688.800	1,6	760	6,1
Dos quais:				
Rep. Coréia	43.663	1,1	6.790	8,5
Malásia	18.610	2,5	2.790	3,2
Tailândia	57.992	1,8	1.840	6,0
Filipinas	64.187	2,4	770	-1,0
Indonésia	184.274	1,8	670	4,0
China	1.166.144	1,4	470	7,6

TABELA 2 (Cont.)

POPULAÇÃO E PNB "per capita", POR GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES – 1992

GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES	População		PNB "per capita"	
	1.000 hab.	Tx.Cresc.% (1980-92)	US\$ 1,00	Tx.Cresc. % (1980-92)
ÁSIA MERIDIONAL	1.177.900	2,2	310	3,0
Dos quais:				
Paquistão	119.347	3,1	420	3,1
Índia	883.473	2,1	310	3,1
EUROPA, ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA	747.100	n.d.	n.d.	n.d.
Dos quais:				
Arábia Saudita	15.909	4,9	7.510	-3,3
Portugal	9.843	0,1	7.450	3,1
Grécia	10.454	0,5	7.290	1,0
Hungria	10.202	-0,3	2.970	0,2
Rússia	148.920	0,6	2.510	n.d.
Rep. Tcheca	10.383	0,1	2.450	n.d.
Irã	59.791	3,5	2.200	-1,4
Turquia	58.467	2,3	1.980	2,9
Polônia	38.365	0,6	1.910	0,1
Argélia	26.375	2,8	1.840	-0,5
Ucrânia	52.118	0,3	1.820	n.d.
AMÉRICA LATINA E CARIBE	453.200	2,0	2.690	-0,2
Dos quais:				
Argentina	33.099	1,3	6.050	-0,9
Trinidad-Tobago	1.268	1,3	3.940	-2,6
México	84.967	2,0	3.470	-0,2
Uruguai	3.131	0,6	3.340	-1,0
Venezuela	20.310	2,6	2.910	-0,8
BRASIL	153.850	2,0	2.770	0,4
Chile	13.599	1,7	2.730	3,7
Panamá	2.514	2,1	2.420	-1,2
Costa Rica	3.135	2,8	1.960	0,8
Paraguai	4.519	3,0	1.380	-0,7
Colômbia	33.405	1,9	1.330	1,4
El Salvador	5.387	1,4	1.170	0,0
Equador	11.028	2,5	1.070	-0,3
Rep. Dominicana	7.321	2,1	1.050	-0,5
Guatemala	9.746	2,9	980	-1,5
Peru	22.370	2,1	950	-2,8
Bolívia	7.527	2,5	680	-1,5
TOTAL MUNDIAL	5.438.200	1,7	4.280	1,2

FONTE : BANCO MUNDIAL – "World Development Report 1994" e "The World Bank Atlas 1994".

ELABORAÇÃO: Coordenação de Conjuntura Internacional/SEAIN/SEPLAN-PR.

- (1) Países c/ PNB "per capita" igual ou superior a US\$ 8.356 em 1992.
- (2) Países c/ PNB "per capita" inferior a US\$ 8.356 em 1992.
- (3) PNB "per capita" inferior a US\$ 8.356 e superior a US\$ 675 em 1992.
- (4) PNB "per capita" igual ou inferior a US\$ 675 em 1992.
- (*) Os dados de PNB "per capita" referem-se à ex-RFA.

(Cont.) TABELA 3

COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB, POR GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES – 1970 e 1992

INFLAÇÃO POR GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES – 1990-94

– Em Percentagem –

GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES	AGRICULTURA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS	
	1970	1992	1970	1992	1970	1992
(1)						
PAÍSES DE RENDA ALTA	4	n.d.	39	n.d.	58	n.d.
MEMBROS da OCDE	4	n.d.	39	n.d.	58	n.d.
Dos quais:						
EUA	3	2 *	34	29 *	63	69 *
Japão	6	2 *	47	42 *	47	56 *
Alemanha (**)	3	2 *	49	39 *	47	59 *
França	n.d.	3 *	n.d.	29 *	n.d.	68 *
Itália	8	3 *	41	32 *	51	65 *
Reino Unido	3	2 *	44	37 *	53	62 *
Canadá	4	3	36	28	59	69
Espanha	n.d.	4	n.d.	36	n.d.	60
Austrália	6	3 *	39	30 *	55	67 *
Países Baixos	6	4 *	37	29 *	57	67 *
Suécia	n.d.	2 *	n.d.	32 *	n.d.	66 *
Bélgica	n.d.	2 *	n.d.	30 *	n.d.	68 *
Áustria	7	3 *	45	36 *	48	61 *
Finlândia	12	5 *	40	30 *	48	64 *
Noruega	6	3 *	32	35 *	62	62 *
Dinamarca	7	4 *	35	27 *	59	68 *
OUTROS	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Dos quais:						
Hong Kong	2	0 *	36	23 *	62	77 *
Cingapura	2	0	30	38	68	62
(2)						
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	25	17 *	33	37 *	42	47 *
GRUPOS DE RENDA						
(3)						
PAÍSES DE RENDA MÉDIA	n.d.	12 *	n.d.	37 *	n.d.	50 *
(4)						
PAÍSES DE BAIXA RENDA	38	29	29	31	33	40
REGIÕES						
ÁFRICA SUBSAÁRICA	27	20	28	34	45	46
ÁSIA ORIENTAL	34	21	34	38	32	42
Dos quais:						
China	34	27	38	34	28	38
Rep. Coréia	18	8 *	31	45 *	50	47 *
Indonésia	45	19	19	40	36	40
Tailândia	26	12	25	39	49	49
Filipinas	30	22	32	33	39	45
Malásia	29	n.d.	25	n.d.	46	n.d.

TABELA 3 (Cont.)

COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB, POR GRUPOS REGIÕES E PAÍSES – 1970 e 1992

– Em Percentagem –

GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES	AGRICULTURA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS	
	1970	1992	1970	1992	1970	1992
ÁSIA MERIDIONAL	44	32	21	26	34	42
Dos quais:						
Índia	45	32	22	27	33	40
Paquistão	37	27	22	27	41	46
EUROPA, ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Dos quais:						
Rússia	n.d.	13 *	n.d.	49 *	n.d.	39 *
Arábia Saudita	6	7 *	63	52 *	31	41 *
Irã	n.d.	23	n.d.	28	n.d.	48
Turquia	30	15	27	30	43	55
Ucrânia	n.d.	23	n.d.	43	n.d.	33
Polônia	n.d.	7	n.d.	51	n.d.	42
Portugal	n.d.	9 *	n.d.	37 *	n.d.	54 *
Grécia	18	17 *	31	27 *	50	56 *
Argélia	11	15	41	47	48	38
AMÉRICA LATINA E CARIBE	12	10 *	36	36 *	52	54 *
Dos quais:						
BRASIL	12	11 *	38	37 *	49	52 *
México	12	8	29	28	59	63
Argentina	10	6	44	31	47	63
Venezuela	6	5	39	41	54	53
Peru	19	7 *	32	37 *	50	57 *
Colômbia	25	16	28	35	47	49
Chile	7	n.d.	41	n.d.	52	n.d.
Equador	24	13	25	39	51	48
Uruguai	16	11	31	29	53	61
Guatemala	n.d.	25	n.d.	20	n.d.	55
Paraguai	32	24	21	23	47	52
Panamá	14	11	19	14	66	76
Costa Rica	23	18	24	27	53	55
Bolívia	20	24 *	32	32 *	48	44 *
TOTAL MUNDIAL	8	n.d.	39	n.d.	54	n.d.

FONTES : BANCO MUNDIAL – "World Development Report", 1991, 1992, 1993 e 1994.
OCDE – "OECD Surveys", Canadá (1992) e Espanha (1993).

ELABORAÇÃO: Coordenação de Conjuntura Internacional/SEAIN/SEPLAN-PR.

- (1) Países com PNB "per capita" igual ou superior a US\$ 8.356 em 1992.
- (2) Países com PNB "per capita" inferior a US\$ 8.356 em 1992.
- (3) PNB "per capita" inferior a US\$ 8.356 e superior a US\$ 675 em 1992.
- (4) PNB "per capita" igual ou inferior a US\$ 675 em 1992.
- (*) O dado refere-se a período (ano) diferente do indicado.
- (**) Os dados referem-se à ex-RFA.

(Cont.) TABELA 4

INFLAÇÃO POR GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES - 1990-94

GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES	Índice de Preços ao Consumidor (variação %)				
	1990	1991	1992	1993	1994*
PAÍSES INDUSTRIALIZADOS	5,2	4,4	3,1	2,8	2,4
Dos quais:					
EUA	5,4	4,2	3,0	3,0	2,7
Japão	3,1	3,3	1,7	1,3	0,7
Alemanha	2,7	3,5	4,0	4,1	3,1
França	3,4	3,2	2,4	2,1	1,8
Itália	6,4	6,3	5,2	4,5	3,8
Reino Unido	9,5	5,9	3,7	1,6	2,5
Canadá	4,8	5,6	1,5	1,8	0,2
Espanha	6,7	5,9	5,9	4,6	4,3
Países Baixos	2,5	3,9	3,7	2,1	2,8
Austrália	7,3	3,2	1,0	1,8	2,4
Suíça	5,4	5,8	4,1	3,3	1,0
Bélgica	3,5	3,2	2,4	2,8	2,5
Suécia	10,5	9,3	2,3	4,6	2,0
Áustria	3,3	3,3	4,0	3,6	3,0
Finlândia	6,1	4,1	2,6	2,1	1,0
Noruega	4,1	3,4	2,3	2,3	1,3
Dinamarca	2,6	2,4	2,1	1,3	2,4
Portugal	13,4	11,4	8,9	6,5	5,5
Grécia	20,4	19,5	15,9	14,4	11,0
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	78,4	43,4	47,1	53,1	47,5
REGIÕES					
ÁFRICA	16,8	32,1	46,2	37,9	39,5
Dos quais:					
Argélia	16,6	25,9	31,7	20,5	38,5
Rep. África do Sul	14,4	15,3	13,9	9,8	9,0
Nigéria	7,4	13,0	44,6	57,2	51,2
ÁSIA	6,4	8,9	8,7	10,4	10,3
Dos quais:					
China	1,4	5,1	8,6	17,0	22,0
Rep. Coreia	8,6	9,3	6,2	4,8	6,8
Indonésia	12,5	9,4	7,5	9,7	8,3
Malásia	2,6	4,4	4,8	3,4	4,0
Hong Kong	9,7	11,0	9,6	8,7	8,0
Cingapura	3,4	3,4	2,3	2,4	3,6
Tailândia	5,9	5,7	4,1	3,6	4,9
Filipinas	14,1	18,7	8,9	7,6	9,9
Índia	9,0	13,9	11,8	6,4	8,5
Paquistão	9,1	11,8	9,5	4,2	9,1

TABELA 4 (Cont.)

INFLAÇÃO POR GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES — 1990-94

GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES	Índice de Preços ao Consumidor (variação %)				
	1990	1991	1992	1993	1994*
ORIENTE MÉDIO	10,5	13,0	11,4	11,1	n.d.
Dos quais:					
Egito	16,8	19,7	13,6	12,1	7,8
Israel	17,2	19,0	11,9	10,9	12,0
Arábia Saudita	2,1	4,9	-1,0	1,1	0,9
Irã	7,6	17,1	22,9	20,3	15,0
EUROPA (***)	153,2	82,1	86,7	66,2	n.d.
Dos quais:					
Rússia	-	92,7	1353,0	895,7	450,0
Rep. Tcheca (****)	10,0	57,7	10,8	20,8	11,0
Turquia	60,3	66,0	70,1	66,1	91,0
Polônia	555,4	76,7	45,3	36,9	30,0
Hungria	29,0	34,2	22,9	22,5	19,0
Romênia	4,2	230,6	211,2	255,2	170,0
AMÉRICA LATINA E CARIBE	480,2	136,1	166,0	223,4	244,8
Dos quais:					
BRASIL	2937,8	440,9	1008,7	2148,4	2425,9
México	26,7	22,7	15,5	9,8	6,0
Argentina	2314,0	171,7	24,9	10,6	3,6
Venezuela	40,8	34,2	31,4	38,1	57,7
Peru	7481,7	409,5	73,5	48,6	24,4
Colômbia	29,1	30,4	27,0	22,6	22,8
Chile	26,0	21,8	15,4	12,7	12,2
Equador	48,5	48,7	54,6	45,0	27,2 **
Guatemala	41,2	33,2	10,0	11,8	10,5 **
Uruguai	112,5	102,0	68,5	54,1	41,6 **
Paraguai	38,2	24,3	15,1	18,3	22,0 **
Panamá	0,8	1,3	1,8	0,5	n.d.
Costa Rica	19,0	28,7	21,8	9,8	13,6 **
Bolívia	17,1	21,4	12,1	8,5	6,9 **
TOTAL MUNDIAL	29,2	18,1	18,3	19,9	n.d.

FONTES : FMI - "World Economic Outlook - Statistical Appendix", Setembro/94; e "International Financial Statistics", Setembro/94.
 OCDE - "Economic Outlook", Junho/94.
 NRI - "Quarterly Economic Review", Novembro/94.
 CEPAL - "Panorama Econômico de América Latina", 1994.

ELABORAÇÃO: Coordenação de Conjuntura Internacional/SEAIN/SEPLAN-PR.

(*) Previsão.

(**) Variação últimos doze meses até Agosto/94.

(***) Não inclui Rússia.

(****) Até 1992 os dados referem-se à ex-Tchecoslováquia.

TABELA 5

COMÉRCIO MUNDIAL POR GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES — 1992-93

GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES	1992 (US\$ milhões)		TX.CRESC.(1980-92)		1993 (US\$ milhões)	
	Exportação	Importação	Export.	Import.	Export.	Import.
(1)						
PAÍSES DE RENDA ALTA	2.811.899	2.955.958	4,9	5,8	n.d.	n.d.
MEMBROS da OCDE						
Dos quais:						
EUA	420.812	551.591	3,8	6,1	464.773	603.438
Alemanha (*)	429.754	407.172	4,6	5,7	362.064	326.981
Japão	339.492	230.975	4,6	6,6	362.244	241.624
França	231.452	238.299	5,2	4,5	209.349	201.838
Reino Unido	190.481	221.658	3,5	5,0	180.180	205.390
Itália	178.349	184.510	4,1	5,7	n.d.	n.d.
Países Baixos	139.919	134.376	5,3	4,4	131.141	115.633
Canadá	131.771	121.893	5,9	6,9	144.693	138.684
Bélgica (**)	123.132	124.656	5,3	4,5	n.d.	n.d.
Suíça	65.616	65.603	4,6	3,7	58.687	56.716
Espanha	64.302	99.473	8,2	10,9	63.100	82.361
Suécia	55.933	49.849	4,0	3,4	49.857	42.681
Austria	44.425	54.084	6,5	6,3	40.174	48.578
Austrália	38.045	42.140	4,9	5,0	42.723	45.520
Dinamarca	39.570	33.601	6,5	4,8	37.034	30.498
Noruega	35.178	25.897	7,2	3,1	31.853	23.956
Finlândia	23.515	20.741	2,6	3,7	23.446	18.032
OUTROS						
Dos quais:						
Hong Kong	30.251	123.427	5,0	12,6	135.248	138.658
Cingapura	63.386	72.067	9,9	8,3	74.012	85.234
(2)						
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	704.913	772.087	4,4	2,3	n.d.	n.d.
GRUPOS DE RENDA						
(3)						
PAÍSES DE RENDA MÉDIA	527.680	588.402	3,7	2,2	n.d.	n.d.
(4)						
PAÍSES DE BAIXA RENDA	177.233	183.685	6,9	2,7	n.d.	n.d.
REGIÕES						
ÁFRICA SUBSAÁRICA	63.233	60.219	2,4	-2,7	n.d.	n.d.
ÁSIA ORIENTAL (***)	282.425	289.984	10,5	8,8	n.d.	n.d.
Dos quais:						
China	84.940	80.585	11,9	9,2	90.970	103.088
Rep. Coréia	76.394	81.413	11,9	11,2	82.236	83.800
Malásia	40.705	38.361	11,3	7,9	47.121	45.657
Indonésia	33.815	27.280	5,6	4,0	33.612	28.086
Tailândia	32.473	40.466	14,7	11,5	36.741	46.058

TABELA 5 (Cont.)

COMÉRCIO MUNDIAL POR GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES — 1992-93

GRUPOS, REGIÕES E PAÍSES	1992 (US\$ milhões)		TX.CRESC.(1980-92)		1993 (US\$ milhões)	
	Exportação	Importação	Export.	Import.	Export.	Import.
ÁSIA MERIDIONAL	31.948	38.974	6,8	2,1	n.d.	n.d.
Dos quais:						
Índia	19.795	22.530	5,9	1,9	21.553	22.761
Paquistão	7.264	9.360	11,1	3,6	6.688	9.500
EUROPA, ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA	199.703	233.580	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Dos quais:						
Rússia	40.000	36.900	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Arábia Saudita	41.833	32.103	-2,4	-6,2	n.d.	n.d.
Portugal	18.541	30.482	11,6	10,4	15.429	24.337
Irã	18.235	26.744	14,5	8,6	n.d.	n.d.
Turquia	14.715	22.871	9,0	9,6	15.343	29.174
Polónia	13.324	15.309	3,0	1,8	14.143	18.834
Grécia	9.842	23.407	4,8	5,9	n.d.	n.d.
Hungria	10.700	11.078	1,6	0,5	8.886	12.570
Argélia	12.055	7.763	4,3	-5,1	10.230	7.770
AMÉRICA LATINA E CARIBE	127.605	149.330	2,9	0,6	137.210	170.820
Dos quais:						
BRASIL	35.956	23.115	5,0	1,5	38.783	27.740
México	27.166	47.877	1,6	3,8	30.241	50.147
Venezuela	13.997	12.222	0,6	-0,6	14.066	12.200
Argentina	12.235	14.864	2,2	-1,7	13.090	16.786
Chile	9.646	9.456	5,5	3,5	9.202	11.125
Colômbia	6.916	6.684	12,9	0,2	n.d.	n.d.
Peru	3.573	3.629	2,5	-1,6	3.497	4.914
Equador	3.036	2.501	4,8	-2,0	2.904	2.562
Uruguai	1.620	2.010	2,9	1,3	1.647	2.289
Costa Rica	1.834	2.458	5,2	3,9	2.085	2.907
Guatemala	1.295	2.463	0,0	-0,1	1.291	2.599
Trinidad/Tobago	1.869	1.436	-2,4	-9,7	1.612	1.448
Paraguai	657	1.420	11,4	5,4	n.d.	n.d.
Bolívia	763	1.102	6,1	0,1	728	1.206
Rep. Dominicana	566	2.178	-2,2	2,5	555	2.443
Panamá	500	2.009	2,0	-3,0	553	2.188
TOTAL MUNDIAL	3.516.813	3.728.045	4,9	4,9	n.d.	n.d.

FONTES : BANCO MUNDIAL - "World Development Report 1994"; FMI - "International Financial Statistics", Nov/94; e CEPAL - "Panorama Econômico de América Latina", 1994.

ELABORAÇÃO: Coordenação de Conjuntura Internacional/SEAIN/SEPLAN-PR.

(1) Países com PNB "per capita" igual ou superior a US\$ 8.356 em 1992.

(2) Países com PNB "per capita" inferior a US\$ 8.356 em 1992.

(3) PNB "per capita" inferior a US\$ 8.356 e superior a US\$ 675 em 1992.

(4) PNB "per capita" igual ou inferior a US\$ 675 em 1992.

(*) Os dados referem-se à ex-RFA.

(**) Inclui Luxemburgo. (***) Não inclui Taiwan.

TABELA 6

CLASSIFICAÇÃO DOS PAÍSES POR VÁRIOS INDICADORES – 1992

PRODUTO INTERNO BRUTO		PNB "per capita"		INDÚSTRIA MANUFATUREIRA *		PNB"per capita"(1980-92)	
Países	US\$ milhões	Países	US\$ 1,00	Países	US\$ milhões	Países	Tx.(%)
1. EUA	5.920.199	1. Suíça	36.080	1. EUA	1.111.084	1. Rep. Coreia	8,5
2. Japão	3.670.979	2. Japão	28.190	2. Japão	970.484	2. China	7,6
3. Alemanha (**)	1.789.261	3. Suécia	27.010	3. Alemanha (**)	467.900	3. Botswana	6,1
4. França	1.319.883	4. Dinamarca	26.000	4. França	248.409	4. Tailândia	6,0
5. Itália	1.222.962	5. Noruega	25.820	5. Itália	241.346	5. Hong Kong	5,5
6. Reino Unido	1.060.300	6. EUA	23.240	6. Reino Unido	235.970	6. Cingapura	5,3
7. Espanha	574.844	7. Alemanha (**)	23.030	7. Rússia	190.799	7. Omã	4,1
8. China	506.075	8. Áustria	22.380	8. China	132.142	8. Indonésia	4,0
9. Canadá	493.602	9. França	22.260	9. Espanha	100.002	9. Chile	3,7
10. BRASIL (***)	417.000	10. Emir. Árabes Un.	22.020	10. BRASIL	90.062	10. Japão	3,6
11. Rússia	387.476	11. Finlândia	21.970	11. Rep. Coreia	77.821	11. Irlanda	3,4
12. México	329.011	12. Bélgica	20.880	12. México	63.784	12. Chade	3,4
13. Países Baixos	320.290	13. Canadá	20.710	13. Países Baixos	54.375	13. Malásia	3,2
14. Rep. Coreia	296.136	14. Países Baixos	20.480	14. Argentina	46.266	14. Portugal	3,1
15. Austrália	294.760	15. Itália	20.460	15. Austrália	44.001	15. Índia	3,1
		41. BRASIL	2.770			50. BRASIL	0,4

FONTE : BANCO MUNDIAL – "World Development Report", 1993 e 1994; e OCDE – "Main Economic Indicators", Maio/93.

ELABORAÇÃO: Coordenação de Conjuntura Internacional/SEAIN/SEPLAN-PR.

(*) Valor Agregado referente a 1991, exceto para EUA (1992) e China (1990).

(**) Os dados referem-se à ex-Rep. Federal da Alemanha.

(***) Estimativa do Banco Central (Relatório Anual 1992).

TABELA 7

OCDE: CRESCIMENTO REAL DO PIB, POR PAÍSES – 1991–95

– Em percentagem –

PAÍSES	Variação s/ ano anterior				
	1991	1992	1993	1994*	1995*
EUA	-0,7	2,6	3,0	4,0	3,0
Japão	4,3	1,1	0,1	0,8	2,7
Alemanha	4,5	2,1	-1,3	1,8	2,6
França	0,8	1,2	-0,9	1,8	2,9
Itália	1,2	0,7	-0,7	1,5	2,6
Reino Unido	-2,2	-0,6	1,9	2,8	3,2
Canadá	-1,7	0,7	2,4	3,7	4,3
TOTAL 7 PAÍSES	0,8	1,7	1,3	2,7	2,9
Áustria	2,7	1,6	-0,3	1,8	2,7
Bélgica	1,8	1,4	-1,3	1,5	2,6
Dinamarca	1,0	1,2	1,2	4,0	3,5
Finlândia	-7,1	-3,8	-2,6	1,9	4,7
Grécia	3,3	0,9	-0,1	1,0	1,6
Islândia	1,0	-3,4	0,8	-0,6	1,4
Irlanda	2,6	4,9	2,3	4,1	4,5
Luxemburgo	3,1	1,8	0,3	1,5	2,6
Países Baixos	2,1	1,4	0,2	1,4	2,8
Noruega	1,6	3,4	2,2	4,3	2,9
Portugal	2,1	1,1	-0,5	1,2	2,3
Espanha	2,2	0,8	-1,0	1,2	2,7
Suécia	-1,1	-1,9	-2,1	2,7	2,9
Suíça	0,0	-0,1	-0,6	1,5	2,5
Turquia (**)	0,6	5,8	6,8	0,6	4,3
Austrália	-1,0	2,1	4,1	4,0	4,3
Nova Zelândia	-3,3	-0,4	4,8	3,9	3,5
TOTAL 17 PAÍSES	0,9	1,3	0,8	2,0	3,1
TOTAL OCDE	0,8	1,7	1,2	2,6	2,9

FONTE : "OECD Economic Outlook", Junho/94.

ELABORAÇÃO: Coordenação de Conjuntura Internacional/SEAIN/SEPLAN – PR.

NOTA : Os agregados foram ponderados pelo PIB/PNB de 1987, expresso em dolares de 1987.

(*) Previsão

(**) PNB

TABELA 8

OCDE: BALANÇA COMERCIAL E TRANSAÇÕES CORRENTES, POR PAÍSES – 1992–95

– Em US\$ bilhões –

PAÍSES	Balança Comercial				Transações Correntes			
	1992	1993	1994*	1995*	1992	1993	1994*	1995*
EUA	-96,1	-132,5	-153,5	-162,8	-66,4	-109,2	-140,6	-153,6
Japão	132,3	141,4	135,0	128,5	117,6	131,4	128,8	120,1
Alemanha	32,0	42,1	59,2	71,0	-22,0	-21,3	-13,0	-4,2
França	2,9	9,3	16,1	18,6	4,3	10,9	18,4	21,8
Itália	2,5	34,1	43,8	53,3	-26,6	12,4	20,0	26,8
Reino Unido	-23,5	-20,5	-25,2	-28,7	-15,1	-16,4	-21,3	-24,7
Canadá	8,3	9,9	11,9	16,0	-22,9	-19,6	-17,5	-16,2
TOTAL 7 PAÍSES	58,3	83,8	87,2	96,0	-31,2	-11,8	-25,3	-29,9
Áustria	-7,7	-6,7	-6,0	-6,2	-0,2	-0,9	-1,2	-1,2
Bélgica-Luxemburgo	2,4	3,5	4,8	5,7	6,5	10,1	11,0	12,3
Dinamarca	7,2	7,8	6,7	6,6	4,6	5,4	3,7	3,8
Finlândia	3,9	6,4	10,3	11,4	-4,9	-1,0	2,7	3,6
Grécia	-11,6	-10,6	-11,4	-12,3	-2,1	-0,8	-1,0	-1,3
Islândia	0,0	0,2	0,2	0,2	-0,2	0,0	0,0	0,0
Irlanda	6,8	6,1	6,2	6,9	2,7	2,6	2,6	2,9
Países Baixos	11,0	11,9	13,1	15,5	6,8	8,6	10,2	11,7
Noruega	9,3	8,4	8,2	8,8	2,9	2,5	2,3	3,2
Portugal	-9,5	-6,8	-6,6	-7,1	-0,2	1,0	1,6	1,7
Espanha	-30,8	-16,1	-13,3	-15,3	-18,4	-4,2	-2,5	-3,7
Suécia	6,7	7,1	11,5	13,7	-5,1	-0,4	5,4	8,4
Suíça	2,7	5,0	4,7	4,3	15,1	18,6	18,1	17,9
Turquia	-8,2	-14,5	-9,6	-9,5	-0,9	-6,6	-2,1	-2,2
Austrália	1,5	-0,4	-0,4	-1,1	-10,7	-10,9	-12,3	-14,7
Nova Zelândia	1,7	1,7	2,2	2,5	-0,9	-0,9	-0,6	-0,2
TOTAL 17 PAÍSES	-14,6	3,0	20,6	24,3	-5,2	23,3	38,1	42,4
TOTAL OCDE	43,7	86,8	107,8	120,3	-36,4	11,5	12,8	12,5

FONTE : "OECD Economic Outlook", Junho/94.

ELABORAÇÃO: Coordenação de Conjuntura Internacional/SEAIN/SEPLAN-PR.

NOTA : Os dados foram ajustados sazonalmente.

(*) Previsão

TABELA 9

AMÉRICA LATINA : CRESCIMENTO REAL DO PIB, POR PAÍSES - 1990-94

- Em Percentagem -

PAÍSES	Variação s/ ano anterior					Variação acumulada	
	1990	1991	1992	1993*	1994**	1981-90	1991-93
Argentina	-0,1	8,9	8,6	6,0	6,0	-8,7	25,4
Bolívia	4,6	4,6	2,8	3,0	4,0	1,2	10,9
BRASIL	-4,4	0,9	-0,9	4,5	3,0	16,5	4,6
Colômbia	4,0	1,9	3,6	4,5	5,4	43,6	10,3
Chile	2,0	5,8	10,3	6,0	4,0	32,7	23,6
Equador	2,0	4,7	3,3	1,5	3,0	20,4	10,0
México	4,4	3,6	2,6	1,0	1,5	17,9	7,2
Paraguai	3,1	2,3	1,7	3,5	n.d.	36,6	8,0
Peru	-5,6	2,1	-2,7	6,5	9,0	-11,4	5,8
Venezuela	6,8	10,2	6,9	-1,0	-3,7	4,2	16,6
Uruguai	0,9	2,9	7,4	2,0	2,0	3,2	12,7
Barbados	-3,3	-4,3	-4,0	n.d.	n.d.	8,3	-8,2
Costa Rica	3,4	2,1	6,8	6,0	4,0	25,1	15,7
El Salvador	3,4	3,3	4,7	5,0	n.d.	-1,1	13,6
Guatemala	2,9	3,5	4,7	4,0	4,0	8,8	12,8
Guiana	-2,7	5,5	7,7	4,0	(***)	-24,3	18,1
Haiti	-0,2	0,6	-10,5	-11,0	(***)	-3,8	-19,7
Honduras	-0,4	2,1	5,7	3,5	n.d.	25,5	11,8
Jamaica	5,3	0,2	1,5	2,0	n.d.	22,6	3,7
Nicarágua	-0,2	-0,4	0,8	-1,0	n.d.	-14,0	-0,3
Panamá	5,2	9,1	8,0	5,5	n.d.	6,3	24,3
Rep. Dominicana	-4,9	-1,0	6,8	2,0	n.d.	22,2	7,7
Trinidad e Tobago	2,2	1,8	-0,6	-1,0	n.d.	-19,6	0,1
TOTAL	0,3	3,8	3,0	3,2	2,8	12,4	10,3

FONTES : CEPAL - "Balance Preliminar de La Economía de América Latina y El Caribe, 1993".

FMI - Várias publicações.

ELABORAÇÃO: Coordenação de Conjuntura Internacional/SEAIN/SEPLAN-PR.

(*) Estimativa.

(**) Previsão.

(***) Crescimento negativo, segundo a CEPAL.

TABELA 10

AMÉRICA LATINA : CRESCIMENTO DO PIB "per capita", POR PAÍSES – 1989–93

– Em percentagem –

PAÍSES	Variação s/ ano anterior					Variação acumulada	
	1989	1990	1991	1992	1993*	1981–90	1991–93
Argentina	-7,4	-1,3	7,6	7,4	4,8	-20,2	21,0
Bolívia	0,4	0,2	1,7	1,7	1,1	-21,1	3,2
BRASIL	1,4	-6,1	-0,8	-2,5	2,9	-5,2	-0,5
Colômbia	1,7	2,2	0,2	1,8	2,8	17,9	4,8
Chile	8,0	0,3	4,1	8,5	4,4	12,2	17,9
Equador	-2,2	-0,4	2,4	1,0	-0,5	-6,6	2,9
México	1,1	2,2	1,4	0,5	-1,3	-6,4	0,7
Paraguai	2,9	0,2	-0,5	-1,0	1,0	0,5	-0,6
Peru	-13,3	-7,5	0,0	-4,7	4,4	-28,9	-0,5
Venezuela	-9,9	4,4	7,8	4,6	-3,1	-19,0	9,3
Uruguai	0,8	0,3	2,3	6,8	1,4	-2,8	10,7
Barbados	3,3	-3,8	-4,6	-4,3	..	5,0	-8,7
Costa Rica	2,6	0,7	-0,4	4,2	3,5	-5,8	7,4
El Salvador	-0,8	1,4	1,2	2,5	2,7	-13,5	6,5
Guatemala	-0,8	0,0	0,6	1,8	1,0	-18,2	3,4
Guiana	-4,6	-3,1	4,8	6,8	3,0	-27,8	15,2
Haiti	-1,0	-2,2	-1,4	-12,3	-12,6	-20,6	-24,4
Honduras	1,6	-3,4	-1,0	2,6	0,7	-8,2	2,3
Jamaica	6,5	4,4	-0,8	0,5	1,0	8,1	0,6
Nicarágua	-4,3	-3,2	-3,9	-3,0	-4,6	-34,5	-11,0
Panamá	-2,2	3,0	7,0	6,0	3,5	-13,6	17,4
Rep. Dominicana	2,2	-6,9	-3,0	4,6	-0,1	-2,9	1,4
Trinidad e Tobago	-1,8	1,0	0,6	-1,7	-2,0	-29,6	-3,2
TOTAL	-1,0	-1,6	1,8	1,1	1,3	-8,9	4,3

FONTE : CEPAL – "Balance Preliminar de La Economía de America Latina y El Caribe, 1993".

ELABORAÇÃO: Coordenação de Conjuntura Internacional/SEAIN/SEPLAN-PR.

(*) Estimativa.

TABELA 11

AMÉRICA LATINA: BALANÇA COMERCIAL E TRANSAÇÕES CORRENTES – 1991–93

– Em US\$ milhões –

PAÍSES	Balança Comercial			Transações Correntes*		
	1991	1992	1993**	1991	1992	1993**
Argentina	4.419	-1.388	1.735	-2.804	-8.361	-8.200
Bolívia	-44	-433	-335	-422	-754	-700
BRASIL	10.578	15.525	13.500	-1.443	6.266	1.200
Colômbia	2.959	1.233	-1.050	2.363	925	-1.610
Chile	1.574	748	-900	-157	-940	-2.310
Equador	644	756	800	-577	-351	-310
México	-11.329	-20.677	-19.525	-13.890	-22.924	-21.010
Paraguai	-552	-824	-710	-519	-872	-745
Peru	-165	-567	-535	-1.968	-2.363	-2.365
Venezuela	4.837	1.689	2.645	1.769	-3.356	-2.060
Uruguai	61	-238	-500	2	-236	-490
Costa Rica	-200	-498	-680	-167	-446	-605
El Salvador	-706	-1.000	-1.015	-269	-423	-345
Guatemala	-443	-1.044	-1.120	-186	-758	-1.000
Haiti	-137	-124	-115	-176	-125	-110
Honduras	-75	-140	-175	-334	-379	-370
Nicarágua	-420	-518	-405	-849	-1.074	-855
Panamá	-814	-882	-1.235	-318	-282	-305
Rep. Dominicana	-1.071	-1.612	-1.650	-115	-478	-380
TOTAL	9.116	-9.994	-14.740	-20.160	-36.931	-42.570

FONTE : CEPAL – "Balance Preliminar de La Economía de América Latina y El Caribe, 1993".

ELABORAÇÃO: Coordenação de Conjuntura Internacional/SEAIN/SEPLAN-PR.

(*) Inclui transferências unilaterais privadas líquidas.

(**) Estimativa.

TABELA 12

ÁSIA ORIENTAL: INDICADORES ECONÔMICOS POR PAÍSES SELECIONADOS – 1993–95

PAÍSES	Cresc. Real PIB (%)			Taxa Inflação – IPC (%)			Saldo Conta Corrente BP (US\$ bilhões)		
	1993	1994*	1995*	1993	1994*	1995*	1993	1994*	1995*
Nordeste Asiático	5,8	7,1	6,8	4,7	6,0	6,1	15,8	13,6	10,9
Rep. Coréia (**)	5,6	8,3	7,8	4,8	6,8	7,0	0,4	-1,0	-2,0
Taiwan (**)	5,9	6,0	5,8	2,9	4,0	3,7	6,2	5,0	3,5
Hong Kong	5,9	5,7	5,9	8,5	8,0	8,4	9,2	9,6	9,4
ASEAN	7,1	7,6	7,4	5,8	6,4	5,9	-12,5	-13,5	-14,7
Indonésia	6,7	7,0	7,2	9,7	8,3	7,0	-1,9	-3,4	-3,2
Malásia	8,5	8,5	8,2	3,6	4,0	4,3	-2,1	-3,8	-4,0
Filipinas (**)	2,4	4,5	4,9	7,6	9,9	10,4	-3,3	-3,9	-4,7
Cingapura	9,9	9,8	8,3	2,4	3,6	3,3	2,0	4,5	4,3
Tailândia	7,9	8,2	8,0	3,3	4,9	4,6	-7,2	-6,9	-7,1
China	13,0	10,2	8,2	14,7	22,0	15,5	-11,9	-4,7	-3,4
TOTAL	8,3	8,2	7,4	8,0	11,0	8,9	-8,6	-4,6	-7,2
NIEs Asiáticos	6,1	7,3	6,9	4,6	5,8	5,9	17,8	18,1	15,2
ASEAN 4	6,7	7,2	7,3	6,3	6,8	6,3	-14,5	-18,0	-19,0

FONTE: NRI – "Quarterly Economic Review", Novembro/94.

NOTAS: – ASEAN: Associação de Nações do Sudeste Asiático.
 – NIEs asiáticos: Coréia, Taiwan, Hong Kong e Cingapura.
 – ASEAN 4: Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia.

(*) Previsão.

(**) PNB.

TABELA 13

EUROPA ORIENTAL : PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS, POR PAÍSES - 1990-94

PAÍSES	População (milhões)	PNB p.capita (US\$ 1,00)	Crescimento Real do PIB (%)				Preços ao Consumidor (%)					
			1990	1991	1992	1993	1994*	1990	1991	1992	1993	1994*
Bulgária	8,5	1.330	-9,1	-11,7	-5,7	-4,2	-2,0	23,9	333,5	82,0	72,8	80,9
Hungria	10,3	2.970	-3,5	-9,9	-5,1	-2,0	1,0	29,0	34,2	23,0	22,5	19,0
Polônia	38,4	1.910	-11,6	-7,6	2,6	3,8	4,5	585,8	70,3	43,0	35,3	29,8
Romênia	22,7	1.130	-7,4	-15,1	-13,5	0,0	0,0	4,7	161,1	210,3	256,0	156,0
Rep. Tcheca (**)	10,3	2.450	-0,4	-15,9	-8,5	-0,3	1,5	10,8	59,0	11,0	20,8	9,0
Rússia	149,0	2.510	-	-13,0	-19,0	-12,0	-12,0	-	92,7	1353,0	896,0	305,0
Ucrânia	52,1	1.820	-	-11,9	-17,0	-14,2	-25,0	-	91,2	1209,7	4734,9	1000,0
TOTAL ***	239,2	-	-3,5	-11,8	-15,5	-9,0	-8,3	32,4	97,6	730,7	681,2	313,0

FONTES : BANCO MUNDIAL - "World Development Report", 1994.

OCDE - "OECD Economic Outlook", Junho/94.

FMI - "World Economic Outlook - Statistical Appendix", Setembro/94.

ELABORAÇÃO: Coordenação de Conjuntura Internacional/SEAIN/SEPLAN-PR.

(*) Previsão.

(**) Até 1992, os dados de PIB e inflação referem-se à ex-Tchecoslováquia.

(***) Os totais relativos ao PIB e inflação incluem a Albânia, ex-Iugoslávia e demais repúblicas da ex-URSS.

(Cont.) TABELA 14

PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: DÍVIDA EXTERNA E SERVIÇO DA DÍVIDA – 1992

– Em US\$ milhões –

PAÍSES	Dívida Externa			Div.Total como % do PNB	Serviço da Dívida		Serv. Dívida como % das Exportações**
	L. Prazo	C. Prazo	TOTAL*		Juros	TOTAL	
AMÉRICA LATINA E CARIBE	388.362	92.828	496.330	41,7	22.931	54.284	29,8
Dos quais:							
Brasil	99.247	21.064	121.110	31,3	3.781	9.518	24,4
México	82.894	24.535	113.378	35,2	7.621	20.701	44,4
Argentina	49.079	16.176	67.569	30,1	2.826	5.024	34,9
Venezuela	28.975	5.272	37.193	62,5	2.115	3.309	19,5
Chile	14.924	3.714	19.360	49,3	1.352	2.705	20,9
Peru	15.645	4.021	20.297	95,4	482	1.033	23,0
Colômbia	14.368	2.836	17.204	36,7	1.266	3.756	35,3
Equador	9.931	2.249	12.280	102,1	420	981	27,1
Nicarágua	8.994	2.109	11.126	822,6	41	85	26,5
Uruguai	3.428	1.773	5.253	46,8	313	595	22,2
Bolívia	3.818	176	4.243	83,6	118	309	39,1
ÁSIA ORIENTAL	251.602	67.269	320.190	29,7	16.375	42.816	12,9
Dos quais:							
Indonésia	66.180	18.204	84.385	67,4	4.272	11.709	32,1
China	58.475	10.846	69.321	16,0	3.520	8.724	9,6
Rep. Coreia	31.079	11.920	42.999	14,6	2.730	6.770	7,4
Tailândia	24.697	14.727	39.424	36,3	2.702	5.956	n.d.
Filipinas	27.034	4.454	32.589	60,7	1.472	4.888	27,7
Malásia	16.198	3.639	19.837	36,1	1.136	3.072	6,6
ÁSIA MERIDIONAL	117.986	8.202	133.354	36,9	4.795	10.250	20,7
Dos quais:							
Índia	69.226	2.958	76.983	32,3	3.308	6.637	25,6
Paquistão	18.550	4.394	24.072	48,0	972	2.311	23,3
ÁFRICA SUBSAARICA	155.477	32.442	194.264	69,7	7.083	13.992	16,9
Dos quais:							
Nigéria	28.789	2.210	30.998	110,7	1.696	3.777	30,6
Costa do Marfim	13.300	4.430	17.997	207,1	578	1.117	31,5
Sudão	9.480	5.682	16.085	n.d.	12	26	5,4
Zaire	8.895	1.562	10.912	n.d.	49	80	n.d.
Zâmbia	4.823	1.371	7.041	386,5	165	358	29,3
Quênia	5.214	759	6.367	75,9	239	582	24,5

TABELA 14 (Cont.)

PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: DÍVIDA EXTERNA E SERVIÇO DA DÍVIDA – 1992

– Em US\$ milhões –

PAÍSES	Dívida Externa			Div.Total como % do PNB	Serviço da Dívida		Serv. Dívida como % das Exportações**
	L. Prazo	C. Prazo	TOTAL*		Juros	TOTAL	
EUROPA	252.674	69.927	329.057	31,7	14.748	32.906	15,8
Dos quais:							
Rússia	64.703	12.966	78.658	n.d.	506	1.600	n.d.
Turquia	43.071	11.701	54.772	50,6	3.771	9.053	31,9
Polónia	43.169	4.532	48.521	54,4	976	1.530	9,5
Portugal	22.575	9.471	32.046	40,1	2.123	5.579	n.d.
Hungria	18.409	2.286	21.900	64,6	1.850	4.962	35,6
ex-Iugoslávia	15.093	1.005	16.294	n.d.	923	2.080	n.d.
ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA	142.127	45.017	188.978	39,6	8.505	24.247	24,6
Dos quais:							
Egito	36.425	3.803	40.431	116,8	1.056	2.524	15,4
Argélia	24.762	793	26.349	61,0	2.160	9.277	71,9
Marrocos	20.536	444	21.418	77,8	995	2.072	n.d.
Síria	14.341	2.172	16.513	n.d.	266	908	n.d.
Jordânia	6.914	951	7.977	179,1	328	717	20,0
TOTAL	1.308.227	315.681	1.662.173	37,6	74.438	178.495	18,7
PAÍSES DE RENDA MÉDIA	882.827	252.901	1.160.486	34,8	57.500	137.537	19,2
Dos quais:							
Altamente endividados***	456.931	100.274	570.819	45,5	23.033	59.242	31,5
PAÍSES DE BAIXA RENDA	425.316	62.780	501.601	46,1	16.938	40.958	17,4
Dos quais:							
Altamente endividados***	174.878	23.474	204.086	113,8	4.098	9.366	18,9

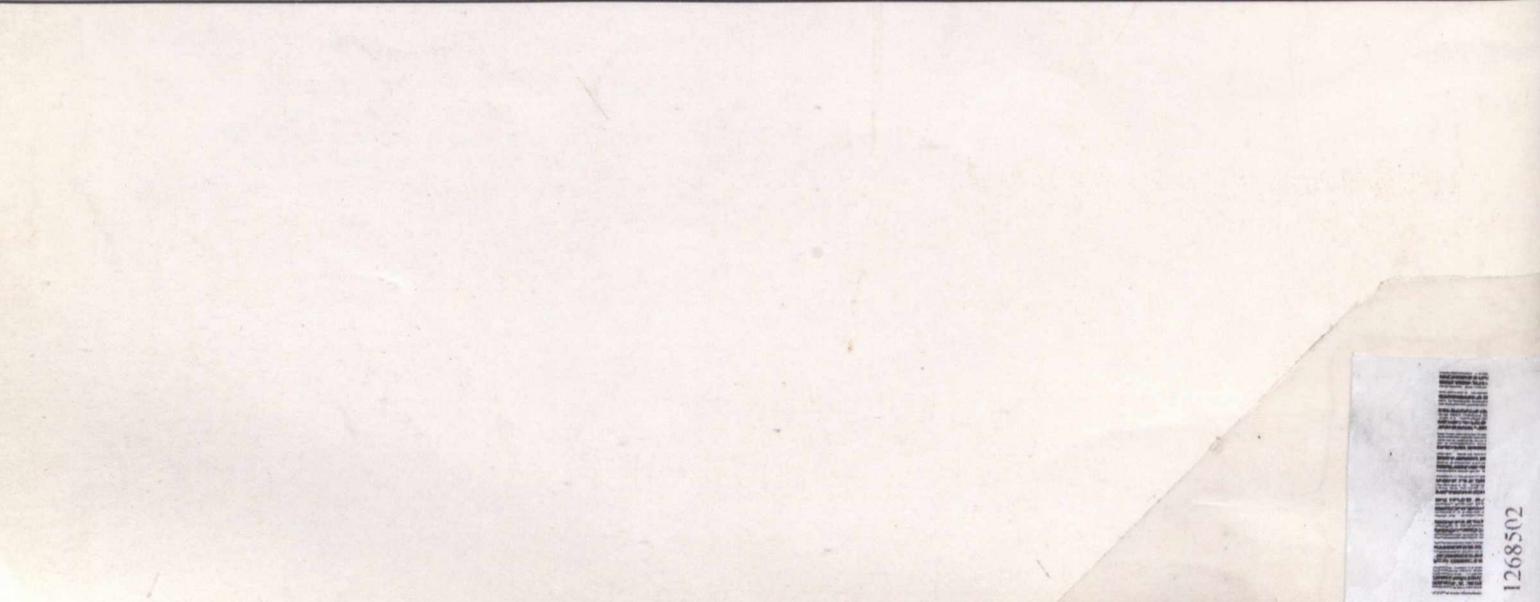
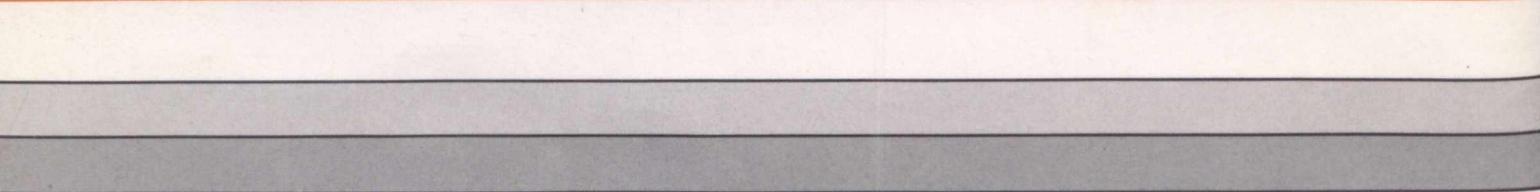
FONTE : Banco Mundial – "World Debt Tables 1993–94", Volumes 1 e 2.

ELABORAÇÃO: Coordenação de Conjuntura Internacional/SEAIN/SEPLAN-PR.

(*) Inclui crédito FMI

(**) Exportações de Bens e Serviços

(***) Países que apresentam índices superiores aos níveis considerados críticos em três das quatro seguintes relações: dívida/PNB; dívida/exportações de bens e serviços; serviço da dívida/exportações; e juros/exportações.



1268502